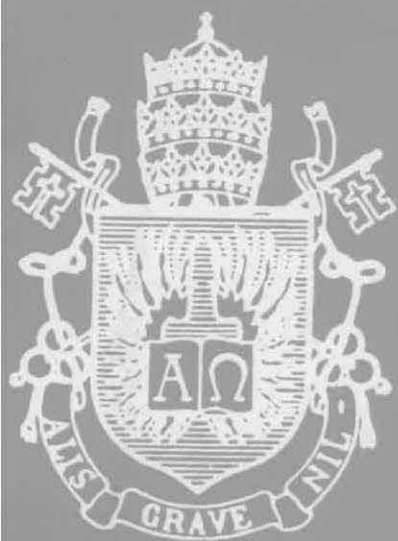




PUC

LUCIENE ALCINDA DE MEDEIROS

**MULHERES NO ESPAÇO POLÍTICO:
UMA CONSTRUÇÃO NA VIDA E DA VIDA**

**Dissertação de Mestrado
Departamento de Serviço Social**

Rio de Janeiro, 20 de março de 1998.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
RUA MARQUÊS DE SÃO VICENTE, 225 – CEP 22453
RIO DE JANEIRO – BRASIL

N.Cham. 361 M488m TESE UC

Título Mulheres no espaço político



Ex.1 PUCB

0135560

LUCIENE ALCINDA DE MEDEIROS

**MULHERES NO ESPAÇO POLÍTICO:
UMA CONSTRUÇÃO NA VIDA E DA VIDA**

Dissertação apresentada ao Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Sebastiana Rodrigues de Brito

**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
RIO DE JANEIRO, 20 DE MARÇO DE 1998**

92173



361
M488 m
TECE UC
ex. 1

Dedico este trabalho a meus pais, que muito contribuíram para que ele fosse realizado.

AGRADECIMENTOS

Fui aprendendo ao longo da vida que o importante é a relação que estabelecemos com o outro, podendo este ser semelhante ou diferente, e que o conhecimento é sempre uma construção coletiva. Em outros termos, significa dizer que o diálogo é fundamental, na colaboração e no confronto com o outro. Este trabalho, portanto, é fruto de muitos diálogos, por isso gostaria de expressar o meu reconhecimento a algumas pessoas que, de alguma forma, deram sua contribuição para que ele fosse concluído.

A Celso Pinto Carias, companheiro de muitas jornadas, que acreditou no meu processo de inserção no âmbito acadêmico, meu profundo agradecimento. A Inácio Nigri que, com cumplicidade e carinho, acompanhou toda essa trajetória, fazendo as necessárias observações tanto no trabalho quanto no meu processo como um todo. Agradeço, em especial, a Ligia Daflon que vem acompanhando minha história de vida, mostrando-se acima de tudo amiga, e a Katia Maia que, pacientemente, além do apoio da amiga presente em todas as horas, fez as devidas correções no texto, estando sempre disponível aos meus pedidos de socorro.

Quero destacar, ainda, meu reconhecimento aos amigos que, com boa vontade, colocaram à minha disposição todo o seu material: Marlúcia Santos Souza, Fernando Mattos e José Cláudio. Este último, também pelos comentários e críticas feitas no texto.

Aos amigos e amigas que estiveram presentes, mesmo na distância física de alguns nessa trajetória, dando seu apoio, incentivo e solidariedade: Leu, Edna,

Williane, Cadu, Daise, Solange, Cristina, Tereza, Marilza, João, Marlene, Heloísa e Fátima.

Ao apoio pessoal e de infra-estrutura do vereador José Zumba (PT - Duque de Caxias), necessários nessa caminhada como, também, de sua assessoria. Ao padre João que se colocou à disposição para ajudar-me no trabalho de preparar o material da pesquisa e a professora Carmem Lúcia que fez a revisão do texto.

Agradeço especialmente a todos os atores sociais entrevistados, homens e mulheres que, sem medir esforços, compartilharam comigo, mais uma vez, suas experiências, reflexões e conhecimento da temática. É importante ressaltar que sem o seu apoio não teria sido possível realizar este trabalho.

Foram particularmente gratificantes o convívio e a discussão com os colegas de turma de mestrado. Em especial, a convivência com o amigo Miguel Arcanjo Puggian, com quem dividi, tanto na sala, quanto nas idas e vindas à PUC, minhas inquietações e preocupações relativas ao processo de construção do conhecimento.

À professora Luiza Helena que, nos momentos difíceis em que estava sem bolsa de estudos, mostrou-se solidária e intercedeu por mim junto à vice-reitoria comunitária, o que possibilitou a minha continuidade no curso de mestrado.

Durante todo o curso tive o privilégio de contar com a orientação segura e a amizade da professora Sebastiana Rodrigues de Brito, que compartilhou comigo cada momento deste trabalho.

Agradeço ao Departamento de Serviço Social da PUC/RJ, através dos professores do Mestrado que me expressaram constante apoio e estímulo ao desenvolvimento do trabalho.

À CAPES, pelo financiamento concedido durante o curso de Mestrado e a realização da pesquisa. Sem ele não seria possível realizar este trabalho.

CAMINHOS DO CORAÇÃO

Há muito tempo que eu saí de casa
há muito tempo que eu caí na estrada
há muito tempo que eu estou na vida
foi assim que eu quis
assim eu sou feliz
principalmente por poder voltar
a todos os lugares onde já cheguei
pois lá deixei um prato de comida
um abraço amigo
e um canto dormir e sonhar

e aprendi que se depende sempre
de tanta muita diferente gente
toda pessoa sempre é as marcas
das lições diárias de outras tantas pessoas

e é tão bonito quando a gente entende
que a gente é tanta gente
onde quer que a gente vá
é tão bonito quando a gente sente
que nunca está sozinho
por mais que pense estar

é tão bonito quando a gente pisa firme
nessas linhas que estão
nas palmas de nossas mãos

é tão bonito quando a gente vai à vida
nos caminhos onde bate
bem mais forte o coração
o coração
ah! o coração.

Gonzaguinha.

RESUMO

Este estudo buscou analisar as relações de poder entre homens e mulheres, a partir da participação política feminina nas estruturas da Federação Municipal das Associações de Bairro de Duque de Caxias - MUB. Para tanto buscamos compreender os motivos pelos quais levaram essas mulheres a atuar no espaço político, assim como entender a relação que esses atores sociais estabeleceram no processo histórico da entidade.

A reflexão parte de uma concepção teórica acerca das categorias relações de gênero, poder e movimentos sociais. No que diz respeito aos procedimentos utilizados na investigação, adotou-se a perspectiva da pesquisa qualitativa, com a realização de entrevistas semi-estruturadas e da análise de conteúdo dos documentos da federação.

Os resultados finais deste estudo ratificam, de um lado, que a relação de gênero também no âmbito do movimento social passa pela luta das mulheres que buscam sair da sua condição de submissão. De outro, a experiência política, dialeticamente, torna possível novas relações sociais, baseadas na perspectiva das relações de gênero.

RÉSUMÉ

Cette étude a essayé d'analyser les relations de pouvoir entre (les) hommes et (les) femmes, à partir de la participation politique féminine dans les structures de la Fédération Municipale des Associations de Quartier de Duque de Caxias - MUB. Dans ce sens, nous avons cherché de comprendre les causes que ont mené ces femmes à agir dans l'espace politique, aussi bien que de saisir l'essence des rapports que ces acteurs sociaux ont établi dans le processus historique de l'entité.

La réflexion part d'une conception théorique concernant les catégories relations de genre, pouvoir et mouvements sociaux. En ce qui concerne aux procédés employés pendant la recherche, on a adopté la perspective de la recherche qualitative, par la mise en réalisation d'entrevues semi-structurées, et par l'analyse des contenus des documents de la Fédération.

D'une part, les résultats des derniers de cette étude confirment que les rapports de genre, dans le cadre du mouvement social, passent, eux-aussi, par la lutte des femmes qui essayent de sortir de sa condition de soumission. D'autre part, l'expérience politique rend possible, dialectiquement, l'émergence de nouvelles relations sociales, fondées sur l'approche des relations de genre.

SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1	
PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	12
1.1 - Relações de gênero.....	18
1.2 - Movimentos sociais.....	26
CAPÍTULO 2	
UM MOVIMENTO SOCIAL EM QUESTÃO: EMERGÊNCIA E TRAJETÓRIA.....	32
2.1 - Aspectos da conjuntura nacional.....	34
2.2 - O papel da Igreja Católica no processo de formação política da população.....	36
2.3 - O surgimento do MUB: trajetória e principais impasses.....	38
CAPÍTULO 3	
MULHERES: NA VIDA E DA VIDA.....	55
3.1 - A conquista do espaço público.....	56
3.2 - Do discurso à prática da relação homem/mulher no MUB.....	63
3.3 - Comissão de Mulheres: um espaço de sua visibilidade nas estruturas da federação.....	71
CAPÍTULO 4	
LIMITES E POSSIBILIDADES DO MOVIMENTO SOCIAL.....	80
4.1 - Declínio do movimento social.....	81
4.2 - Caxias no cenário da conjuntura neoliberal dos anos de 1990.....	86

4.3 - As políticas sociais no Estado Brasileiro.....89

4.4 - Relações de gênero no movimento social.....96

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 102

BIBLIOGRAFIA.....108

ANEXOS.....114

Mapa: Duque de Caxias - Divisão Política.....115

Registro Fotográfico.....116

INTRODUÇÃO

O empenho em estudar relações de gênero e poder, no contexto dos movimentos sociais, partiu das questões que, inicialmente, se apresentaram no período em que se deu a minha militância na Federação Municipal das Associações de Bairro de Duque de Caxias (MUB), onde atuei exercendo cargo de direção, no período de 1985 a 1989. A reflexão inicial esteve baseada na compreensão de que a atuação política das mulheres no MUB e sua acepção social encontravam-se ainda por ser estudadas, e que após esse tempo de militância, seria possível realizar um levantamento analítico da participação feminina no contexto histórico do MUB, em Duque de Caxias.

É necessário registrar, inicialmente, que o Município de Duque de Caxias, localizado no Estado do Rio de Janeiro, faz parte da Região Metropolitana em conjunto com outros 18 municípios e, dentre esses, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados e Japeri formam a Baixada Fluminense, região caracterizada por grande concentração de pobreza e carências urbanas, quadro comum nas zonas periféricas da maioria das metrópoles do país.

Com área de 442 km², Duque de Caxias é dividido em quatro distritos, a saber: 1º distrito - Centro, onde se concentra a maior parte da população e das atividades econômicas; 2º distrito - Campos Elíseos, abrange a área da Petrobrás. Seu território é ocupado por várias indústrias de transformação e distribuição de produtos manufaturados pela refinaria de Duque de Caxias -REDUC; 3º distrito - Imbariê, caracteriza-se por grandes áreas florestais e estabelecimentos não ocupados; e 4º distrito - Xerém, região considerada rural, que possui pequenos núcleos habitacionais.

Na década de 1970, a população foi estimada em torno de 431.345 habitantes. Entre 1960 e 1980 a população rural caiu de 67.313 para 20.606, obtendo o município um grau de urbanização de 93% (Moraes, 1978:13). Lentamente Caxias surge como cidade dormitório, caracterizada pela ausência de vínculos das pessoas com a vida da própria cidade. Além disso, a cidade tornou-se

"(...) celeiro de mão-de-obra para a economia carioca (...). No horário de pico (das 4:30 às 8:30), segundo estudo da RFFSA; o movimento da estação de Duque de Caxias, registrou um total de 9.000 embarques e menos de mil desembarques, o que denota o tipo de relação que a população de Duque de Caxias mantém com o centro metropolitano do Rio de Janeiro". (Beloch, 1986:34).

Segundo dados da década de 1970, 70,3% da População Economicamente Ativa (PEA) do setor industrial e 83,5% do setor de serviços trabalhavam fora da cidade. A renda mensal desta população era uma das mais baixas do país, sendo que 46,6% da PEA recebiam até 1 salário mínimo por mês e 37,6% recebiam entre 1 e 2,5 salários naquele período (FUNDREM, 1979:19).

Já na década de 1990, a população estimada era de 664.643 habitantes, segundo dados preliminares do Censo de 1991. A maioria da população era negra. No que se refere à distribuição entre homens e mulheres, segundo o Plano Diretor, de 1992, a população do município revelava uma ligeira vantagem do contingente feminino: 51% contra 49%. Em relação à PEA, 210.700 habitantes ganhavam até cinco salários mínimos, fato que caracterizava a pobreza dessa população,¹ e evidenciando que, após vinte anos, o quadro pouco se alterou.

¹ Estimativa através de cruzamento de dados fornecidos pelo Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro - CIDE 1989, do Boletim Técnico n.º 6 de outubro de 1990 - CIDE e dos dados preliminares do Censo de 1991

A mortalidade infantil tinha índices semelhantes aos dos municípios do nordeste do Brasil, enquanto na educação, segundo a FUNDREM (1979), um entre quatro habitantes não possuía nem mesmo o primeiro grau completo - 25,4%, sendo que 25% da população eram de analfabetos e 31,5% das faixas etárias de 7 a 14 anos estavam fora da escola.

A Lei 5.449, de 4 de junho de 1968, transformaria o espaço de Caxias em Área de Segurança Nacional tendo em vista a presença, em seu território, de uma rodovia interestadual e de uma refinaria de petróleo consideradas estratégicas no projeto desenvolvimentista do período militar brasileiro. Este fato fez com que a população perdesse o direito de eleger seu prefeito, sendo o general Carlos de Medeiros, o primeiro interventor nomeado entre os que se sucederão no poder até 1985, quando se realizou a primeira eleição direta para o governo municipal após o regime militar.

Em função desse quadro surgiram, no final da década de 1970, vários movimentos urbanos de cunho popular, formados eminentemente por mulheres. Entre eles estavam os clubes de mães, as pastorais sociais da Igreja Católica e as associações de moradores. Conforme informou um assessor do prefeito nessa época, com maior frequência os moradores reivindicavam melhorias nos serviços, ressaltando que eram mais mulheres que homens que o faziam, não se contentando com respostas negativas. Pelo contrário, faziam petições e pressionavam até verem satisfeitas suas reivindicações. Mas, além destas, que outras questões relativas à condição feminina eram objeto de reivindicação? E quais seriam as dificuldades encontradas ao se inserir no movimento popular duquecaxiense?

Esse movimento fazia parte de um contexto mais amplo. Nesse período, no Brasil iniciava o processo de redemocratização. De um lado, os primeiros sinais de fissuras do regime militar. De outro, uma lenta retomada das lutas dos setores operários e populares, a partir da atuação da Igreja Católica nas Comunidades Eclesiais de Base - CEBs - e nas Pastorais Sociais, do surgimento da Central Única dos Trabalhadores - CUT - e da criação do Partido dos Trabalhadores.

Dentro desse quadro insere-se o surgimento do Movimento de União de Bairro cujo objetivo era o de congregar as associações de moradores a fim de reivindicar junto ao poder público melhores condições de vida para a população. Exigir escolas, postos de saúde, saneamento básico, transportes fazia parte de lutas reivindicatórias desta entidade.

A presença dos profissionais do Serviço Social ocorre exatamente nesse contexto, no início da década de 1980, atuando na Legião Brasileira de Assistência - LBA - na execução de programas assistenciais na perspectiva do projeto desenvolvimentista do regime militar. Em consequência, a relação desses profissionais com a federação dava-se sempre através de embates, visto que desenvolviam os programas negando, por vezes, a representatividade do MUB frente às próprias associações de moradores e ao poder público. Essas diferentes concepções de intervenção social tiveram reflexos no 2º congresso da federação, quando foi lançada uma chapa de oposição formada por associações de moradores apoiadas pelos profissionais da LBA.

A partir da metade dos anos 1980, na luta pela implantação da Delegacia de Mulheres no município, fez com que outras assistentes sociais buscassem uma atuação em conjunto com o MUB, o que proporcionou a implantação da referida

delegacia. No entanto, essa experiência teve pouca duração, pois o trabalho não teve continuidade por falta de infra-estrutura e de pessoal.

No que diz respeito à trajetória mais geral do MUB, é importante assinalar que em 1983 foi realizado seu primeiro congresso, quando se deu a fundação da Federação Municipal das Associações de Bairro de Duque de Caxias. Neste evento as resoluções aprovadas refletiam o processo de redemocratização do país. Entre elas destacamos a luta pela eleição direta para prefeito da cidade (a partir da instauração da ditadura militar, Caxias foi considerada Área de Segurança Nacional) e as reivindicações referentes ao quadro de carência sócio-econômico do município. Se, de um lado a criação da federação constituiu-se num marco para o movimento, de outro acarretou ônus para o processo de mobilização dessa população, visto que necessitava organizar uma instituição que demandava recursos materiais, disponibilidade de tempo e de infra-estrutura, num espaço constituído por uma população carente de recursos.

No processo de construção do movimento, na sua fase embrionária, a participação feminina era predominante, possibilitando um aprendizado político no que diz respeito às relações de poder, à construção da cidadania e à organização popular. No entanto, a partir de sua institucionalização, quando da criação da federação, percebemos não só o aumento da participação masculina como, principalmente, que esta atuação se dava nos principais cargos, como o de presidente, por exemplo. Até os dias atuais, nenhuma mulher foi eleita presidente do MUB, embora tenha sido importante sua participação na criação da federação. Frente a esta realidade pode se formular a questão: até que ponto a institucionalização dificultou a participação

feminina? Ou, ainda, até que ponto a organização institucional impede a atuação feminina na sua estrutura de poder?

Além de não exercer a função de presidente, sempre coube às mulheres as tarefas relacionadas à manutenção da vida cotidiana, interna, organizativa da entidade, ou seja, o que é do domínio doméstico. Geralmente atividades relativas à secretaria e à tesouraria.

A tarefa de encaminhar as lutas do MUB tem sido atribuições das comissões de trabalho, formadas por representantes da sua diretoria e por lideranças das associações de moradores. Desde a fundação da entidade encontramos as seguintes comissões: saúde, educação, saneamento básico e transportes. Somente em 1986 foi criada a Comissão de Mulheres, quando estas tiveram, então, visibilidade na estrutura de poder da federação. Duas questões que, conjugadas, possibilitaram as condições concretas para a criação da comissão de mulheres do MUB, inaugurando, assim, um espaço na sua estrutura de poder: o atendimento à saúde da mulher e o problema da condição de participação feminina nesta organização.

As mulheres que participavam das comissões de trabalho e da diretoria do MUB sentiam falta de um espaço onde pudessem socializar as dificuldades que enfrentavam tanto no âmbito familiar quanto na esfera do movimento. Os temas envolvidos nas suas discussões passavam tanto pelas lutas reivindicatórias quanto pela discriminação que sofriam no mercado de trabalho, pelas questões relativas ao aborto, sexualidade, prazer, violência doméstica e sexual. No final do ano de 1986, a Comissão organizou o primeiro encontro de mulheres de Duque de Caxias, "Fala, Mulher!" no qual participaram, aproximadamente, 200 mulheres dos diversos movimentos, sindicatos, Igrejas e partidos políticos.

Considerando a criação da Comissão de Mulheres um marco no processo de participação feminina no MUB, cabe investigar se o fato de estarem inseridas na sua estrutura modificou as relações de poder ali estruturadas. A visibilidade da participação feminina explicitou a reflexão sobre a questão de gênero na entidade, nos seus diversos campos de poder? Qual a importância que os homens atribuíam à comissão de mulheres? Para eles, o fato dela existir alterou a sua relação e/ou visão da participação feminina no conjunto da entidade?

Foi observado que a maioria das mulheres casadas que participavam do MUB não tinham seus maridos militando na entidade; e, vice-versa, a maioria dos homens casados que ali atuavam, suas esposas também não participavam na federação. Esse fato evidencia uma dissociação entre o espaço privado e o público, intensificando a tensão nas relações da família. De um lado as esposas reclamavam da ausência do marido no lar, para “ficar com outras mulheres”. De outro, os maridos acusavam suas mulheres de abandonarem a casa e suas tarefas, “para ficar na rua com outros homens”. Até que ponto essas críticas/desconfianças interferiam na participação política da mulher? O fato da mulher estar no espaço político, reforça ou não a dominação masculina?.

A partir das questões até aqui apontadas foi possível delimitar o objeto de nossa investigação. Entendemos que seria fundamental compreender a relação de poder entre homens e mulheres a partir da participação feminina na estrutura do MUB. Reconhecemos, de um lado, a vasta literatura acerca da questão da mulher e, de outro, entendemos ser importante a presente proposta de investigação na tentativa de articular o conhecimento acadêmico a uma realidade concreta, estabelecida a partir de 1983 - ano da fundação da federação - numa região marcada pela pobreza e escassez

de infra-estrutura urbana, característica das áreas periféricas das metrópoles brasileiras. Para tanto partimos da abordagem teórica acerca das categorias relações de gênero, poder e movimentos sociais.

Embora sabendo que na construção do conhecimento, tanto a teoria quanto a prática não estão isentas de interesses, de preconceitos e de incursões subjetivas. Nossa opção está centrada no entendimento de que a forma de abordagem que adotamos é

“(...) entendida como aquela que é capaz de incorporar a questão do SIGNIFICADO e da INTENCIONALIDADE como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas”. (Minayo, 1994:10).

Neste sentido decidimos pela utilização da entrevista aberta semi-estruturada nos procedimentos da pesquisa, realizada com diretores do MUB, militantes das comissões de trabalho e funcionários da entidade. Além das entrevistas, foram analisadas as atas dos congressos da federação, panfletos elaborados pela mesma e seu estatuto, por entender que esta também é uma forma significativa de coleta de informações.

Assim, o resultado final da pesquisa, num momento seguinte, deu-se na articulação entre teoria e os dados, onde foi possível elaborar a dissertação sob o título *“Mulheres no espaço político: uma construção na vida e da vida”*, organizada em quatro capítulos. No primeiro, são apresentadas as categorias teóricas de relações de gênero, poder e movimentos sociais que formam os eixos que fundamentam e norteiam o estudo realizado na perspectiva de entender a dimensão do poder feminino na lógica dos atores sociais inseridos no contexto do MUB.

No segundo capítulo foi historicizada a trajetória política da federação, considerando o processo de redemocratização do Brasil, a partir da década de 1970. Na análise dessa trajetória foi evidenciado o papel da Igreja Católica no processo de formação política da população e, em especial, o incentivo que a Igreja fomentou para a participação dos leigos nos diversos movimentos sociais, destacando-se, no caso de Caxias, o MUB. Não obstante, ainda em relação à Igreja Católica, foram apontados os reflexos sofridos na federação frente as mudanças ocorridas na própria Igreja.

Foi dada, também, ênfase à relação entre o MUB e o poder executivo local. No período da formação da federação, Caxias ainda se constituía enquanto área de segurança nacional; portanto, o prefeito atuava segundo as diretrizes impostas pelo governo militar. Nesse momento a relação com o movimento social se dava sob a forma de embates/enfrentamentos. A partir das eleições municipais de 1985, o movimento criou expectativas visto que, após o período da ditadura militar, foi eleito, de forma direta, o prefeito da cidade, pelo PDT. No entanto, com o passar do tempo, percebeu-se que o governo eleito não tinha nada de diferente dos anteriores, e os que o sucederam também não apresentaram substancial alteração na relação com o movimento social duquecaxiense. Neste capítulo foram apresentadas, fruto dessa conjuntura que se estabeleceu no município, as mudanças internas no MUB. Mudanças essas explicitadas nos conflitos internos, dando origem à crise que se instaurou na entidade, reflexo da crise do próprio movimento social na história recente brasileira.

No terceiro capítulo objetivamos compreender o processo de visibilidade da participação política da mulher no espaço público, qual seja o MUB. Assim sendo, foi evidenciada, de um lado, a desassociação entre o espaço privado e o público que, em síntese, reforça a supremacia masculina. De outro, a própria trajetória que as mulheres

fizeram rumo à conquista do espaço político, tendo seu ápice na constituição da Comissão de Mulheres. Nesse processo, a população feminina era composta por mulheres da classe subalterna, em média tinham entre 18 e 40 anos de idade, na maioria solteiras, ora desempregadas, ora subempregadas, necessitando, portanto, do auxílio financeiro da família; as casadas eram, em maior número, donas-de-casa, tendo que dividir seu tempo entre as tarefas da casa, o cuidado com os filhos, marido e as atividades advindas do MUB.

Foram abordados, igualmente, os motivos que levaram as mulheres a não exercer o cargo de presidente da federação. Nessa discussão estão contidos tanto os valores religiosos quanto os aspectos provenientes da cultura machista na sociedade brasileira, reproduzidos pelos homens e pelas mulheres, ressaltando que essa reflexão passa pela dicotomia existente entre o discurso e a prática de tais atores sociais no espaço privado (casa) e no espaço público (MUB). Enquanto reflexo, tratou-se da representação social do poder feminino implícita na expressão “mulher da vida”.

No quarto e último capítulo foi retomada a discussão sobre a crise que se estabeleceu no MUB, a partir do contexto mais amplo no qual a crise dos movimentos sociais em geral é marcada tanto pela trajetória política brasileira, caracterizada pelo clientelismo, autoritarismo e populismo. Ao analisarmos as questões relacionadas ao movimento social, estabelecemos a década de 1990 como marco da consolidação do atual projeto neoliberal, representado no governo federal, estadual e municipal. Nesse contexto foi privilegiada, ainda, a análise do processo de municipalização e descentralização no campo das políticas sociais, tendo como foco a ação dos conselhos municipais.

Assim, o presente estudo buscou revelar aspectos da realidade social da mulher que atua no MUB, fornecendo elementos que, de forma implícita, na contínua e constante construção e reconstrução das relações sociais de gênero se expressam no campo do exercício do poder político de homens e mulheres.

CAPÍTULO 1

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Ao tratarmos das mudanças sociais que vêm ocorrendo na sociedade brasileira devemos levar em conta o estabelecimento de alianças entre segmentos de classes, categorias e grupos sociais que sofrem discriminações de diversos matizes, incluindo nesse universo, portanto, um ilimitado número de mulheres que vem se organizando, em várias frentes de luta, entre as quais as associações de moradores e os sindicatos. É importante lembrar, no entanto, que um enorme quantitativo deste contingente, mesmo não fazendo parte de movimentos organizados, está inserido, conforme atestam seus depoimentos, em vários outros tipos de lutas das mulheres.

Pensar a luta das mulheres significa compreendê-la a partir da sua organização que visa criar condições concretas que lhes possibilitem irromper com as diversas formas de tutela que reforçam e reproduzem sua dependência, associada à construção de um movimento pela difusão de um novo senso comum, uma nova cultura, na concepção gramsciana, capaz de contemplar relações de gênero igualitárias (Saffioti, 1995:189). Entendemos que o senso comum pode se alterar e se enriquecer com a absorção de noções diversas, que se incorporam aos costumes.

“A superação das desigualdades nas relações de gênero não pode prescindir, portanto, de um intenso trabalho de crítica a um senso comum cristalizado e da elaboração e difusão de uma nova cultura, que leve à superação dos diferentes mecanismos utilizados para explorar e discriminar a mulher”. (Saffioti, 1995:190).

Assim sendo, conforme afirma ainda Saffioti, os recortes acadêmicos que se fazem da realidade devem ser inseridos em totalidades dialéticas (1995:192). Partindo dessa premissa e frente à realidade empírica, qual seja, a participação feminina nas estruturas de poder do MUB, deparamo-nos com os conceitos de relações de gênero, poder e movimentos sociais, conceitos que darão suporte teórico na presente pesquisa.

Neste sentido consideramos importante ter em conta a idéia do socialmente construído, ressaltando, no entanto, que duas ordens de questões dificultam a sua abordagem. A primeira diz respeito ao preconceito da naturalidade que todas as culturas atribuem às suas próprias características. Esse preconceito é compartilhado, de modo geral, por todas as classes sociais e, particularmente, pelas classes dirigentes (Albuquerque, 1987:63), onde a naturalidade se presta perfeitamente aos seus interesses. A segunda questão que se coloca é a da transformação do socialmente construído em processo de naturalização, isto é, o revolucionário se constitui em conservador. Encontramos exemplos dessa mudança nos princípios da revolução francesa que, no primeiro momento, eram princípios revolucionários. No entanto, quando a burguesia assumiu o poder, esses princípios serviram de suporte ideológico para a sua manutenção nesta condição, transformando-se, assim, em princípios conservadores. Outro exemplo acontece com a teoria marxista. Essa teoria introduz a noção de que não são os ideais e os valores que determinam a história, mas sim as relações sociais “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (Marx, 1986:37). Contudo, essa noção transforma-se, segundo a interpretação de alguns pensadores, na concepção de “determinismo econômico”, e é a partir desse determinismo que se reintroduz uma naturalização da história, pois “as forças

produtivas passam a encarnar esse novo avatar da natureza, concebidas como determinismo cego e autônomo” (Albuquerque, 1987:64).

No quadro de nosso objeto empírico de estudo encontramos o preconceito da naturalidade nas relações estabelecidas no MUB, tanto no âmbito dos conflitos de classe social quanto no de gênero. O primeiro dá-se na relação que a federação estabelece, principalmente, com o Estado, visto que ela representa o processo de espoliação e pauperização da população que reside na periferia do grande centro (Município do Rio de Janeiro) sendo, portanto, percebida pelo poder público como indesejável e desestabilizadora da ordem vigente. Já o segundo ocorre nas suas relações internas estabelecidas entre os homens e as mulheres. Neste sentido, é fato relevante serem as mulheres o contingente de maior número no processo de construção da entidade e, no entanto, não lhes foi permitido exercer o cargo de presidente até os dias atuais. O exercício dessa função estaria sendo compreendido como “natural” aos homens.

Parece inegável que essa experiência vivida pelos homens e mulheres no MUB seria o resultado de um confronto entre os valores dominantes e os anseios de mudança, pois no processo de organização e mobilização da sociedade brasileira, a entidade constituiu-se num dos inúmeros exemplos de mediação entre a população e o Estado fomentando assim nos militantes, a partir das exigências de seus direitos, a noção de cidadania.

É importante lembrar que na construção da cidadania nos diferentes espaços latino-americanos está atrelada ao processo de democratização dos regimes políticos que aconteceu de forma incompleta e, até certo ponto, precária. No entanto, a partir do início da década de 1980, essa região parecia estar disposta a tentar organizar, mais uma vez, “sua vida pública em consonância com os preceitos democráticos” (Borón, 1995:64), mas, ao mesmo tempo acontecia a

pauperização de extensos segmentos das classes trabalhadoras e dos setores médios, entre outros grupos. Em Marx e Engels (1986:52) a sociedade civil abarca o conjunto das relações econômicas capitalistas, isto é, a base material ou infraestrutura. Eles evidenciam essa questão quando afirmam que:

“A sociedade civil é a verdadeira fonte, o verdadeiro cenário de toda a história (...), abrange todo o intercâmbio material dos indivíduos, no interior de uma fase determinada de desenvolvimento das forças produtivas. Abrange toda a vida comercial e industrial de uma fase (...)”.

Já em Gramsci deparamos com a ampliação da interpretação do referido conceito, pois segundo Simionato (1995), essa ampliação acontece

“(...) na medida em que procura mostrar que a sociedade civil é o espaço onde se organizam os interesses em confronto, é o lugar onde se tornam conscientes os conflitos e as contradições. Nele, a sociedade civil é um momento da superestrutura ideológico-política e não, como em Marx, da base real. Essas esferas, contudo, não são independentes, pois estrutura e superestrutura se relacionam dialeticamente”. (Simionato, 1995:66-67).

Interessa-nos, ainda, para os fins dos propostos nesta pesquisa, abordar o discurso da cidadania na perspectiva da articulação masculino/feminino. Para tanto lançamos mão da visão de Angela Groppi (1995), que parte da Declaração de Olympe de Gouges, redigido em 1791,¹ para tentar colher as questões básicas da complicada relação mulheres-igualdade e para extrair do quadro teórico-prático da revolução francesa algumas linhas de reflexão mais geral sobre o problema da cidadania, da qual as mulheres encontram-se excluídas.

De um lado as mulheres são excluídas da condição de cidadã, a partir da origem do conceito que advém das formulações que dão suporte teórico ao

¹ Encontramos “A Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, in Gabriella Bonachi e Angela Groppi (org.), *O dilema da cidadania*, SP, 1995:297-312. Para Groppi, esse texto é a mais orgânica crítica contemporânea ao pretenso universalismo da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, proclamada em 1789.

pensamento moderno de cidadania. De outro, quando elas abordam a universalidade dos direitos, fazem, expressamente, para ambos os sexos, mencionando os dois lados, ou seja, o masculino e o feminino. Neste sentido, afirma Groppi,

“ (...) a Declaração dos Direitos da Mulher, reescrita por uma mulher contempla a co-presença política e social de homens e mulheres e uma igual dignidade para os dois sexos. (...) Co-presença que vai na direção de uma complementaridade não mais entendida como justificação de uma relação desigual entre ambos, mas como possibilidade de uma relação igualitária mesmo que não necessariamente simétrica, baseada no fato de que a diferença de sexo não pode justificar a exclusão das mulheres do poder político e da cidadania social”. (Groppi, 1995:13-14).

À medida que explicita a diferença, o sujeito feminino quer juntar-se ao masculino, e não suprimi-lo, no momento em que afirma a sua especificidade. Os homens, ao contrário, ao introduzir a noção da diferença, fazem sempre em prejuízo total das mulheres, confirmando sua ligação com o privado e seu afastamento do governo, da coisa pública. Com o intuito de ilustrar essa questão, reproduziremos um trecho do relatório apresentado à Convenção Nacional de 9 Brumário, ano II, em nome da Comissão de Segurança Geral.

“As funções privadas a que as mulheres são destinadas pela própria natureza são inerentes à ordem geral da sociedade; essa ordem social é resultado da diferença que existe entre o homem e a mulher. Cada sexo é chamado para um tipo de ocupação que lhe é própria; sua ação é circunscrita dentro deste âmbito, que não pode transpor; enquanto a natureza, que pôs estes limites ao homem, governa imperiosamente e não tolera lei alguma”. (Amar, in Groppi, 1995:14).

Assim sendo, ratifica Christine Fauré, “a noção filosófica e política dos direitos naturais, em contato com os eventos revolucionários da reivindicação da igualdade civil para todos, transformou-se no predomínio de uma norma viril” (Fauré, in Groppi, 1995:15). Encontramos, portanto, nestes textos, os elementos

fundadores da exclusão das mulheres no campo da cidadania. As mulheres não podem atuar na esfera pública pois são, por natureza, destinadas à esfera familiar e privada, para a qual possuem “virtudes” específicas. Neste sentido, ao pertencer à comunidade familiar e nela exercendo, principalmente, o papel social de esposas e mães, para os autores da cidadania, esta condição constitui a causa da não possibilidade de as mulheres serem cidadãs. Em síntese, o entendimento de ser o campo familiar o lugar do zelo é fundamental para a definição da esfera pública como lugar do poder.

“Com efeito, a noção de cidadania - que reveste um caráter simbólico central na Revolução Francesa - não só não leva em conta o elemento feminino no momento constitutivo, mas se define e se constrói em oposição a ele. Não se trata então de uma simples ‘remoção’ da diferença feminina do imaginário dos modernos pensadores políticos, como sublinhou Adriana Cavarejo. Parece antes uma necessária e consciente expulsão de um sujeito feminino que serve para confirmar por oposição a identidade de um sujeito masculino, que procura para si mesmo novas definições e novas relações, uma vez liberto do arbítrio do antigo soberano e exatamente no momento em que deve definir seu próprio papel num campo social e político em vias de renovação. Se o caráter constitutivo do termo cidadão em oposição ao de súdito reside em sua participação ativa na esfera pública, no curso da Revolução ele se reforça em oposição à passividade da esfera doméstica e privada que compete às mulheres”. (Groppi, 1995:18).

Nessa perspectiva uma questão se impõe, qual seja: a dificuldade de, segundo Groppi, adquirir uma identidade individual por parte das mulheres, assim como os percursos difíceis de uma identidade coletiva. Para a autora, “uma das questões centrais a este propósito diz respeito à solidariedade entre as mulheres e a constituição de grupos organizados para a reivindicação dos próprios direitos e a afirmação da própria diferença” (1995:22). Há que se enfatizar, portanto, que a

edificação de uma solidariedade feminina com o propósito de uma participação política das mulheres tornou-se difícil pelo fato de que,

“(...) enquanto as redes solidárias masculinas do passado confluíam em estruturas organizadas e reconhecidas no plano estatal, as femininas eram informais ou circunscritas a âmbitos ou de suplência do aparato institucional, como atesta o amplo e secular engajamento nas atividades caritativas e beneficentes. Isso quer dizer que essas redes ofereceram a homens e mulheres quadros culturais de referência profundamente diferenciados e expansíveis de maneira diversa quanto à presença social e à negociação dos direitos”. (idem, 1995:23-24).

Isso significa dizer que “a difícil solidariedade das mulheres deve ser interrogada não de modo auto-referencial, mas levando em conta quadros complexos de um vínculo social em que homens e mulheres são interdependentes entre si” (idem, 1995:24). Neste sentido, é imperativo abordar o conceito de relações sociais de gênero, com o intuito de compreender o objeto em estudo, o da dimensão do poder feminino na lógica dos atores sociais inseridos no contexto do MUB.

1.1 - Relações de gênero

A partir do final da década de 1970, em função da conjuntura pela qual passava o Brasil e da crescente participação da mulher nos espaços públicos, seja no mercado de trabalho ou nos diversos movimentos, intensificou-se a produção teórica a respeito da questão feminina, nos vários campos do conhecimento.²

² Fato importante foi a constituição do Grupo de Trabalho Mulher e Força de Trabalho da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS. Sobre a construção da categoria relações sociais de gênero, encontramos em Mary G. Castro e Lena Lavinhas “Do feminino ao gênero: a construção de um objeto”, in Albertina de O. Costa e Cristina Bruschini, *Uma questão de gênero*, RJ, 1992:216-251, um levantamento analítico acerca do estado da literatura da década de 1980, sobre a mulher no Brasil.

Iremos tratar da construção do conceito de gênero, priorizando duas matrizes paradigmáticas nos estudos da mulher: o patriarcado e as relações de gênero.

Ao se analisar o paradigma do patriarcado logo se percebe que, apesar do seu uso como conceito, ocorreram várias divergências quanto ao seu conteúdo. Para Heleieth Saffioti, o patriarcado e o capitalismo são as duas faces de um mesmo modo de produzir e reproduzir a vida. Sendo aquele consubstancial ao capitalismo e aos outros modos de produção que o precederam. No entanto, Saffioti, supera essa concepção substancial, na qual o capitalismo não pode ser apenas pensado na lógica do capital, quando afirma que:

“O capitalismo não poderia ser pensado apenas através da lógica do capital. Ele teria em sua essência um sistema de dominação social, cultural, político, ideológico e econômico, que explicaria, por exemplo, o uso diferenciado pelo capital da força de trabalho feminina”. (Saffioti, 1992:236).

Conforme mostram Mary Castro e Lena Lavinas (1992:237), para alguns autores franceses, o capitalismo fragiliza e desestabiliza o patriarcado, pois é nele que encontramos, pela primeira vez, remuneração pelo trabalho feminino. Nesta perspectiva, o patriarcado não seria consubstancial ao capitalismo, surgindo uma contradição.

Assim, a não ser na identificação da noção de dominação masculina, há uma pluralidade de aplicações do conceito de patriarcado entre as feministas. No entanto, poderemos agrupá-lo em dois eixos. No primeiro, restringi-se ao âmbito da família, em outro às relações com o Estado. Nos dois casos, porém, há dúvidas quanto ao seu uso. No que se refere à família, constata-se que tanto a família mudou, o homem e a mulher mudaram, como a relação entre os sexos se modificou. Neste sentido, o conceito não permite pensar nessas mudanças, uma vez que cristaliza a dominação masculina. No caso em que se privilegia a relação com o

Estado, dá-se ênfase à violência manifesta ou reduz-se à reciprocidade da participação da mulher no sistema de dominação através de busca de proteção, força de tradição, inércia do costume ou o exercício legítimo da violência.

Há, também, o uso deste conceito no plano do imaginário social. Assim sendo, este paradigma teria potencialidades compreensivas quanto à produção subjetiva. No que vimos até agora, ao apresentar-se tão diferenciado no tocante à explicação do fenômeno geral da dominação masculina, ou de forma particular, no interior das relações homem-mulher, é relevante o questionamento se ele pode ou não ser considerado um paradigma.

Quanto ao paradigma das relações de gênero, o objetivo do conhecimento feminista é apresentá-lo a partir da relação entre homens e mulheres, na sociedade, colocando-o em práticas concretas, seja do domínio simbólico, seja do material. O que se apresenta é, portanto, o conceito de relações sociais de gênero, onde o ser homem e o ser mulher se relacionam na/além da produção cotidiana da existência, possibilitando, assim, sair do círculo das dualidades e/ou articulações, resgatando a noção de totalidade da vida social, sem perder a riqueza de cada relação, superando o determinismo do patriarcado, pois entende que o ser dominado pode constituir-se em sujeito.

“ 'Relações de gênero' é uma categoria concebida para apreender um conjunto complexo de relações sociais, para referir-se a uma movente configuração de processos sociais historicamente variáveis. Gênero, tanto como uma categoria analítica quanto como um processo social, é relacional. Ou seja, relações de gênero são processos complexos e instáveis (...) constituídos por e através de partes interrelacionais. (...) Através das relações de gênero, dois tipos de pessoas são criadas: homem e mulher. Homem e mulher são postos como categorias excludentes”. (Flax, in Saffioti, 1995:197).

Ao enfocar os termos relações de gênero em sociedade como a que se constituiu no Brasil, o que se quer é ultrapassar a dicotomia entre classe e sexo. As relações entre sexos se dão em uma sociedade de classes por práticas variadas, mas valorizadas pelo espaço/tempo da produção dos sujeitos sociais. Conclui-se, então, que as relações sociais de gênero ganham estatuto de paradigma, levando a uma mudança na delimitação do objeto, visto que anteriormente, este era a construção social e a subordinação da mulher, agora é a construção das relações sociais entre mulheres e homens, ou seja, as relações de gênero.

Aprofundando o conceito, Saffioti (1992:185) vem reforçar o seu conteúdo social. Trabalhar com as relações de gênero significa estar linguisticamente impregnado do social e das relações entre as categorias de sexo. Dessa forma deve-se captar a trama das relações sociais e suas transformações historicamente ocorridas através dos mais diferentes processos sociais.

Referindo-se ao conceito de patriarcado, a autora ressalta ainda que este não é absoluto, pois os homens não detêm todos os poderes. Nos dois pólos da relação homem/mulher existe poder, mas em doses desiguais. Há, entretanto, uma relação contraditória onde o homem preserva sua supremacia e a mulher luta para tornar menos incompleta sua cidadania.

“Colocar o fenômeno da desigualdade nas relações de gênero na ordem do dia - como objeto de reflexão, crítica e estímulo à ressignificação de vivências - reveste-se de especial importância numa sociedade marcada por um caldo de cultura extremamente autoritário, em que as diferenças - pessoais ou sociais - são apropriadas e repostas como desigualdades, estabelecendo-se relações hierarquizadas. Este quadro configura-se em relações familiares e em instituições sociais, no âmbito das relações interpessoais e da cultura, numa sociedade em que a esfera pública é definida em função de interesses privados, e a esfera privada sofre contínua interferência do poder público”. (Saffioti, 1995:185).

O entendimento da noção das desigualdades nas relações de gênero, de um lado, rompe com a ideologia do vitimismo e, de outro, propicia condições de refletirmos

“(...) como homens e mulheres participam da definição dos seus lugares e compactuam com a diferenciação e hierarquização de papéis que se constroem em múltiplos espaços societários; e, ao mesmo tempo, como lhes é possível romper este esquema estratificado e de sujeição”. (idem, 1995:185).

A ideologia dominante, nessa perspectiva, tem a função de mutilar e falsear a realidade, sendo identificada por todos e desconhecendo as relações de classe, gênero e raça/etnia. Neste sentido é percebida como uma visão de mundo própria,

“(...) configurando um conjunto de idéias e significados capaz de ter relativo efeito unificador de experiências individuais, interferindo tanto nas avaliações do real quanto nas intervenções que nesse se faz; e, em consequência, deve ser capaz de estancar a formação de uma consciência própria da classe e das categorias social subalternizadas, que as unifique em torno dos seus interesses”. (idem, 1995:185).

No entanto, a ideologia não é absorvida de forma única, assim como a consciência de classes e categorias exploradas/dominadas são mescladas por elementos contraditórios. Se a ideologia dominante tem como função mutilar e falsear a realidade, com o intuito de perpetuá-la, devendo ser absorvida por todos, não evidencia relações entre classe, gênero e raça/etnia. Paradoxalmente, ela é importante para a transformação das relações sociais dominantes, sendo possível a luta pela construção de uma contra-ideologia quando as classes e categorias sociais oprimidas conseguirem explicitar as contradições entre o projeto de sociedade que pretendem legitimar e a realidade vivida pelas mesmas.

“É através da reflexão sobre a prática vivenciada, do confronto com relações de dominação-exploração que a mulher se vai apropriando, negando e reelaborando suas representações, o que lhe torna possível intervir no contexto em que são

produzidas tais relações. Desta forma, lhe é possível acumular forças para reorganizar suas experiências de vida e interferir, efetivamente, em sua história". (Saffioti, 1995:186).

Isto posto, Saffioti visualiza a necessidade de definir um conceito de poder para trabalhar esta relação. O conceito de poder que mais se aproxima é o de Foucault. No entanto, enfatiza a contribuição do marxismo que, em síntese, lhe dá o estatuto de categoria, colocando-o na mesma posição do conceito de classe social.

Para Foucault, poder significa constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em campos sociais de força. Ao analisar o conceito de poder foucaultiano, José Augusto G. Albuquerque coloca que, após estudos de diversas correntes de pensamento, Foucault explica o poder sem o rei como sua fonte e natureza, ou seja, define-o como uma relação assimétrica que institui a autoridade e a obediência, e não como um objeto preexistente em um soberano, que o usa para dominar seus súditos.

"Assim, em vez de coisas, o poder é um conjunto de relações; em vez de derivar de uma superioridade, o poder produz a assimetria; em vez de se exercer de cima para baixo, submetendo, ele se irradia de baixo para cima, sustentando as instâncias de autoridade, em vez de esmagar e confiscar, ele incentiva e faz produzir". (Albuquerque, 1995:109).

Como os espaços de poder da mulher se inscrevem muito mais no plano micro, o referido conceito é mais indicado para a análise da presente pesquisa. Neste sentido, buscamos aprofundá-lo através das relações que as mulheres estabeleceram com os homens no espaço público. Entendemos que homens e mulheres vivenciam, de forma diferente, os fatos de seu cotidiano, mesmo quando pertencem à mesma classe social, e que a organização social de gênero evidencia diferentes visões de mundo onde a perspectiva da mulher difere da visão de mundo

e dos interesses do ponto de vista do homem e, por consequência, dos interesses deste (Saffioti, 1992:199).

Em relação à esfera pública, compreendemos que, como afirma Chauí, esta "(...) nunca chega a constituir-se como pública, definida sempre e imediatamente pelas exigências de espaço privado, de sorte que a vontade e o arbítrio são as marcas do governo e das instituições 'públicas'" (Chauí, in Saffioti, 1995:186). Assim sendo, importa-nos o confronto das forças que se estabelecem no interior do MUB, enquanto uma instituição pública.

Isto posto, partimos da premissa de que na nossa sociedade há uma crise das representações sociais do masculino e do feminino e, em específico, nas relações de casal. Constatamos que há uma:

"(...) perda de referência sobre o que é hoje ser homem ou ser mulher, o que é feminino, ou masculino, sem que aparentemente tenham sido encontrados novos pontos de definição que sedimentem um pacto novo nas relações homem-mulher. Tal pacto novo teria a possibilidade de superar o patriarcalismo herdado pelas sociedades industriais e ainda hoje por elas reproduzido". (Luz, 1987:71-72).

Historicamente, o pacto na sociedade burguesa teve como função favorecer ao máximo a nova ordem criada pelo capitalismo, estruturada a partir do século XIX, com a ascensão do papel do homem sobre o papel da mulher, estabelecendo uma divisão política entre o domínio público (destinado à figura masculina) e o domínio privado (reservado à figura feminina) como estratégia de atribuições de papéis sociais. Essa divisão de papéis deu origem a um conjunto de representações sociais sobre o masculino e o feminino que, em síntese, associam características a um e a outro sexo. A crise passa e perpassa toda a sociedade, incluindo o movimento feminista onde se situa tanto a luta pela transformação das relações de dominação homem-mulher e, em consequência, a superação do

patriarcalismo, quanto a mudança do modo de produção e a transformação das relações sociais que o consolidam nas instituições vigentes. Nesse contexto, o movimento de mulheres estabelece-se enquanto revelador dessa crise, que tem suas raízes nas mudanças da sociedade brasileira nas últimas décadas.

A entrada das mulheres na produção, principalmente a partir da segunda guerra mundial, foi fator determinante para essa crise, na medida em que criou o fenômeno da dupla jornada de trabalho da mulher, sendo elemento potencialmente implosivo das relações de casal. Contudo, há outros elementos que evidenciam a crise, quais sejam: a mudança dos padrões de comportamento, impulsionados pelos meios de comunicação, a partir da década de 1950 e o acesso aos direitos de cidadania.

Em consequência, a crise se apresenta, de um lado, no fato da maioria dos homens ainda não assumirem o cuidado com os filhos ou com o lar, pois esta representação social corresponde ao papel feminino. “E se as mulheres estão cobrando agora estas tarefas é porque questionam o antigo pacto e as representações sobre o que é ‘coisa de mulher’ e o que é ‘coisa de homem’” (Luz, 1987:75). De outro lado, se antes era única e exclusivamente da mulher a função “prazeirosa” de cuidar dos filhos, atualmente, a prole incomoda, pois interfere no trabalho materno (dentro e fora do lar), na aparência do seu corpo e na competição com as outras mulheres. Sendo assim, as mulheres reivindicam mais, e esse mais significa uma presença afetiva e efetiva do marido. Portanto, elas não querem arcar sozinhas o ônus da família, tanto no campo afetivo, quanto material.

Se no âmbito familiar já encontramos mudanças significativas na relação homem-mulher, cabe desvendar que modificações ocorrem quando as mulheres atuam no espaço público. Nossa intenção, portanto, no presente estudo, é analisar a participação feminina nas estruturas de poder do MUB. Para tanto, além de

lançarmos mão da categoria de relações sociais de gênero, iremos trabalhar com o conceito de movimento social.

1.2 - Movimentos sociais

Para analisar o conceito de movimentos sociais resgataremos, inicialmente, seu aspecto histórico. Segundo Ana Maria Doimo, esta categoria surgiu por volta de 1840 a fim de designar o surgimento do movimento operário europeu, e que, posteriormente, foi desenvolvida para representar a organização racional da classe trabalhadora em sindicatos e partidos empenhados na transformação das relações capitalistas de produção, tendo a capacidade de referir-se a uma multiplicidade de novas formas de participação, igualmente pensadas em função da alteração da lógica capitalista, porém, agora, organizadas espontaneamente na esfera da cultura enquanto novos movimentos sociais.

“No Brasil, a reflexão teórica também criou diversas polaridades interpretativas a partir de questões abrangentes: qual a natureza dos novos movimentos, quais suas possibilidades de sobrevivência, continuidade e como avaliar os limites e a eficácia dessas práticas”. (Doimo, 1995:46).

Discutir os movimentos sociais no cenário brasileiro significa, portanto, compreender a complexa relação entre atores, conjuntura e estrutura sócio-política. O seu uso se insere nas conjunturas históricas da sociedade brasileira e, assim sendo, a formulação do paradigma movimentos sociais está relacionada à situação de confronto em um período específico, com o regime militar. Já a compreensão e definição desse paradigma e as críticas a ele dirigidas ocorrem no período subsequente, de abertura e transição democráticas. Nesse contexto tem lugar a

questão dos direitos sociais, principalmente relacionados à moradia, saúde, educação e trabalho.

No que tange à formulação teórica, este paradigma traz, no seu bojo, questões complexas, entre as quais o caráter das lutas (de classe) que os movimentos sociais desenvolvem, suas (des) articulações com partidos políticos ou seus antagonismos em relação ao Estado (Kowarick, 1987:38). Outros trabalhos estudam o seu significado cultural em termos de criação de novas formas de sociabilidade e valores contrapondo-se ao elitismo, fortemente presente na realidade brasileira. Outras análises discutem o significado político desses movimentos no processo de transição para o regime democrático brasileiro, iniciado na década de 1970. Há, também, aquelas que trabalham o conceito de cidadania em função das contradições apresentadas na sociedade capitalista, abordando o potencial da radicalidade das lutas urbanas, cujo horizonte não se esgotaria nos parâmetros dessa sociedade (Kowarick, 1987:38). Assim, é possível identificar, segundo Ana Maria Doimo, pelo menos no Brasil, três matrizes interpretativas: a estrutural-autonomista, a cultural-autonomista e o enfoque institucional.

A primeira baseia-se em dois postulados, quais sejam: que as contradições urbanas impulsionam os conflitos da sociedade capitalista, visto que são determinados pelo caráter de classe do Estado e que a sociedade civil possui intrinsecamente a capacidade de organizar-se de forma autônoma em oposição à tradição política autoritária, especialmente ao regime autoritário. Essa matriz teórica desenvolveu-se com tanta força que a idéia de movimentos sociais tornou-se sinônimo de movimentos urbanos.

A crise do marxismo foi fator importante para dar força à matriz interpretativa cultural-autonomista, ao valorizar o aspecto cultural no campo significativo dos conflitos sociais, em detrimento da crítica metodológica do

marxismo reducionista e economicista. A matriz cultural-autonomista recusava tanto a idéia de sujeito único (o movimento, o partido, etc.), quanto a premissa que estabelecia, por antecipação, a homogeneidade da classe. Negava, também, a eficiência de ideologias externas à própria ação. Por consequência, trazia à tona a “pluralidade de sujeitos” e uma “constelação de novos significados”, criados “a partir da própria experiência” (Doimo, 1995:48).

No entanto, a conjuntura geral estabelecida na década de 1980 caracterizou-se não pelas transformações radicais produzidas por essas forças, mas por uma transição conservadora rumo à democratização, a partir de um pacto entre as elites políticas que possuíam condições a seu favor de continuidade de instrumentos e de orientações da ordem vigente. Diante dessa conjuntura, ganha terreno a terceira matriz interpretativa, a do enfoque institucional, que explica o quadro de demandas, recusas, alianças, pactos e conflitos internos, onde se estabelecia com o Estado uma relação que oscilava entre “amigo” ou “inimigo”, dependendo dos interesses e da ótica cultural pela qual era reconhecido. Parece acertado que a natureza dessas formas de participação estaria circunscrita à ampliação dos direitos de cidadania, em vez das radicais mudanças estruturais das relações capitalistas, como se imaginava.

No exame do conceito de movimentos sociais percebe-se que estes se inserem fora da esfera produtiva e dos canais convencionais de mediação política, em espaços marcados por carências referidas ao vertiginoso crescimento e crise do Estado capitalista. Desta forma tais movimentos constituem-se, segundo Ana Maria Doimo, parte integrante da socialização política.

“Parte de um processo que, se fertilizou o repertório participacionista, ampliando as possibilidades de surgimento de novos formatos de participação política, não deixou também de produzir elementos perversos que, no limite, podem conspirar contra a

própria possibilidade da política, instaurando a intolerância e a violência". (Doimo, 1995:50).

No que se refere ao aspecto da base social do movimento, Pedro Jacobi ressalta que no "contexto dos países capitalistas avançados esses movimentos se configuram como práticas multidimensionais que, na articulação dos distintos níveis sociais, caracterizam-no como agente de mudanças" (Jacobi, 1993:14). No caso brasileiro, o autor afirma que "a maioria dos estudos confirma que a base social envolve fundamentalmente os setores populares e componentes da classe operária, aglutinados em torno de reivindicações vinculadas ao espaço de moradia" (idem, 1993:14). É preciso ter em vista os problemas decorrentes das transformações no modo de vida que afetam os diversos grupos sociais, entre eles, por exemplo, o movimento negro, o movimento feminista.

"(...) torna-se necessário analisar a heterogeneidade dos movimentos urbanos, sua constituição e articulação em torno de reivindicações coletivas diversificadas, que colocam em questão as concepções tradicionais, que vinculam os movimentos sociais às relações de classe". (Duhram, in Pedro Jacobi, 1993:14)

Diante do exposto, cabe ressaltar que há diversas polaridades interpretativas sobre os movimentos sociais o que, para Doimo, representa não somente

"(...) uma profunda crise do sentido originário do conceito de movimento social, como apontam a ação-direta como característica recorrente das novas formas de participação (...). A noção de ação-direta ora tem sido utilizada para acusar a irracionalidade das massas como contraponto dos formatos racionais de organização do 'genuíno' movimento social; ora tem sido acolhida para enaltecer uma desejada 'autonomia' da sociedade civil contra os excessos da regulamentação estatal; e ora tem sido evocada para circunscrever o caráter explosivo de conflitos oriundos de choques interétnicos ou de situações de extrema degradação social". (1995:51-52).

A autora tenta tecer um novo arranjo conceitual, na perspectiva de situar o novo espaço de conflitos de ação-direta da sociedade contemporânea e elucidar o modo como esses conflitos podem manifestar-se em determinadas conjunturas específicas.

“Para tanto, temos tão logo de abandonar qualquer ‘otimismo teórico’ apriorístico, mesmo porque, se pensados em alto grau de abstração, tais conflitos revelam uma natureza profundamente ambígua. Primeiramente, porque, longe de inscreverem-se na órbita das relações de produção ou de trabalho, emergem em inusitados lugares entre o Estado, o mercado e a cultura, contando com uma base social de natureza dispersa e volátil. Em segundo lugar, porque, não obstante definam-se, via de regra, em referência ao fundo público, reivindicando bens de consumo coletivo, constituem-se por fora dos formatos tradicionais de representação política e realizam-se numa espécie de ‘vácuo regimental’, à base de critérios *ad hoc* de interlocução. E, finalmente, porque, ao regerem-se pela lógica consensual-solidarística, própria das ações diretas, tornam-se vulneráveis ao agenciamento de grupos e de instituições que não têm a política como fundamento institucional”. (idem, 1995:52).

Neste sentido é interessante revelar as questões apresentadas no processo histórico do MUB, que se caracteriza num movimento social de ação-direta, congregando diferentes associações de moradores e que atua no plano de intervenção, em função das carências sócio-políticas no município de Duque de Caxias. Assim como revelar os impasses que se estabeleceram no interior da federação diante das conjunturas, a partir da década de 1970 até os dias atuais.

Além disso, em função do nosso objeto de estudo, qual seja a relação de poder entre homens e mulheres a partir da participação feminina nas estruturas de poder do MUB, é necessário abordar, de um lado, a trama das relações sociais em que homens e mulheres estabeleceram na federação, assim como as transformações históricas decorrentes dessas relações. Para tanto, partimos do pressuposto de que homens e mulheres vivenciam, de forma diferente, os fatos do

seu cotidiano e, por conseguinte, possuem, à luz de seus interesses, uma concepção de mundo também diferente.

CAPÍTULO 2

UM MOVIMENTO SOCIAL EM QUESTÃO: EMERGÊNCIA E TRAJETÓRIA DO MUB

Para compreender a trajetória política da Federação Municipal das Associações de Bairro de Duque de Caxias - MUB, é necessário abordar os principais elementos que permitem entender o processo de democratização do País, a partir da década de 1970, tendo como consequência o ressurgimento dos movimentos sociais. Além disso, consideramos relevante destacar as questões específicas que levaram o nascimento, em Duque de Caxias, do MUB, dando ênfase à atuação de segmentos da Igreja Católica na perspectiva de formar quadros para seu engajamento nas lutas políticas.

Ao tratarmos do seu surgimento, dinâmica e impasses que se estabeleceram no decorrer da trajetória histórica, mostraremos como a crise de participação e representatividade política da entidade foi se estabelecendo. No entanto, entendemos que o MUB constitui-se num exemplo da crise porque passa o movimento social de um modo geral, e que sua explicação vai, segundo Ana Maria Doimo:

“Além das mudanças conjunturais ou da visão reificada do descenso, deve ser buscada na intercessão entre a condição estruturalmente ambígua dos movimentos de ação-direta, e as conexões ativas que os atualizaram conjunturalmente enquanto campo ético-político referido ao popular”. (Doimo, 1995:201).

A fim de avançar nessa reflexão, vamos lançar mão da análise de Pedro Jacobi, a partir da ênfase que o autor atribui ao componente cultural dos

movimentos, e afirmando que, em torno da esfera da reprodução, criam-se diversas identidades. Aponta, assim, a necessidade de analisar a heterogeneidade dos movimentos sociais e suas contradições internas, visto que, sob um aspecto, essa característica coloca em xeque a noção dos movimentos como agentes de transformação e, sob outro, é um dos fatores menos enfatizados nas análises a respeito dos movimentos sociais (Jacobi, 1993:14-15). O obstáculo, portanto, é explicado, segundo Durham, como dificuldade relacionada ao

“(...) fato de esses movimentos não se enquadrarem nas expectativas que os estudiosos e militantes haviam construído sobre a forma pela qual deveria ocorrer a transformação política da sociedade brasileira e sobre os instrumentos adequados para essa transformação”. (idem, 1993:15).

Nessa perspectiva, os movimentos são compreendidos como “novos movimentos sociais” no que tange à formação de uma identidade sociocultural, apontando para a constituição de uma nova cultura política (idem, 1993:15). Significa, portanto, dar visibilidade às contradições internas do movimento, colocando em destaque, no processo de construção de identidade popular, os reflexos ocorridos nesse movimento, onde se constróem os pressupostos coletivos da ação, a saber: questões relativas às características organizacionais, à autonomia do movimento e ao caráter da sua relação com o Estado (idem, 1993:15). Isto posto, procuraremos mostrar as questões que desencadearam a crise da federação em função da sua relação com o poder público e os conflitos internos que se constituíram no seu processo histórico.

2.1 - Aspectos da conjuntura nacional

A exemplo do que ocorria no país, da mesma forma que surgiram movimentos reivindicatórios, de repercussão nacional, no auge da ditadura militar como, por exemplo, o Movimento do Custo de Vida (MCV)¹ e o Movimento de Saúde (MOS),² assim também em Caxias iniciam-se, no final da década de 1970, vários movimentos urbanos de cunho popular, formados eminentemente por mulheres, “que surgem como uma espécie de instrumento de denúncia da ausência ou precariedade dos serviços coletivos municipais” (Giulani, 1997:647). Entre eles estavam os Clubes de Mães, as Pastorais Sociais da Igreja Católica, as Associações de Moradores (AMs), o Centro Estadual dos Professores (CEP), o Movimento Negro Unificado (MNU). Além desses movimentos, tiveram presença marcante no processo de mobilização da população, o Centro Comunitário de Duque de Caxias (CCDC),³ as organizações de esquerda (a Ala Vermelha e o MEP - Movimento de Emancipação do Proletariado)⁴ e os partidos políticos, como o Partido Comunista Brasileiro e o Partido Comunista do Brasil.

Entre 1979 e 1985 cresceu, portanto, a mobilização de diferentes setores da sociedade brasileira exigindo a redemocratização do país, iniciando novos conflitos e questionando o modelo sindical então vigente. Assim sendo, as práticas

¹ O Movimento do Custo de Vida (MCV) surgiu na Zona Sul de São Paulo em 1973. Sobre esse movimento ver Ana Maria Doimo: 1995.

² Assim como o MCV, o MOS surgiu em meados da década de 1970. Sobre o MOS ver Ana Maria Doimo: 1995.

³ Centro Comunitário de Duque de Caxias (CCDC) - Instituição da Igreja Metodista que tinha como objetivo atuar junto às igrejas locais do Distrito da Baixada Fluminense, visando a criar um espaço que possibilitasse aos leigos dessas igrejas a reflexão sobre sua prática religiosa e social, na perspectiva de motivá-los para sua inserção nas questões sociais, tendo como princípio o desenvolvimento de um espaço ecumênico de cooperação e de serviço, prestando assessoria às entidades do movimento social em Duque de Caxias, especificamente o MUB.

⁴ Sobre as organizações de esquerda no país, ver Eder Sader, *Quando novos personagens entraram em cena*, R.J., 1988 e Jacob Gorender, *Combate nas trevas A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, RJ, 1987.

dos sindicatos começam a mudar, reivindicavam-se negociações coletivas, eleição dos delegados sindicais nos locais de trabalho, entre outras questões. Surgiram, também, novas correntes sindicais, inicialmente como oposições sindicais, passando a serem identificadas, em seguida, como “sindicalismo autêntico” ou “novo sindicalismo”, estando presentes na formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) que, por sua vez influenciou o nascimento do Partido dos Trabalhadores (PT), no ABC Paulista.

Em consequência desse processo, o ressurgimento de movimentos sociais na década de 1970 significou práticas de contestação, que acenavam a distância entre o país legal e o país real. O surgimento de críticas dos mais diferentes setores da vida social, através de programas, linguagens e experiências inovadoras, possibilitou a formação de um campo simbólico oposicionista, que se fazia presente na articulação de idéias, fundadas de uma contestação emergente que passava pelos partidos de esquerda, setores da Igreja vinculados às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e outros setores da sociedade civil interessados em viabilizar propostas de mudanças. “Nessa perspectiva, os movimentos sociais são condensação dinâmica de estratégias, reelaboradas no curso de diferentes experiências, vividas fundamentalmente, por atores em situação de exclusão social” (Barreira, 1995:61).

Nesse contexto, a população enquanto conjunto de cidadãos/cidadãos excluídos ou usuários/usuárias mal-atendidos dos serviços públicos essenciais começou a participar dos diversos movimentos sociais em Caxias, reivindicando direitos e não favores. Conforme Janice Perlman, afirmava um assessor do governo executivo municipal no período da segurança nacional:

“Com mais frequência associações de moradores, grupos de bairros ou de ruas, e indivíduos (mulheres ainda mais do que homens) dirigem-se diretamente ao gabinete

do prefeito para pedir melhorias nos serviços. 'Eles já não se conformam com uma resposta negativa', disse ele. Fazem passar petições e continuam pressionando até ver satisfeitas suas reivindicações". (Perlman, 1977:78).

Destacamos duas questões que levaram essa população a participar do MUB, quais sejam: o quadro de precariedade em que se encontrava a maioria da população duquecaxiense e o incentivo que a Igreja Católica deu aos leigos para sua inserção nas lutas sociais.

2.2 - O papel da Igreja Católica no processo de formação política da população.

Em relação à segunda questão, qual seja a atuação da Igreja Católica em Duque de Caxias, as mudanças que nela ocorriam faziam parte de um conjunto mais amplo de transformações internas na Igreja, em geral frente aos impactos da modernidade, abrindo-se para novas experiências organizativas e teológicas, afirmando a "autonomia" das organizações de base contra o avanço da racionalidade do Estado. Nesse processo, a Igreja insere-se na discussão acerca da recuperação da capacidade ativa do povo, mediante sua transfiguração em sujeito. Essa discussão começava, pois, a repercutir em inúmeros segmentos da sociedade civil brasileira, como a própria Igreja Católica, em especial os setores progressistas, os segmentos da intelectualidade acadêmica e grupamentos de esquerda. Já em 1976, afirmava Dom Mauro Morelli, "nós devemos ser sujeitos de nossa própria história." (Dom Mauro Morelli, in Doimo, 1995:78).⁵

⁵ Cabe registrar que Dom Mauro Morelli foi o 1º Bispo da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti, e que a fundação da Diocese ocorreu no dia 12/06/1981. Está, portanto, no município há 16 anos.

Encontraremos, também, a presença marcante da Igreja Católica na constituição das chamadas organizações não-governamentais (ONGs), estimuladas como um novo formato de participação sócio-política. Segundo pesquisa realizada em 1971, durante o I Encontro Internacional de ONGs e Agências do Sistema da ONU, por Rubem Fernandes e Leandro Carneiro, tendo como amostra 102 ONGs brasileiras, verificou-se na década de 1970 que 34% delas tinham afinidades com a teologia da libertação e 26% com pastorais ou Comunidades Eclesiais de Base - CEBs (Doimo, 1995:80).

“A recuperação da capacidade ativa do povo e seus desdobramentos em termos de práxis sócio-política contaram, sobremaneira, com a própria institucionalidade organizativa, material e simbólica desta robusta instituição que é a Igreja Católica. Significa dizer que, para além dos impulsos internos e externos do clero progressista, a própria Igreja, enquanto instituição, tinha interesses a realizar no âmbito da participação movimentalista”. (idem, 1995:91).

Na perspectiva do povo, enquanto sujeito de sua própria história, iniciava-se neste período na Paróquia do Pilar, no segundo distrito de Caxias, esta chamada “igreja popular”. A paróquia estava ligada à diocese de Petrópolis. Na concepção de que “o leigo tem papel ativo e destacado na realização de serviços pastorais e até mesmo de ministérios laicais” (idem, 1995:82) e, baseando-se no modelo de reflexão próprio à teológica da libertação e na organização de pastorais, é formada a coordenação das pastorais sociais da paróquia, com o intuito de articular as suas ações e ser um espaço de formação política.⁶

Várias Associações de Moradores (AMs) surgiram em função das necessidades de equipamentos urbanos onde as reivindicações acontecem na

⁶ Sobre as transformações na Igreja Católica no Brasil, resultando no surgimento da Igreja baseada nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e nas Pastorais Populares, Cf.: F.L.C. Teixeira, *A gênese das CEBs no Brasil, elementos explicativos*, S.P., 1988. Sobre a realidade específica de Duque de Caxias, Cf.: também, J. Cláudio de S. Alves, *Igreja Católica: opção pelos pobres, política e poder o caso da Paróquia do Pilar*. Dissertação de Mestrado em sociologia e política, PUC/RJ, 1991. (não publicado).

esfera da reprodução. Por esse motivo, no processo de formação política, instituído pela coordenação pastoral da paróquia, tiveram lugar especial os estudos sobre os estatutos das AMs, motivando o engajamento dos leigos tanto nas AMs já existentes (na grande maioria, eram instâncias atreladas ao poder público local e sem a participação da população), quanto na formação de associações em bairros onde não existiam.

No início da década de 1980 destacava-se entre outras lutas, aquela que reivindicava a construção de passarelas na extensão das rodovias Washington Luís e Rio-Magé, em função do elevado número de atropelamentos - principalmente no 2º, 3º e 4º distritos do município; e as que buscavam melhor atendimento nos postos de saúde, saneamento básico no bairro do Pilar, não construção do presídio no bairro da Figueira, construção de escolas e melhoria no serviço dos transportes rodoviários.

2.3 - O surgimento do MUB: trajetória e principais impasses

A mobilização da população crescia, animada, também, pelo fato de que algumas reivindicações estavam sendo atendidas. Porém, reconhecia-se a necessidade de unificá-las, até porque estavam relacionadas com a precariedade dos serviços coletivos municipais. Assim sendo, surge o Movimento de União de Bairro - MUB, cujo objetivo era congregar as Associações de Moradores a fim de reivindicar junto ao poder público melhores condições de vida para a população. Exigir escolas, postos de saúde, saneamento básico, transportes fazia parte de lutas reivindicatórias desta entidade. Em 1980 ocorreram os primeiros passos para a estruturação e legalização do MUB e, em maio de 1983 deu-se o congresso de

fundação da Federação Municipal das Associações de Bairro de Duque de Caxias.⁷ Nesse encontro estiveram presentes 27 AMs, sendo que 21 tinham direito a voz e voto - num total de 96 delegados - e 06 AMs convidadas, sem direito a voto. Cabe registrar os temas desse primeiro congresso, que refletiam o quadro conjuntural do município e do país: a realidade social, a administração pública, os problemas nacionais (desemprego, carestia, política salarial) e as questões de organização interna da entidade.

A entidade ficou constituída dos seguintes órgãos: 1) o Congresso, que se reuniria a cada dois anos ordinariamente e seria o órgão máximo da federação, a quem competiria aprimorar ou modificar os princípios, definir as linhas programáticas do MUB e seu funcionamento orgânico, assim como eleger a diretoria e conselho fiscal; 2) o Conselho de Representantes (CRs) - composto por representantes das AMs, com poder deliberativo, tendo como competência, entre outras questões, subsidiar, fiscalizar e colaborar com a diretoria na execução dos trabalhos; 3) a Diretoria, o órgão executivo da Federação, composta por 15 membros efetivos e 08 suplentes, tendo como principais funções coordenar e dirigir o MUB dentro das diretrizes fixadas pelo CRs e pelo congresso, representar a entidade junto ao poder público, instituições privadas e onde mais se fizesse necessário. Cabe ressaltar que, dos vinte e três membros eleitos para os cargos de diretoria da federação, no primeiro congresso, nove eram mulheres. Em média, nos demais congressos realizados até 1997, num total de oito, esse número se manteve, significando uma composição de 31% de mulheres no total dos membros da direção.

⁷ Inicialmente o MUB significava o Movimento de União de Bairros. A partir do 1º congresso da Federação a sigla MUB manteve-se. Neste sentido, quando nos referirmos ao MUB estamos tratando da Federação Municipal das Associações de Bairro de Duque de Caxias.

Criaram-se, igualmente, Comissões de Trabalho vinculadas à diretoria. Sua função era a de apoiar a diretoria nas lutas e questões que merecessem tratamento específico. As comissões que surgiram foram a de Saneamento Básico, Transportes, Saúde, Educação, Habitação e Posse de Terra. Posteriormente, em função da conjuntura que se estabeleceu no interior do movimento e do município, surgiu a comissão de Formação e de Mulheres.

A primeira diretoria exerceu o mandato de um ano, tempo necessário para iniciar o processo de estruturação da entidade. Se de um lado a criação da federação constituiu-se num marco para o movimento, de outro acarretou ônus para o processo de mobilização dessa população, visto que necessitava organizar uma instituição que demandava recursos materiais, disponibilidade de tempo e infraestrutura.

Em julho de 1984 foi realizado o 2º congresso do MUB, com a participação de 21 AMs num total de 128 delegados com direito a voz e voto. As questões debatidas foram habitação e posse de terra, saúde e saneamento básico, educação, cultura e lazer, transportes, alimentação e defesa do consumidor, relacionamento com as autoridades, conquistas democráticas e organização do MUB.

No período compreendido entre 1982-84 haviam se estabelecido dois blocos que se opunham politicamente dentro do município. De um lado estava o MUB, que se constituía enquanto elo entre o poder público e as AMs que também estavam em crescimento, a Diocese de Duque de Caxias e de São João de Meriti, que dava os primeiros passos, e a Paróquia do Pilar que aumentava o seu poder de mobilização estimulando a articulação dos movimentos sociais no 2º distrito, além do Partido dos Trabalhadores que surgiu nesse período. Um entrevistado expressa, da seguinte forma, a relação do nascimento dessas instituições: “Em

Duque de Caxias, é uma questão conjuntural, porque os três nascem na mesma época. Nasce a diocese, nasce o MUB, nasce o PT. Eles são quase como que irmãos gêmeos nesse negócio”.

No outro bloco estava a prefeitura, chefiada pelo interventor Hydeckel de Freitas Lima, representando os setores conservadores do município, assim como os assistentes sociais que executavam os programas assistenciais da LBA. Cabe ressaltar que Hydeckel, enquanto herdeiro político de Tenório Cavalcante,⁸ resgatava, na sua relação com a população duquecaxiense, a prática populista e clientelista que o “homem da capa preta” havia desenvolvido na cidade, a partir da década de 1950.

Neste momento torna-se oportuno resgatar a conjuntura mais ampla do país e sua relação com o que ocorria em Caxias. A década de 1970, segundo Pedro Jacobi, foi marcada pela crise de legitimidade do regime, pela mudança na atitude dos setores liberais que pediam a volta do estado de direito e o início das discussões acerca dos direitos humanos, assim como a crescente deterioração das condições de vida nos grandes agrupamentos urbanos. Neste sentido afirma o autor:

“A conjuntura da época caracteriza-se pela contradição entre a política oficial de liberalização, abrindo um espaço maior de organização da sociedade civil, e os temores dos setores mais estreitamente identificados com a doutrina de Segurança Nacional”. (Jacobi, 1993:139).

O movimento, portanto, continua o autor, transforma-se no “catalisador de um discurso anti-estado em escala nacional, como reflexo do corte que se opera entre a sociedade civil e o Estado, que estimula a emergência de diversas formas de resistência” (idem, 1993:139-140).

⁸ Sobre a vida política de Tenório Cavalcante, Cf.: Israel Beloch, *Capa preta e lurdirinha: Tenório Cavalcante e o povo da Baixada Fluminense*, R.J., 1986.

Caxias enquanto área de segurança nacional não participou do processo eleitoral de 1982 para a escolha de prefeito. Isto só veio a ocorrer nas eleições municipais de 1985, sendo eleito o candidato Juberlan de Oliveira, do mesmo partido do Governador do Estado do Rio de Janeiro - Leonel Brizola. O resultado eleitoral criou expectativas quanto ao atendimento das reivindicações dos movimentos sociais, até porque depois de mais de uma década, sem representação popular no município, o prefeito recém-eleito pertencia ao mesmo partido do governador do estado. O MUB, portanto, acreditava que esse fato iria facilitar o processo de negociação acerca de suas reivindicações.

No entanto, ao final de seis meses de mandato, constatou-se que, além de não atender as reivindicações do movimento, a prefeitura se fazia ausente nas discussões estabelecidas com o governo do estado, assim como iniciava o processo de cooptação das associações de moradores centralizando as ações do governo na sua figura. Na verdade, o PDT, em Caxias, caracterizou-se como partido fisiológico e sem tradição ideológica. Gradativamente, o governo municipal foi fechando os canais de negociação com a federação, motivando, assim, uma radicalização das posições do MUB. Neste sentido, no dia 1º de julho de 1986, com o slogan: "O prefeito fala, fala e nada faz", foi realizado um ato de protesto denunciando a prática política daquela administração.

A seguir, encontra-se no discurso de um dos diretores do MUB a referência ao processo que se estabeleceu na relação com a prefeitura:

"Os primeiros 6 meses, foram 6 meses de observação. (...) Mas no final nós chegamos à conclusão que o Juberlan queria fazer um governo populista. Era um governo populista, quer dizer, recebia as associações e as escutava, mas nada era feito e sempre entregava o ouro aos Vereadores que eram do bloco do PDT ou daqueles que votassem com o Prefeito e nunca atendendo às reivindicações das associações de moradores. Então não tinha sentido, da gente ficar de braços

cruzados, quer dizer, quando nós partimos pra rua e não procuramos mais esse governo. Não tinha sentido ir lá, sentar com eles, conversar e não ver nada em troca. Então foi melhor sair fora (...) Tinha que haver uma oposição nessa cidade, e o MUB não foi nada menos nada mais do que uma oposição ao governo Juberlan. Foi a única oposição que existiu, única não, perdão, o SEPE também, né, e a APPMDC⁹ que se juntou a nós já no final do governo, começou a fazer um trabalho”.

A proximidade geográfica de Caxias com a cidade do Rio de Janeiro, faz com que haja, naquele município, repercussão imediata dos acontecimentos que ocorrem nesta última. Casualmente, no dia anterior ao ato, promovido pela federação, aconteceu na cidade do Rio uma revolta popular contra o aumento abusivo e inesperado das passagens dos ônibus. Usando esse episódio como pretexto para coagir as lideranças, na manhã do dia 1º de julho daquele ano, quando a comissão organizadora chegou à sede da federação, encontrou policiais na porta da entidade para levá-los ao 15º da polícia militar, pois o coronel os aguardava. Chegando no batalhão, o grupo foi, imediatamente, recebido pelo comandante que dizia estar “preocupado com a realização do ato”, visto o clima tenso em que se encontravam seus subordinados, em função do episódio ocorrido, no dia anterior, na cidade do Rio de Janeiro. Por esse motivo, solicitava o adiamento da manifestação.

No entanto, os representantes argumentaram que o ato estava marcado, e sendo organizado há mais de dois meses, e que tal fato não justificava seu cancelamento. Ele ocorreu, contando com aproximadamente 700 pessoas, incluindo, principalmente, mulheres, pessoas idosas e crianças e cerca de 200 policiais, com a atribuição de, segundo o oficial militar, “manter a ordem”. O diretor do MUB, em entrevista, retrata como as instituições públicas (polícia e prefeitura) se portaram diante dos fatos, assim como a repercussão no movimento.

⁹ APPMDC - Associação dos Profissionais da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias.

“Nós tínhamos decidido tudo e comunicamos ao 15º e estava todo mundo ciente e, pra nossa surpresa, no dia 1º, no dia do ato, num dia anterior, houve um quebra-quebra porque a passagem do RJ aumentou, pegou o povo de surpresa. (...) O Juberlan se apoiando em cima disso, decretou ponto facultativo na cidade. Tudo fechado. Disse que Caxias iria virar um caldeirão fervendo porque as Associações de Moradores iria quebrar todos os mercados. Isso deixou o comandante da polícia preocupado, mandou nos procurar e dissemos a ele que não, que nós estaríamos lá para fazer um ato, um ato público, passivo, sem agressão e etc. Só que ao chegar na praça encontramos um batalhão nos esperando. Foi complicado pra gente realmente entrar na praça, mas em contrapartida foi bom porque conseguimos desmoralizar o Prefeito que até o Presidente da associação comercial veio colocar que não tinha nada com o fechamento das lojas e que o prefeito era o único pivô pelo que estava acontecendo na cidade.(...) Às vezes o feitiço vira contra o feiticeiro e ele pensou uma coisa e foi ótimo pra gente porque isso deu ibope, na medida em que todos os jornais publicaram, a televisão publicou e a gente saiu bem naquela questão”.

A manifestação simbolizou a ruptura de negociação entre o MUB e a prefeitura e o início do confronto, o que ocasionou um racha no interior do movimento. De um lado, estavam as associações que se aliavam ao prefeito, de outro aquelas que o confrontavam.

No âmbito das Associações de Moradores, três fatos refletiam mudanças importantes: o refluxo de participação popular, devido, principalmente, à falta de conquistas concretas, o fortalecimento das associações do 1º distrito que não tinham uma tradição de mobilização nos moldes incentivados pela “igreja popular”, e o surgimento de um número expressivo de AMs no 2º distrito ligadas à prefeitura.

No MUB o estado de mudanças era ainda maior. Em maio de 1986 havia sido realizado o 3º congresso. Pela primeira vez constituíram-se duas chapas, a primeira formada por representantes das AMs que tinham vínculos com a Igreja Católica, com o PT, PCB e o PDT. Já a segunda, era composta por AMs

representando os setores conservadores do município ligadas, principalmente, ao 15º Batalhão da Polícia Militar que desenvolvia um trabalho paralelo à federação e ao prefeito anterior. No entanto, como não possuíam vida orgânica no movimento e representatividade no seu conjunto, a chapa foi retirada durante a realização do evento, sendo eleita por aclamação a chapa n.º 1.

A Diocese de Duque de Caxias vivia, nesse período, transformações internas. A Paróquia do Pilar, por exemplo, mudou o eixo de sua ação, voltando-se para as questões da própria instituição, deixando de realizar os eventos que visavam à formação de quadros para o movimento social.

O fato da igreja não mais formar quadros para o movimento e a nova conjuntura que se estabeleceu no município, principalmente na relação entre a federação e o Estado, levou à criação da Comissão de Formação, em 1986, tendo a função de realizar encontros de formação política para o conjunto dos militantes das associações e diretoria da entidade. A comissão recém-criada também foi resultado, talvez de forma mais decisiva, das discussões da Comissão de Educação sobre a relação do MUB com os membros das AMs (mais ou menos 100), realizando encontros distritais e percebendo a necessidade de um processo de formação. O tema principal desenvolvido nesses encontros era a reflexão sobre o papel das associações. As ilustrações (Fig. 1, Fig. 2 e Fig. 3), feitas pelos participantes nesses encontros, a partir da pergunta: qual a função das associações de moradores? evidenciam o caráter de intermediação que o movimento constituiu entre a população e o poder público. Ana Maria Doimo afirma que o movimento estabelece códigos éticos-políticos, através do mecanismo da troca de experiências.

“Isto é, um corpo de novas representações acerca do popular, capaz de dar sentido ao presente, reelaborar o passado e projetar promessas de futuro, ainda que por

meio de dicotomias simplistas do tipo explorador-explorado, dominador-dominado (...)" (Doimo, 1995:149-150).

Fig.1

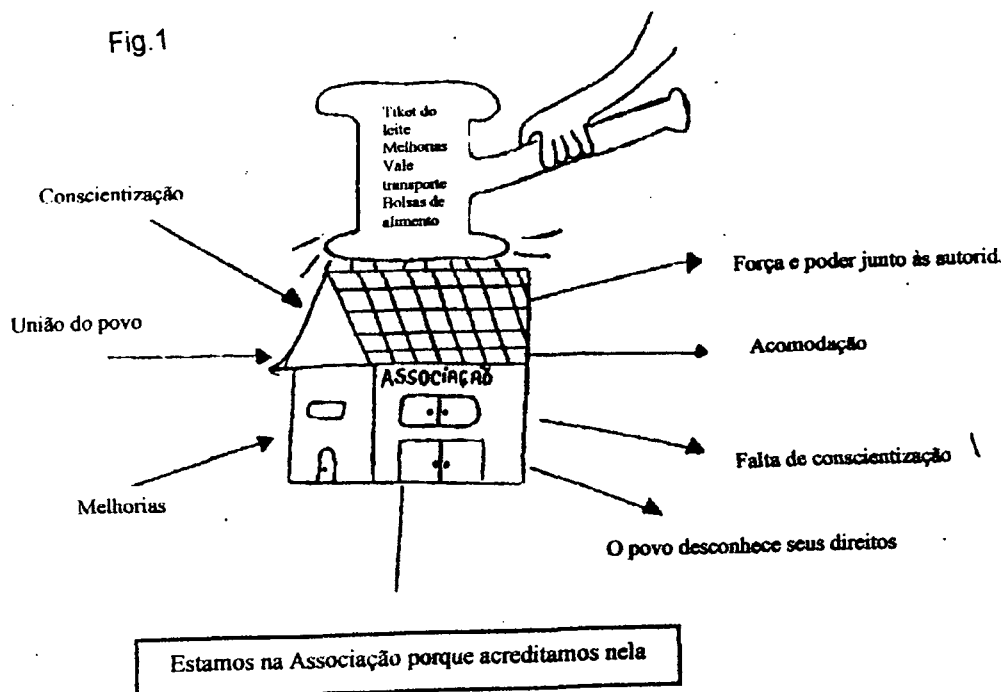
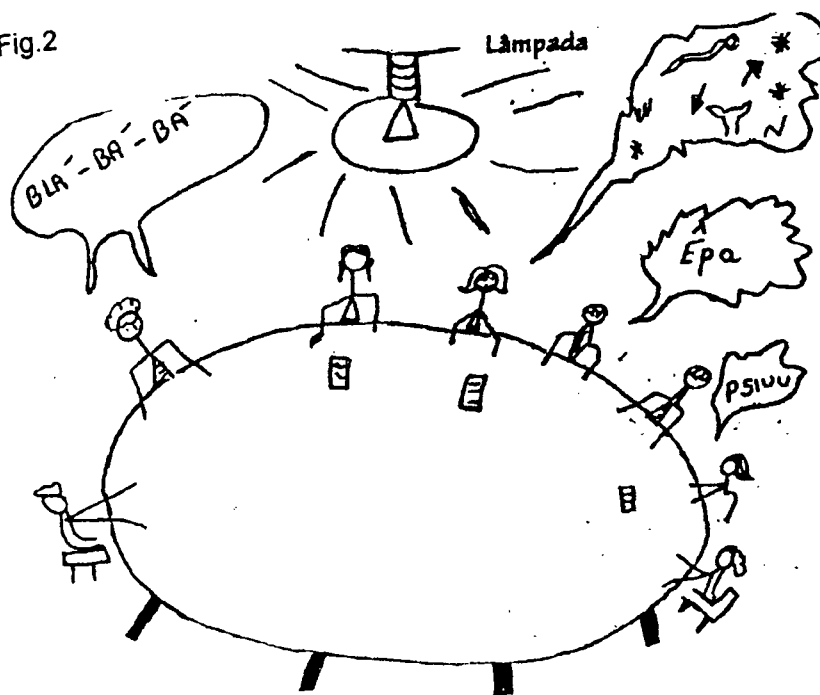


Fig.2

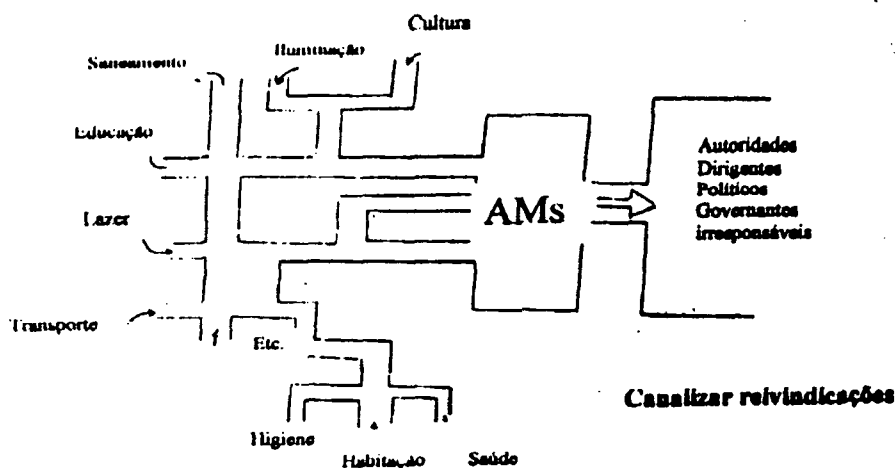


Conscientização

Porque estamos na AM?

- Porque nos sentimos úteis
- Desejamos construir uma sociedade melhor
- Obrigação de ajudar a melhorar as condições de vida

Qual é a função da AM?



Se antes, a postura do movimento em relação ao Estado era de enfrentamento, a partir das mudanças antes citadas e o lento processo de redemocratização instaurado no país coloca-se “a necessidade de uma análise da tensão entre o contexto da resistência e a sua institucionalização” (Jacobi, 1993:140). A prática se constituía no processo de negociações, tendo lugar as chamadas “reuniões de gabinete”. Percebemos que o Estado, além de mudar sua estratégia frente às demandas do movimento, aprende a lidar com a realidade movimentalista.

Neste sentido, o governo federal criou uma série de programas assistencialistas, gerenciados, no caso de Caxias, principalmente pelas associações de moradores e pelo MUB. Os Programas do ticket do leite e de alfabetização de adultos levaram ao surgimento considerável de AMs que procuravam a federação para orientá-las na sua constituição legal. Essa aproximação acarretava na filiação à federação. Com o passar do tempo, começaram a surgir várias AMs em um mesmo bairro. Como nos Estatutos do MUB essa questão não era contemplada no 4º congresso realizado em 1988 e foi aprovada a criação do artigo que abordava esse ponto. Ficando, assim, definido nos Estatutos - Capítulo II, artigo 3º - que: “Só poderá se associar uma associação por

cada bairro, favela ou conjunto, apresentando sua área de atuação com concordância das AMs vizinhas, com a participação do MUB” (Livro de Atas dos Congressos do MUB, p.16). Esse processo teve consequências na federação, pois a partir de 1986, de 40 filiadas aproximadamente, esse número foi elevado para mais de 100, no ano de 1988.

É evidente que esse fato trouxe ônus para a federação, pois o processo de cooptação do Estado traduzia-se no surgimento de projetos políticos distintos interior do MUB, aumentando as disputas internas. Além disso, a entidade passou a administrar, no caso do projeto de alfabetização de adultos,¹⁰ um corpo de 06 funcionários que recebiam salários para o seu desenvolvimento. Essa nova realidade coloca em confronto duas posições: de um lado alguns diretores entendiam que os funcionários deveriam, além das suas funções, engajar-se nas Comissões de Trabalho da Federação, sendo considerados “liberados” pelo movimento. De outro lado, entendia-se que a realização do projeto justificava o recebimento dos salários, não incluindo como obrigatória a militância no movimento. Os diretores, por sua vez, dividiam seu tempo entre a atividade profissional (a maioria recebia até três SM, trabalhando 8 horas por dia - salários bem inferiores aos que os funcionários da federação recebiam), a militância (caráter voluntário) e a família.

As transformações no MUB não ficaram restritas na relação com o Estado. Segundo vários entrevistados, no início do Movimento de União de Bairros, o seu patrimônio constituía-se de uma “bolsa das Casas Sendas” contendo o livro de registro de reuniões, realizadas no CCDC. No entanto, com a fundação da

¹⁰ Projeto de Educação Básica para Jovens e Adultos. Realizado a partir do convênio estabelecido entre a Fundação Educar/Governo Federal e o MUB. Visava alfabetizar jovens e adultos na Baixada Fluminense, baseando-se no “método Paulo Freire”.

federação surgiu a necessidade de se obter recursos financeiros. Na ocasião, a única fonte de recursos era a contribuição mensal “simbólica” das filiadas.

No processo de institucionalização, Dom Mauro Morelli teve papel fundamental, pois avalizou, inicialmente, dois projetos para a Desenvolvimento e Paz.¹¹ Com esses recursos o MUB manteve uma sala alugada no centro de Caxias, uma secretária e infra-estrutura para realizar suas atividades até 1988. Entretanto, outras necessidades foram surgindo no decorrer do tempo, principalmente a aquisição da sede própria e um veículo. Nesse sentido, no mesmo ano foi elaborado, pela comissão de formação e diretoria da federação, um projeto trienal¹² para a Misereor,¹³ também com o aval do bispo, cujo eixo central era o desenvolvimento de um trabalho sistemático de formação dos quadros do movimento incluindo a compra do veículo e a construção da sede própria, realizada num terreno doado pela Igreja Católica sob a forma de comodato, pelo período de 20 anos.

Para a realização do projeto foi prevista a contratação de 04 funcionários. Essa contratação colocou em evidência, mais uma vez, as disputas de poder entre os diversos grupos da federação. Nesse processo, a comissão de formação elaborou um documento intitulado “Apreciações sobre o Projeto de Apoio Institucional - MISEREOR”, no qual enfatizava sua importância tanto no âmbito da formação de quadros, quanto no volume administrativo e contábil correspondente, propondo, portanto, que a diretoria e as demais comissões reservassem tempo para discuti-lo. Essa questão resultou num racha entre a diretoria do MUB e a referida

¹¹ Instituição canadense ligada à Igreja Católica que financiava organizações de caráter popular em vários países, inclusive o Brasil.

¹² Projeto de apoio institucional à Federação Municipal das Associações de Bairro de Duque de Caxias - MUB. Ainda no ano de 1988 o projeto foi aprovado, tendo seu início no ano de 1989, com a contratação de pessoal e o começo das obras da sede própria.

¹³ Organização da Igreja Católica Alemã.

comissão, fazendo com que alguns de seus membros saíssem da militância política da federação.

A MISEREOR financiou o MUB por mais 05 anos. Sendo que, atualmente, a federação encontra-se sem financiamento. De um lado, as agências falam sobre o processo de democratização do Brasil e sobre as transformações ocorridas no leste europeu para justificarem as mudanças que realizam nas prioridades dos seus financiamentos. Na reunião realizada em 1993, em Recife, entre agências de cooperação com o Brasil, ficou evidente a necessidade de “fortalecer a sociedade civil para que ela possa influir nas políticas públicas, ampliando-se os espaços de participação da sociedade para além dos tradicionais formatos representativos de intermediação política” (Doimo, 1995:210). Nessa perspectiva, o Movimento pela Ética na Política teve destaque, como exemplo de uma “aliança de organizações diversas que representam um avanço no sentido de uma visão pluralista, sem nenhuma postura anti-estado” (Doimo, 1995:210).

“A pressão da cooperação internacional no sentido de dissuadir a postura ‘do contra’ é visível. A Misereor (...) que até 1992 mantinha compromissos financeiros relativamente fixos com aproximadamente 250 parceiros no Brasil, lançou documento preliminar neste mesmo ano anunciando mudanças em seus critérios. Ela refuta tanto ‘modelos vagos e utopias simplistas’ quanto ‘grupos que se fecham em si mesmos’ e requer ‘caminhadas com passos concretos e viáveis’; ‘propostas construtivas’ que incorporem a participação ativa da população; eficiência no que se refere ao impacto político-social-econômico; projetos que apontem mecanismos de auto-sustentação. Quer, enfim, ‘relação razoável entre custos e efeitos positivos dos projetos - tanto em termos qualitativos como quantitativos’”. (idem, 1995:210).

De outro lado, no interior do MUB a disputa política caracterizou-se pelo confronto de posições, sendo motivada pelos partidos políticos que desejavam determinar a linha política da entidade, principalmente PT e PDT. Entravam em jogo

os anseios de alguns diretores em fazer do MUB um “trampolim” para ascensão pessoal, quer no campo político, quer na perspectiva de obtenção de recursos para a sobrevivência. Além disto, a crescente desmobilização da população e a ação do Estado no sentido de não atender as reivindicações do movimento propiciou, de forma contínua e crescente, a crise no MUB.

Assim como aconteceu anteriormente, coincidiram em 1988, eleições para a direção do MUB e para o governo municipal, visto que a gestão municipal eleita em 1985 foi de 3 anos (mandato tampão), com o intuito de colocar Caxias (Área de Segurança Nacional) no calendário eleitoral dos demais municípios do país.

O 4º congresso da entidade colocou em evidência, mais uma vez, o confronto das posições políticas no interior do movimento. Duas chapas foram registradas. Elas tinham surgido a partir de um racha na direção. De um lado, a chapa 1 - “O MUB é prá lutar” - representava o grupo hegemônico da federação, composta por membros ligados ao PT, por independentes e militantes da Igreja Católica. Do outro lado, a chapa n.º 2, de oposição, “O MUB somos nós”, apoiada pela prefeitura, representava o PDT e as Associações de Moradores, algumas sem vínculo partidário, que estavam descontentes com a linha política adotada na gestão que terminava. Os temas debatidos foram: papel político das AMs, relacionamento governo/movimento popular, lutas específicas e organização do MUB. Cada associação filiada à federação podia participar do congresso com até 10 (dez) delegados. Inscreveram-se 721 delegados, desse total, 540 votaram. A chapa vitoriosa “O MUB é prá lutar” obteve 314 votos (58,14%) e a chapa 2 recebeu 222 votos, o que corresponde a 41,11% (Livro de Atas dos Congressos do MUB, p.15).

O congresso do MUB significou a primeira derrota do PDT em Caxias. A segunda ocorreria naquele mesmo ano, quando não conseguiu permanecer à frente

do executivo municipal. A vitória ficou por conta dos setores conservadores da cidade, sendo eleito Hydeckel de Freitas, que voltava ao cenário político do município legitimado pelo voto popular.

No V congresso do MUB, realizado em 1990, estiveram presentes 25 AMs, demonstrando o declínio na participação política das filiadas. Nas teses aprovadas já encontramos, explicitamente, a crise do movimento e a urgência de práticas para reverter o processo de refluxo em que se encontrava a entidade. O texto afirmava a necessidade do “Fortalecimento do movimento popular organizado, atualmente desgastado, e somando forças com todos os outros setores organizados de trabalhadores, desenvolvendo uma linha de ação quanto as lutas comuns, a nível federal, estadual e municipal”. (Livro de Atas dos Congressos do MUB, p.23) Além disso, se na década de 1980 o movimento social caracterizou-se pelas lutas reivindicatórias, na década de 1990 ele se afirmará também na formulação de proposições no campo das políticas públicas, de caráter mais técnico e menos restrito às demandas dos bairros.

Nesse contexto encontram-se os conselhos municipais tendo a tarefa de propor políticas para as questões sociais, constituindo-se num espaço de tensão no qual diversos projetos estão em disputa. No transcorrer dos anos 1990, intensifica-se a crise do MUB, e surgem vários conselhos, entre eles o Conselho Municipal do Menor e do Adolescente e o Conselho Municipal de Saúde. Daí encontramos, nas teses do V Congresso, nos diversos tópicos, a valorização da participação do movimento nos conselhos municipais.

“Lutar para a criação do conselho municipal de saúde (...) O MUB encampe todas as lutas por melhores condições de transporte e motive as associações de moradores a participar do C.M.T. (conselho municipal de transporte) para fazer um plano conjunto

para criação de novas linhas rodoviárias". (Livro de Atas dos Congressos do MUB, p.24-25).

Além de incentivar a participação das AMs nos conselhos municipais, as teses de 1990 apontaram a necessidade de articulação do MUB com outras entidades, a partir de questões específicas. Seriam ações coletivas para enfrentar tanto a crise do movimento quanto as demandas populares. Fala-se, também, na necessidade do movimento propor políticas para o conjunto da sociedade, com a participação do poder público:

"Que o MUB junto a outras entidades como: MAB, ABM, FAMERJ, sindicatos, etc., faça um projeto de comunicação alternativa (...) criação de um fórum de discussão sobre o desenvolvimento urbano no município, junto a Petrobrás, governo estadual e municipal (...) criação de um conselho popular, com a participação das entidades representativas do movimento popular e sindical organizado". (idem, p.24-25).

A direção eleita no ano de 1994, pela primeira vez foi formada hegemonicamente por pessoas ligadas ao PT. No entanto, paradoxalmente, foi nesse período que ocorreu a divisão interna mais profunda na história da federação, por conta de diferenças de cunho não ideológico, mas de disputas internas, promovendo a exclusão de membros ligados à mesma vinculação política partidária. Além disso, outros fatores influenciaram, decisivamente, na crise, quais sejam: o privilégio de uma luta específica (habitação e posse de terra) e, no âmbito geral, a discussão do orçamento participativo, esvaziando as demais comissões, e a reformulação do projeto enviado à MISEREOR sem consulta prévia e sem discussão interna na decisão de não mais privilegiar o trabalho de formação de quadros, o que acarretou na dificuldade em prestar contas do desenvolvimento das atividades previstas à referida agência.

Encontramos nas atas dos primeiros cinco congressos da federação, claramente, as linhas de ação do MUB, assim como podemos detectar a partir

desses documentos, a conjuntura que se estabelecia tanto a nível municipal, estadual e federal. Esses documentos retratavam, portanto, a conjuntura política que se estabelecia, principalmente, na esfera municipal. No entanto, o registro dos três últimos congressos, realizados até o ano de 1997, restringem-se a disputas das posições políticas, sem representatividade no conjunto das AMs, tornando-se assim, um espaço de poder pessoal, negando muitas vezes suas bases, ou seja, as associações filiadas.

Em função desse quadro, atualmente o MUB encontra-se sem representatividade política no município e convivendo com a visível deteriorização do seu patrimônio. Telefone desligado e luz cortada constituem-se em algumas das dificuldades enfrentadas pela federação. Isto posto, ao focalizar o processo histórico do MUB, necessariamente, nos deparamos com a crise que nele se instaurou, estando inscrita na própria crise da categoria dos movimentos sociais.

Partimos da premissa, portanto, que o MUB constitui-se num espaço de tensão entre os diferentes posicionamentos políticos. Assim sendo, para compreender na perspectiva da totalidade histórica nesse processo, consideramos fundamental analisar as relações estabelecidas pelos homens e mulheres, a partir da participação feminina nas estruturas da entidade, desvendando, na sua prática e na reflexão em torno das formulações teóricas que as expliquem, as relações de poder na história desses sujeitos sociais.

CAPÍTULO 3

MULHERES: NA VIDA E DA VIDA.

Ao analisar o caminho percorrido pelas mulheres no espaço público, de modo particular no MUB, a partir de sua constituição, no final da década de 1970, não podemos deixar de abordar os aspectos contraditórios implícitos nesta trajetória, especialmente os que dizem respeito às relações de poder estabelecidas pelos homens e mulheres que se constituíram na história da federação. Ou seja, apesar de todas as conquistas femininas, o modelo de dominação masculina vem prevalecendo e, neste sentido, aparecem tanto a submissão da mulher quanto os limites impostos pela acumulação de papéis que exerce (no lar, desempenhando as funções de dona de casa, esposa, mãe), acrescida pelas tarefas que a militância no movimento lhe impõe, ou a exclusão de sua participação nos cargos de poder da instituição. De modo particular apontamos, neste processo, a persistência da participação feminina como elemento vital nas estruturas de poder do MUB, mesmo sofrendo a dominação masculina, direta ou indiretamente, enquanto reflexo da relação homem/mulher exercida na sociedade como um todo.

No presente capítulo buscamos, portanto, compreender o processo de visibilidade da participação política no espaço público. Concomitantemente, explicitamos os aspectos que consideramos fundamentais para o entendimento dos desafios que esses seres humanos apresentam na sua história cotidiana, só podendo “ser adequadamente entendidos nas suas relações como outros seres humanos”

(Saffioti, 1992:210). O estudo, portanto, não pode se furtar de evidenciar o processo de desassociação entre o espaço privado e o público que, em síntese, reforça a supremacia masculina. Isto posto, ao privilegiarmos o conceito das relações sociais de gênero na presente pesquisa, pretendemos dar ênfase a uma totalidade dialética, na qual suas distintas partes interagem de forma orgânica.

“As relações de gênero, evidentemente, refletem concepções de gênero internalizadas por homens e mulheres. Eis porque o machismo não constitui privilégio de homens, sendo a maioria das mulheres também suas portadoras. Não basta que um dos gêneros conheça e pratique as atribuições que lhe são conferidas pela sociedade; é imprescindível que cada gênero conheça as responsabilidades-direitos do outro gênero. (...) Concepções de gênero, organicamente construídas, inter-relacionam-se dialeticamente, dando, assim, ensejo à superação das contradições nelas contidas, através da prática política”. (Saffioti, 1992:193).

Além de refletir sobre a participação das mulheres no espaço público, pretendemos abordar a representação social do poder feminino contido na expressão “mulher da vida”, assim como buscamos entender que a experiência inclui tanto a base material, quanto o aspecto simbólico. Portanto, deve ser avaliada na sua totalidade.

3.1 - A conquista do espaço público

O processo de urbanização e a crescente carência de infra-estrutura das regiões periféricas dos grandes centros, como é o caso da cidade de Duque de Caxias, onde os níveis de espoliação e pauperização são evidentes, o conflito (anteriormente relacionado apenas ao processo produtivo) começa a sair das

paredes das fábricas e dos limites das relações de trabalho, a partir da década de 1970, para atingir algumas dimensões relativas às condições de vida.

“É a população residente nas periferias que se organiza em associações de bairro e movimentos populares, percebidos pelos governantes como indesejáveis e desestabilizadores da ordem autoritária (...). O que é importante registrar não é tanto o aumento quantitativo das plataformas de luta, mas a inauguração de um novo modelo que articula as condições de produção e as modalidades de vida. É justamente na confluência entre a herança do sindicalismo e as lutas pela melhoria das condições de vida que se começa a perceber que a população trabalhadora engloba ambos os sexos, cada um com responsabilidades diferentes no seio da família”. (Paola Giuliani, 1997:643-644).

Com efeito, ao participar dos movimentos de caráter urbano e associativo, as mulheres saíram do isolamento do lar (espaço privado) para se inserirem no espaço público. Celi J. Pinto analisa esse momento histórico de adesão das mulheres como um rito de passagem do mundo privado para o mundo público, abrindo a possibilidade de romper as relações de poder estabelecidas no interior da família, nas relações de afeto e vizinhança.

“As mulheres que participam desses grupos não se reúnem enquanto trabalhadoras, mas enquanto *cidadãs-excluídas*, ou *usuárias mal-atendidas dos serviços públicos essenciais* (Grifo meu). O ritmo e a intensidade de mobilização diferem de região para região, mas permanece claro que em todos os grupos as mulheres reivindicam direitos e não favores”. (1992:131).

Ao atuarem no espaço público elas se tornam visíveis na arena política, deixando de ser um sujeito eleitor tradicional e buscam participação a partir de demandas específicas que se somam às gerais, provocando novas formas de relação de poder com o Estado. Essa atuação, também, introduz o gênero feminino “a um nível

importante de organização das relações de poder no espaço público, mesmo que menos visível, da comunidade” (idem, 1992:131). Neste sentido uma questão se impõe, qual seja o fato dessa população ser excluída (de seus direitos) a constitui enquanto potencial detentora de recursos para exercerem o poder. A potencialidade de resistência é seu primeiro recurso, pois para que isso se realize é necessário que se organizem, criando novos espaços de poder no interior do conjunto dos ‘despossuídos’, na medida em que a presença do grupo desorganiza e reorganiza o cotidiano do todo (idem, 1992:130). Para tanto reafirmamos, mais uma vez, que a mulher é, freqüentemente, excluída da história. Como diz Michelle Perrot, o positivismo opera um verdadeiro recalçamento do tema feminino e, de modo mais geral, do cotidiano.

“O ‘ofício do historiador’ é um ofício de homens que escrevem a história no masculino. Os campos que abordam são os da ação e do poder masculinos, mesmo quando anexam novos territórios. Econômica, a história ignora a mulher improdutiva. Social, ela privilegia as classes e negligencia os sexos. Cultural ou ‘mental’, ela fala do Homem em geral, tão assexuado quanto a Humanidade. Célebres - piedosas ou escandalosas -, as mulheres alimentam as crônicas da ‘pequena’ história, meras coadjuvantes da História!” (1988:185).

Se para a história oficial o gênero feminino e o cotidiano são elementos para a sua invisibilidade no processo histórico, esses mesmos elementos lhes garantem, paradoxalmente, a possibilidade, a partir de suas experiência no dia-a-dia do bairro e/ou da cidade, da constituição de uma cultura popular original que se opõe ao modernismo unificador, pois a dona-de-casa é a alma do bairro. Ao tratar da presença das mulheres na cidade de Paris do século XIX, Michelle Perrot, afirma:

“As mulheres são senhoras das panelas e da conversa. Boatos, rumores, novidades são trocados nas escadas, pátios, fontes, lavadouros, em todos os locais de comércio semeados ao longo das ruas (...). A população feminina se comprime em volta da

leiteira. Lá está instalado o entreposto das novidades do dia e dos falatórios do bairro. A senhora do primeiro foi espancada pelo marido; o homem do botequim faliu; (...) La Bédollière esboça a dualidade dos espaços: de um lado, na taberna, os homens, o vinho, a política (o jornal); de outro, na rua, as mulheres, o leite, os episódios corriqueiros. Mas por trás do insignificante, essa fala das mulheres mantém toda uma rede de comunicações horizontais que escapa aos ouvidos do poder". (1988:205-206).

Fazendo um paralelo entre a mulher parisiense do século passado com a duquecaxiense, a partir do final da década de 1970 até os dias atuais (1997), enquanto a primeira encontra-se, por exemplo em volta da leiteira, a segunda gasta a maior parte do seu tempo nos postos de saúde e nas escolas, exigindo seus direitos e de sua família, estabelecendo, assim, vínculos de solidariedade, partilha e cumplicidade com outras mulheres, pois vivenciam os mesmos problemas provenientes da política desenvolvida pelo poder público. "Pela irreverência, ironia e espontaneidade, a fala das mulheres é prenhe de subversão" (idem, 1988:206). Neste sentido, consideramos interessante transcrever a fala de uma diretora da federação quando relatou a atitude feminina numa manifestação, reivindicando melhores condições de vida frente ao governo municipal.

"Eles morriam de medo porque, naquela época, você invadir o gabinete do prefeito e o prefeito recebendo Moreira Franco¹ e a gente vaiando o Moreira Franco foi um escândalo e saiu em todos os jornais.. Então nós mobilizamos e fomos pra lá exigir saneamento, a gente quer os postos de saúde". O que aconteceu: Moreira Franco estava lá fazendo negociação com o governo municipal (...) A gente fazia passeata lá embaixo com faixas, cartazes e o povo cantando, gritando palavras de ordem. Uma comissão ia subir, um grupo do movimento pró-saúde, só que o prefeito não quis receber essa comissão porque estava lá com autoridade e aquela coisa toda. (...) Então

¹ Moreira Franco foi eleito governador do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 1986, exercendo o cargo até o 1990.

nós, simplesmente, invadimos a prefeitura que não queria deixar a gente entrar e receber a comissão. Invadimos e aí os capangas, que não eram poucos, eram muitos, começaram a empurrar a gente, quebrar as faixas, jogar a gente pra fora da prefeitura e chegou a uma situação limite e na praça o pau quebrou. (...) A gente ficava assim fascinado com aquela mulher semi-analfabeta, no caso da ... e da ... que tinha um poder de liderança muito grande e que não tinha papas na língua, que falava tudo errado e que botava o dedo na cara do prefeito. (...) A gente tinha medo porque era um povo simples, um povo de Igreja, um povo de Associações de Moradores e mães de alunos que estavam lá e que na hora que o pau quebrou a gente tinha medo de que isso houvesse um retrocesso. (...) Mas, ao contrário, elas nos surpreendiam porque, porque pegavam, ... pegou o pau da faixa dela, porque o cara, literalmente, rasgou a faixa dela. Ela pegou o pau da faixa dela e tacou na cabeça do segurança e aí os poucos homens que tinham lá, vieram. Então, a gente fez um cordão de isolamento para defender o nosso pessoal e aí a segurança ficou fora, a gente fez uma roda, uma grande ciranda e o povo dentro da ciranda (...). E, aí era beliscão que a gente recebeu ..., xingavam, chamavam a gente de ... e de ..., e a gente nem aí e falava assim: "não quero dar para você e está acabado" era a baixaria deles mesmo (...). Se instalou o caos e o prefeito, então, mandou a comissão subir para ouvir a comissão".

É evidente que essa nova forma de participação se funda a partir de pontos de tensão e resistência, de limites e avanços, o que lhes possibilita novas experiências, como é o caso da participação feminina, em especial no período anterior e na fase embrionária da constituição do MUB, o que garantiu às mulheres um aprendizado político. Essa questão fica evidenciada no relato de uma diretora da federação.

"Tinha um movimento do 2º distrito, na maioria de mulheres, havia uns homens nas reuniões, mas quem é que ia nas comissões? Quem é que ia lidar com o poder público?

Era a mulherada. Em Primavera² vai surgir uma coisa, que eu acho que também inovou na época, que foi um grupo de mulheres criado pela Associação de Moradores de Primavera no qual eu participei, onde a gente tinha reuniões semanais(...) A gente discutia novela, discutia romances, discutia amor, discutia problema da mulher, a trajetória pessoal de cada uma, como cada uma veio parar ali. (...) Eram reuniões de 20 mulheres, 30 mulheres, semanalmente. Essas reuniões acabaram fazendo o gancho da luta do bairro porque (...) a diretoria não podia acompanhar às idas a CEDAE, às idas CERJ... Então, eram todas as lutas, onde se mobilizavam a mulherada e a mulherada é que ia de fato para o poder público. Isso possibilitou, em toda a paróquia, um grupo de mulheres especialistas que começavam a discutir com os engenheiros e com os secretários de obras, aonde era a pá mecânica, onde era que tinha que entrar. Era um grupo com mais informação: como funcionava a CERJ, e CEDAE, onde era que você tinha que ir, os endereços, os telefones e você criou uma articulação bastante favorável nesse momento”.

Como já vimos, através dos relatos, não se trata tão somente de romper com o cotidiano familiar, o que traz resistência à participação por parte dos membros de sua família, mas lhe proporciona o envolvimento de uma rede de relações que pressupõe novos saberes, novas informações que, por sua vez, redefinem as relações de poder ao nível do privado. Em síntese, “redefine a posição da mulher não somente na relação direta com seu companheiro, pais, familiares, mas lhe dá uma posição diversa entre suas relações de amizade e vizinhança o que, por sua vez, redefine a própria relação ao nível público” (Pinto, 1992:134). Não significa, porém, que ao participar dos movimentos sociais essas mulheres se transformam, necessariamente, em feministas,

² Jardim Primavera é um bairro localizado no 2º distrito de Duque de Caxias. No final da década de 1970 e início dos anos 80, tanto a Associação de Moradores quanto as Pastoral Social da Igreja Católica tinha uma atuação significativa frente às demandas do bairro.

mas faz com que sua posição na rede de poderes no interior da comunidade seja transformadora (idem, 1992:133).

A outra face dessa atuação diz respeito às dificuldades que as mulheres casadas, que participam do movimento social, encontram, no âmbito familiar, ao associar suas atribuições de esposa, mãe e dona-de-casa às demandas (reuniões, eventos, manifestações, etc.) geradas pela militância. O discurso de uma diretora retrata essa dificuldade, assim como dá destaque à rede de solidariedade que se estabelece com a vizinhança.

“Lá no início do movimento, lá atrás, meu marido não participava. Eu me lembro até de uma coisa que eu nunca me esqueci, que às vezes eu dentro desse trabalho todo de movimento, eu socorria os vizinhos que ficavam doentes e ele, às vezes, invocado, chegava prá mim e dizia assim: ‘Eu vou passar aqui uma faixa, que isso aqui é um pronto socorro, a minha mulher é de caridade, eu chego ela não está mais’. Bom, prá conciliar isso, a gente sempre contou com a ajuda da vizinhança. Por causa da vizinhança participar lá do círculo bíblico, da discussão. Eu sempre tive bons vizinhos, realmente eu sempre tive. Eu tenho até saudade do Parque Império³, hoje, por isso, porque é uma outra visão, uma outra comunidade. A gente tinha muito apoio da vizinhança e quando falava: ‘Olha, eu tenho que ir prá uma reunião tal, eu to indo pro MUB, eu to indo pra isso’, realmente os vizinhos contribuía com a gente”.

Além do apoio das vizinhas, a mulher casada necessita, para sair de casa, deixar suas tarefas prontas, quais sejam arrumar a casa, cozinhar, lavar, passar e cuidar dos filhos. Por esse motivo precisam acordar mais cedo e/ou dormir mais tarde do que o habitual, pois acrescentam mais uma atividade às que já exercem. Os homens casados, por sua vez, ao participarem do movimento social, deixam a cargo de suas

³ Parque Império, nome dado a um bairro do 2º distrito do município, no qual apresentava um grave quadro de carência de infra-estrutura.

esposas a total responsabilidade com a casa e a família. Eles afirmam que “dedicar-se ao movimento e à casa com a mesma intensidade é quase impossível” e explicam o fato das suas referidas esposas/companheiras “segurar a onda da casa” (na maioria dos casos ela não participa do movimento) se dá pelo fato de que, sendo da classe subalterna não possuem condições financeiras, por exemplo, para contratar uma empregada. Atribuindo a causa desse fato apenas ao aspecto econômico e não cultural ou mesmo social. Enfim, isso é “coisa de mulher” em função da realidade econômica da classe à qual pertence, ou seja, a classe trabalhadora. Neste sentido, é interessante notar que em nenhuma das entrevistas realizadas os homens se colocam enquanto co-responsáveis pela dinâmica diária que a casa impõe. Assim sendo, estabelecem uma divisão política entre o domínio público (próprio ao gênero masculino) e um domínio privado (pertinente ao gênero feminino), no qual é única e exclusivamente da mulher a função de cuidar dos filhos e do lar, arcando, sozinha, o ônus da família, tanto o afetivo quanto o cumprimento das tarefas do dia-a-dia.

3.2 - Do discurso à prática da relação homem/mulher no MUB

Essa divisão política das funções exercidas por homens e mulheres e a dominação masculina frente à mulher também ocorre no espaço público, isto é, no MUB. Se no processo de construção do movimento, na sua fase embrionária, a participação feminina era predominante, possibilitando um aprendizado político no que diz respeito às relações de poder e à organização popular, a partir de sua institucionalização, quando da criação da federação, percebemos não só o aumento da

participação masculina como, principalmente, que sua atuação se dava nos principais cargos como presidente, por exemplo. Até os dias atuais nenhuma mulher foi eleita presidente do MUB. Além disso, coube às mulheres as tarefas relacionadas à manutenção da vida cotidiana, interna, organizativa da entidade, ou seja, o que é relativo aos aspectos domésticos. Geralmente atividades referentes à secretaria. Neste sentido, a mulher “pega pesado” no MUB como extensão de “pegar pesado” em suas tarefas em casa. Seria estranho se fosse diferente, mas não deixa de haver, contudo, um salto qualitativo nessa dialética de dominação masculina.

Já o homem, na qualidade de presidente tendo, entre outras, a função de representar a entidade junto aos poderes públicos, instituições privadas, e onde mais se faça necessário, lhe é atribuído o poder de, assim como no espaço privado, “falar em nome de”, da liderança, ou seja, da instituição, adquirindo o reconhecimento público pelo trabalho realizado. Neste sentido afirma Maria Rezende,

“(...) o papel representado pelas mulheres tende a reforçar o poder de decisão exercido com quase exclusividade pelos homens. Na medida em que o trabalho feminino garante e fortalece por dentro a organização, constrói um alicerce mais sólido sobre o qual a liderança masculina pode se assentar e crescer. Cresce o poder de intervenção da organização como um todo e, portanto, o poder dos que nela detém o monopólio da direção, aumentando, em termos relativos, a desigualdade de poder no seu interior”. (1989:11).

A fim de avançar na reflexão quanto à divisão política das funções exercidas por homens e mulheres, vamos lançar mão da análise de Maria Markus ao mostrar que há uma tendência da teoria feminista empenhada em “ir além das limitações e antinomias de uma explicação da desigualdade de gêneros baseada predominantemente na análise dos mecanismos sociais de fixação dos papéis”

(1987:107). Frequentemente, segundo a autora, esse estereótipo foi compreendido como “a aculturação basicamente externa de mulheres e homens durante os primeiros anos da infância num sistema de crenças que depois foram aceitos como orientação de seu comportamento social por toda a vida” (idem, 1987:107). Isso significa compreender o conceito de funções dos sexos e, mais especificamente, a função do sexo feminino para além

“(...) de um feixe de expectativas sociais ditadas sobretudo pela capacidade reprodutiva das mulheres biologicamente predeterminada, e acentuaram os determinantes culturais e sociais das expectativas de função de gênero bem como o caráter opressivo da ‘diferença’ assim construída”. (idem, 1987:107).

Essa diferenciação conceitual de sexo biológico e a função de gênero permite “relativizar esta última, e abrir caminho para a reavaliação crítica e possível reestruturação das idéias de feminilidade e dos ‘traços psicológicos’ concomitantes, tão preponderantes nas sociedades ocidentais” (idem, 1987:107). Nesta perspectiva o processo de reflexão feminista acerca das situações de vida real das mulheres preocupou-se com as práticas da vida negligenciadas que, além das formas de discriminação institucionalizadas e semi-institucionalizadas, persistem, através de toda a vida do indivíduo, criando e reforçando certos modos de ver, agir e pensar a realidade.

Compartilhamos dessa análise no que diz respeito ao fenômeno denominado “prevenção do sucesso” pelas mulheres, ao tentarmos compreender um dos aspectos que explica a não participação das mulheres no cargo de presidente MUB, mesmo sendo elas a maioria no processo histórico da entidade. Segundo a perspectiva de Markus (1987), um fenômeno desse tipo deveria ser analisado não nos termos do

mecanismo psicológico do “medo do sucesso”, nem à luz da conformidade semiconsciente das mulheres às expectativas de funções de gênero, mas sim

“(...) na medida em que esses aspectos possam ser separados - através do complexo e ambíguo impacto daquelas experiências de vida das mulheres que produzem formas historicamente específicas do seu relativo ‘desinteresse’ pelas formas de sucesso socialmente prescritas e normativamente fixadas”. (idem, 1987:109).

A autora constata alguns aspectos relativos à questão do “medo do sucesso” a partir de duas pesquisas. A primeira se deu, na década de 1970, com mulheres húngaras engenheiras, e a segunda pesquisa, realizada na forma de análise de biografias, envolvendo 861 mulheres húngaras de diferentes idades e níveis sociais e educacionais. O primeiro aspecto, portanto, refere-se ao fato do “desinteresse” das mulheres pelo reconhecimento externo. Parece-nos que esse aspecto também se faz presente em nosso estudo, pois de forma implícita nos relatos da maioria das entrevistadas, quando se questionam os motivos pelos quais nenhuma mulher exerceu o cargo de presidência da federação, todas, unanimemente, responderam que nunca se interessaram em exercer tal cargo. Assim como, ao serem indagadas sobre o que fariam, se caso tivessem exercido tal função, salientaram os serviços que prestariam, principalmente no que diz respeito ao ajudar na organização da entidade, através do fortalecimento das associações filiadas, ressaltando a importância de “dar algo aos outros”, ou a satisfação decorrente do trabalho bem-feito, o que lhes parecia decisivo, em vez de uma boa acolhida ou recompensa. De um lado, esse sentimento que se traduz na concepção de “servir o próximo”, é proveniente da formação religiosa dessas mulheres, visto que a maioria saiu dos quadros da Igreja Católica (catequistas, agentes comunitárias de saúde, animadoras de liturgia), transportando, assim, para a atuação

política os valores religiosos. Além disso, nessa perspectiva, o entendimento do exercício do poder passava pela compreensão de que este era pecaminoso. Em outros termos, exercer a presidência do MUB se constituía numa atitude pecaminosa.

De outro, na Igreja a discussão e o exercício do poder institucional é realizado no âmbito eclesiástico, ou seja pelo bispo, pelos padres. Portanto, distante do seu cotidiano. Já no MUB quando essa discussão se apresentava, estava sempre associada no contexto mais amplo, qual seja questionava-se, por exemplo, o fato de nenhuma mulher na história do país ter exercido a presidência da república, longínqua, também, da sua realidade, refletindo assim no espaço político a experiência no campo religioso. Essa visão fica evidenciada na fala de uma entrevistada:

“Essas mulheres que vem para o MUB elas não têm essa discussão de nomeação de poder. (...) Na verdade, eu não consigo vê porque a gente viveu franciscanamente, viveu religiosamente, numa relação onde não se permite essa clareza sobre a questão do poder. Por isso a gente não queria a presidência. Isso é muito messiânico, isso é muito segmento de Jesus Cristo. Não queremos o poder. O poder é poder serviço. Então, prá que a gente quer a presidência? A presidência é algo de ganância, de um poder autoritário. É essa a constituição de poder que nós temos”.

Além dessa visão, outros são explicitados enquanto motivos pelos quais as mulheres não exerceram a presidência no MUB, ou seja, a declaração de um sentimento de incapacidade de estar à frente de uma instituição que, segundo as entrevistadas, detinha o reconhecimento público, enquanto uma instituição que se caracterizava pela ação oposicionista frente às políticas desenvolvidas pelo poder público e, em consequência, o medo de se expor tanto física quanto emocionalmente. Assim, algumas entrevistadas colocam que, de um lado, era natural o fato do homem assumir a presidência e, de outro, “mulher não vota em mulher” e que “entre votar em

um homem ou numa mulher, as mulheres votam nos homens”, pois sendo natural ao masculino a capacidade de exercer o poder. Os critérios alocativos são em geral baseados nas categorias “naturais” de sexo, raça, cor ou antecedentes étnicos, e em vínculos institucionais externos de diferentes espécies (Markus, 1987:116). Não comportando, portanto, na avaliação da “capacidade de desempenhar” o aspecto simbólico.

Outro argumento apontado é o de que o cargo não significava tanto poder, pois elas tinham o poder de fato - por serem a maioria na direção e pela sua potencialidade de mobilização. Ao ponto de uma diretora afirmar que: “... nós tínhamos poder até para abrir mão da presidência. Nós exercíamos o poder. Quem é que tinha o poder era as eminências pardas (...), as mulheres eram direção porque elas davam direção”.

Em relação a essa questão os homens se consideram perplexos pelo não exercício da presidência por uma mulher, e afirmam que, como sustenta um diretor, o movimento social em Duque de Caxias não pôde prescindir, nem se afirmar sem a presença, a voz, a atuação da figura feminina. No entanto, continua a dizer:

“Por outro lado, é aqui que eu digo, está a malandragem. Elas que sempre viveram numa situação de participação, dizem assim: ‘bom, não é bem a vaidade de estar na cabeça de chapa, mas ter a certeza de que o que eu quero, ou o encaminhamento, o processo a ser conduzido vai ser garantido e pra isso eu não preciso estar na cabeça de chapa. Então, elas tinham, malandramente, esta convicção e por mais que se oferecessem, elas diziam: ‘não...’. E por trás dessa fala ela sabe que não precisa, efetivamente, estar investida da presidência pra fazer isso acontecer.

Eu acredito que isso acontece com a mulher não só na federação em Caxias, mas em outros movimentos, até mesmo dentro da própria casa. A mulher tem essa história, o marido grita, esbraveja e alguns às vezes até diz: ‘a mulher tá lá, submissa’. Mas, ela

consegue com jeito, há as exceções, as situações outras. Mas, quando é uma relação equilibrada e se tratando de gente mentalmente sadia, mesmo na relação do matrimônio, a mulher dá as cartas. Aí, se confirma o provérbio popular, que diz: 'Por trás dos grandes homens, há sempre a figura, ou a sombra de uma mulher'. Então, eu acho que isso de fato acontece e é nesse aspecto que mostrei que resistência machista/malandragem feminina são duas coisas que se completam e convivem tranquilamente por aí a fora".

Partimos desse depoimento para reforçar a compreensão de que na relação de dominação-exploração não comporta a total opressão da personagem que atua no pólo de dominada-explorada.

"Na relação de dominação-exploração não presume o total esmagamento da personagem que figura no pólo de dominada-explorada" (...). Em todas as sociedades conhecidas, as mulheres detêm parcelas de poder, que lhes permitem meter cunhas na supremacia masculina e, assim, cavar-gerar espaços nos interstícios da falocracia. As mulheres, portanto, não sobrevivem graças exclusivamente aos poderes reconhecidamente femininos, mas também mercê da luta que travam com os homens pela ampliação-modificação da estrutura do campo do poder *tout-court*. Como na dialética entre o escravo e seu senhor, homem e mulher jogam, cada um com seus poderes, o primeiro para preservar sua supremacia, a segunda para tomar menos incompleta sua cidadania". (Saffioti, 1992:184).

Além disso, fica evidente, através dos depoimentos, que elas não se organizavam enquanto sexo feminino, chegando a afirmar, contraditoriamente, que estavam, de fato, no movimento, assumindo uma postura masculinizada e que o "desinteresse" pelo cargo de presidência da federação se dava por não ser esta função "coisa de mulher".

"Não tinha essa clareza de que nós tínhamos o poder (...) nós não éramos organizadas enquanto mulheres para ter esse poder na federação, lá era um clube de amigos, essa é que é a verdade (...) a discussão é descolada dessa história. É como se tudo tivesse

distante de nós, por isso é que eu falo que nós éramos homens no MUB, porque na verdade o que está por trás disso é uma concepção de que o poder pertence ao homem, não ao homem, mas ao masculino e nós só tivemos poder quando fomos homens, quando descaracterizamos. Para que a gente fosse respeitada a gente precisava do poder masculino. O fato de ir para o bar e ficar até às 4 da manhã, (...) só faltava coçar o saco e cuspir no chão”.

O relato descrito nos leva a questionar sobre diferentes formas de conhecer para homens e mulheres. No entanto, deixaremos essa questão em aberto, pois compreendemos que “as experiências de mulheres e homens são muito distintas em uma sociedade na qual não há igualdade social entre gêneros” (Saffioti, 1992:208). Torna-se, necessário o entendimento sobre o conceito de representação, qual seja:

“A representação não se confunde com a vivência, com a experiência. A representação é o pensar-sentir a vivência. Tem lugar segundo uma base material, que nutre o nível simbólico e por ele é alimentada. Na realidade concreta, não se pode separar o material e o simbólico: um é constitutivo do outro. (...) pode-se afirmar que as representações que os homens e as mulheres fazem da realidade social operam como forças propulsoras de novas ações”. (Saffioti, 1992:209).

Nessa perspectiva concebe-se o eu e o outro como seres análogos. As relações entre as pessoas se processam através da identificação e da diferenciação. “É a totalidade formada pelo corpo, pelo intelecto, pela emoção, pelo caráter do Eu que entra em relação com o Outro” (idem, 1992:210). Neste sentido, os indivíduos só podem, de forma adequada, entender os seres humanos nas suas relações com outros seres humanos. Assim a pessoa é entendida como um ser relacional e histórico.

“Alguém transforma-se em uma pessoa em e através de relações com outras pessoas: ser uma pessoa significa ter uma história de relações com outras pessoas e a realização do Eu só pode ser alcançada em e através de relações e práticas”. (Whitbeck. in Saffioti, 1992:211).

Esse processo, sem dúvida, ficou explicitado a partir da criação da comissão de mulheres da federação.

3.3 - Comissão de Mulheres: um espaço de sua visibilidade nas estruturas da federação.

A tarefa de encaminhar as lutas do MUB cabe às comissões de trabalho, formadas por representantes da sua diretoria e por lideranças das associações. Desde a fundação da entidade encontramos as seguintes comissões: saúde, educação, saneamento básico e transportes. Somente em 1986 foi criada a comissão de mulheres, quando estas tiveram, então, visibilidade na estrutura de poder da federação. Duas questões que, conjugadas, possibilitaram as condições concretas para a criação da referida comissão, inaugurando, assim, um espaço na sua estrutura de poder. São elas: o atendimento à saúde da mulher e o problema da condição de participação feminina nesta organização.

O atendimento dos serviços públicos de saúde, no município, são precários, e tratando-se especificamente da assistência à saúde da mulher, o quadro piora. Naquela época, o Centro Comunitário de Duque de Caxias - CCDC, através de sua psicóloga, iniciou um trabalho de acompanhamento das gestantes de dois bairros da periferia do município (Jardim Primavera e Saracuruna). Nas reuniões dos grupos as mulheres começaram a relatar os maus tratos que elas recebiam, principalmente nas casas de saúde particulares conveniadas com o então, INAMPS, visto que o poder público não oferecia leitos para atendê-las. Em função da gravidade dos relatos, o

CCDC propôs ao MUB o estabelecimento de uma parceria para denunciar tal situação. Coube à comissão então criada, o encaminhamento das denúncias. Esse processo resultou na elaboração do Dossiê - Caxias, no descredenciamento das casas de saúde e na perda do registro profissional dos médicos responsáveis pelo tratamento das mulheres.

Além desta questão, as mulheres que participavam das comissões de trabalho e da diretoria do MUB sentiam falta de um espaço em que pudessem socializar as dificuldades que enfrentavam no âmbito familiar e na esfera do movimento. Os temas discutidos passavam pelas lutas reivindicatórias e pela discriminação no mercado do trabalho, aborto, sexualidade, prazer, violência doméstica e sexual. No final desse ano, a comissão organizou o primeiro encontro de mulheres de Duque de Caxias, "Fala, Mulher!" no qual participaram, aproximadamente, 200 mulheres dos diversos movimentos, sindicatos, Igrejas, associações de moradores e partidos políticos.

Sem dúvida, a criação da Comissão de Mulheres foi um marco no processo de inserção e de construção do espaço de poder feminino no MUB. No entanto, devemos compreender as contradições que permeiam o processo histórico de visibilidade das mulheres nas estruturas de poder do MUB. A primeira delas diz respeito ao papel da comissão. Qual a sua função frente às expectativas, tanto dos homens quanto das mulheres, e mais, qual a sua contribuição numa estrutura cuja característica era a de encaminhar as reivindicações do conjunto das AMs e da própria diretoria da federação? Esse é um ponto polêmico, pois não se tinha, diferentemente das outras comissões⁴, um papel definido acerca dos trabalhos a serem desenvolvidos

⁴ A Comissão de Educação, por exemplo, encaminhava as reivindicações sobre: construção e reformas das escolas públicas, discussão a respeito

pela comissão. De um lado, os homens e as mulheres esperavam dela o encaminhamento das lutas reivindicatórias, específicas das mulheres, principalmente no campo da saúde da mulher, o que aconteceu nos primeiros anos de sua existência quando do trabalho realizado frente às denúncias contidas no Dossiê-Caxias. No entanto, não houve continuidade desse trabalho, pelos motivos a serem explicitados posteriormente.

Outra expectativa quanto ao papel da comissão, enfatizada no discurso masculino, diz respeito ao trabalho de informação e formação destinado às mulheres das AMs, o que se convencionou denominar de “trabalho prá fora”, através da realização de, principalmente, encontros, palestras e cursos, abordando temas específicos relativos à condição feminina, já citados acima. No que tange a essa expectativa, a consequência seria a aproximação dessas mulheres nas demais comissões de trabalho do MUB. Fica evidente que o que se desejava era que a comissão desenvolvesse, já que a maioria das associações eram formadas eminentemente por mulheres, o trabalho sistematizado destinado à formação de quadros para sua inserção no MUB, anteriormente desenvolvido pela Paróquia do Pilar. Alguns motivos são apontados, pelos homens, pelo insucesso desse trabalho. A sua inviabilidade se deu por vários motivos, entre os quais não se tinha possibilidade de que uma pessoa ficasse exclusivamente voltada para a sua realização, visto que a demanda da federação era grande e o número dos/das diretores/as era insuficiente para atendê-la. Além disso, uma pessoa não daria conta desse trabalho, pela falta de formação profissional, pelo tempo de dedicação. Cabe enfatizar, acima de tudo, que o trabalho de formação de quadros da paróquia era desenvolvido por um equipe de

coordenadores dispendo de toda a infra-estrutura da Igreja, e que o MUB, obviamente, não dispunha.

De outro lado, mesmo as mulheres tendo, também, a intenção de realizar um trabalho formativo, o que mais lhes importava, no nosso entendimento, era a possibilidade de ter um espaço, com legitimidade no conjunto da federação, onde poderiam tratar das questões que norteavam a sua condição feminina, denominado de trabalho “prá dentro”. Assim retrata essa experiência uma diretora que participava da comissão:

“Nós, éramos mulheres cada dia mais próximas da temática da mulher, das questões, das problemáticas e nós tínhamos comissões de tudo e por quê não tinha a comissão de mulheres? A gente começou a reunir as mulheres, a discutir. Mas, era uma discussão muito diferente, porque na verdade, nós éramos o nosso grupo de nós mesmas. A gente fez o Fala, Mulher! e abriu pra fora. Mas, a comissão era um grupo meio confidente, onde a gente falava as coisas que a gente achava, a gente se expunha, a gente dizia as coisas que estavam dentro da gente”.

Fica evidente, ainda, que existia um hiato (visão e inserção no mundo e formação política) entre as mulheres que participavam do MUB e as demais. Contudo, partimos do pressuposto de que “cada ser humano é a história de suas relações sociais” (Saffioti, 1992:210). Assim sendo, “a construção do gênero pode, pois, ser compreendida como um processo infinito de modelagem-conquista dos seres humanos, que tem lugar na trama de relações sociais entre mulheres, entre homens e entre mulheres e homens” (idem, 1992:211). Nesse processo, portanto, as diferentes experiências do cotidiano feminino proporcionaram novos saberes para as mulheres, alterando sua visão de mundo e, necessariamente, refletindo nas relações de poder nas estruturas do MUB e na sua relação com os homens.

A segunda contradição diz respeito à dissociação entre o discurso feminino pela conquista de seus direitos e o processo discriminatório que elas mesmas e a sociedade como um todo estabeleciam em função do modo de viver e pensar a vida. Cabe registrar que a maioria das participantes eram solteiras. De um lado, a militância no movimento lhes absorvia quase todo o seu tempo. Esse fato, associado às dificuldades econômicas pois, ou trabalhavam, na maioria, em meio expediente (professoras) ou não exerciam nenhuma atividade profissional (o dinheiro que possuíam era proveniente da contribuição familiar), não tinham possibilidades de conviver com outros grupos sociais. Por isso, o MUB além de constituir-se num espaço político instituía-se, também, num espaço social para seus membros, principalmente para as mulheres.

“As mulheres solteiras não tinham tempo para nada, nem para arranjar namorado, principalmente. Era uma coisa terrível. E, na Mubespedita⁵ a gente fazia a festa das enalhadas. Então, eu acho que nós, também, nos abandonávamos um pouco, porque nós priorizávamos o movimento”.

De outro lado, se a capacidade intelectual, organizativa e de mobilização da entidade lhes creditava respeitabilidade, ao mesmo tempo que o fato delas freqüentarem bar e discutirem temas como, por exemplo, da sexualidade, ratificava o conceito preestabelecido de que a esposa e a filha não deveriam participar do movimento, assim como acentuava o isolamento e a discriminação em que viviam as mulheres do movimento, principalmente, as solteiras. Neste sentido reforça tanto a desassociação entre o espaço privado e o espaço público, quanto ratifica a cultura de

⁵ Mubespedita era o nome dado à festa de confraternização de fim de ano do MUB, na qual participavam toda a sua diretoria e pessoas próximas ao grupo. Nessa festa, entre outras atividades tinha-se a eleição dos destaques do ano do MUB. Pelo voto secreto, com direito à boca de urna e faixa, elegia-se, entre outros: a musa e o muso; o/a mala (chato/a); o/a kid-panfleto (aquele/a que mais distribuía panfletos).

que o lugar da esposa e da filha é o lar. Em outros termos, a idéia, culturalmente concebida, é de que a mulher que participa do espaço público (mulher pública), ou melhor, “a mulher da vida” é sinônimo de meretriz, assim definido no Dicionário Aurélio.

Com o intuito de ilustrar essa questão, transcrevemos a fala de uma diretora:

“Eles diziam que as mulheres nos viam de uma forma ameaçadora, nós virávamos as ..., as ..., (...) Não ... com ninguém e levamos a fama, porque se elas não vêm aqui, se elas não nos conhecem e elas tem essa imagem. Qual a imagem que eles passam em casa para as suas mulheres, da gente?”

(...) Eu acho que nós atraíamos esses homens e nós ameaçávamos. Nós éramos uma ameaça à segurança dele. Ao mesmo tempo que ele ficava atraído por aquilo que ele não conhecia, tão diferente da mulher dele, tão liberais,(...) ,mas essa mulher mexe muito com a cabeça dele e tira as coisas do lugar”.

A terceira contradição estabelecida se refere ao fato de que, de um lado, a maioria das mulheres casadas⁶ que participam no MUB não tem seus maridos militando na entidade e, vice-versa, entre a maioria dos homens casados que atuam, suas esposas também não atuam na federação. Conseqüentemente, há uma dissociação entre o espaço privado e o público, intensificando a tensão nas relações da família. De um lado, os maridos acusam suas mulheres de abandonarem a casa e suas tarefas, “para ficar na rua com outros homens”. De outro, as esposas reclamam da ausência do marido no lar, “para ficar com outras mulheres”. Nesse caso, como já exposto na presente pesquisa, o homem deixa a responsabilidade do cuidado da casa e com a educação dos filhos a cargo de suas esposas, isentando-se de qualquer ação que visa ao equacionamento dos conflitos que se estabelecem em função da sua atuação no movimento social. Um diretor do MUB afirma:

⁶ Cabe registrar que o número de mulheres casadas que participam da Federação sempre foi, numericamente, menor ao número de mulheres solteiras.

“No caso do homem que participa e sua esposa não. Ela tem duas condições de encarar essa realidade. A primeira é da mulher se acomodar e diz ‘não tem jeito mesmo e eu não vou mudar a cabeça dele e ele sempre foi assim mesmo’ e tentar levar do jeito que pode. A outra é ela se separar, ir embora e tchau, porque você não consegue fazer as duas coisas. Se você prioriza os problemas da casa e você tem que ficar sábado e domingo, direto, numa reunião atrás de outra, você não tem como dar prioridade a casa. Quer dizer, para você fazer bem um, você faz mal o outro”.

É evidente que essas críticas/desconfianças interferem na participação política da mulher, pois a condição de ser casada restringe sua participação tanto em função do acúmulo de tarefas, quanto pela sua necessidade de negar a acusação, implícita ou explícita, de não ter homem na rua. Nesse caso a mulher é culpada até provar sua inocência.

Vale ressaltar que a própria linguagem utilizada pelos homens e mulheres já enfatiza a diferença no tratamento dessa questão. Tratando-se da mulher que participa do MUB, seu marido **acusa**. No entanto, em relação à esposa, que tem o marido participando do movimento, esta **reclama** do seu comportamento. Nos dois casos, portanto, o ônus recai sobre a mulher. A primeira tem que provar sua inocência, e a segunda, prontamente, tem que “aceitar” a situação ou definir pela separação, recaindo sobre si toda a responsabilidade que advém dessa decisão. Nesse caso, o fato do homem privilegiar o movimento em detrimento à vida familiar faz com que suas esposas se sintam “trocadas” pelo MUB. Simbolicamente, a federação representa “a outra” na vida dele. Retrata, assim, a esposa de um diretor que também participava do movimento:

“Muito boa a outra, para absorver o cara todo esse tempo. Que é uma cachaça, uma paixão, porque prá gente que milita a gente sabe que é. É muito bom. E a gente não

vive sem isso. (...) Não dá ressaca, você saía do congresso meia-noite e às sete horas da manhã você estava lá. O que é isso? É um troço muito louco”.

Por fim, conforme Saffioti afirma, que a representação social não se confunde com a experiência, ela sim, se aproxima do refigurar a vivência, é o pensar-sentir- a vivência, onde a base material alimenta o nível simbólico e por ele é nutrida, portanto, um é constitutivo do outro (Saffioti, 1995:49). Assim sendo, a representação social do poder feminino implícita na expressão “mulher da vida” se sustenta numa realidade social que determina um tipo de relações sociais, e que estas instituem forças propulsoras de novas atitudes, ou seja, reproduzem-se. Neste sentido, a representação social realiza a mediação das relações sociais a partir de um processo que se faz em constante movimento. Vale, ainda, ressaltar que a representação social da “mulher da vida” inclui, segundo Saffioti, um “alto potencial subversivo”, uma vez que ela mina a imagem da mulher submissa e subordinada ao homem (Saffioti, 1995:51).

Observamos ainda que a mulher, neste contexto social, a partir de sua experiência diária e peculiar, revela a sua necessidade de romper com a dominação masculina intrínseca às relações sociais de gênero. Assim, deseja relações onde a dicotomia entre o espaço público e o privado seja minimizada, a partir de relações onde o diálogo entre homens e mulheres e entre as mulheres possa constituir sujeitos sociais diferentes, mas com igualdade de direitos.

Dessa forma, a inserção da mulher no espaço público, através da sua participação política nas estruturas de poder do MUB pode, enquanto processo de formulação e reformulação da relação de submissão e dominação e a prática positiva do exercício do poder, contribuir para que outros homens e mulheres, inseridos ou não

no espaço público, seja ele o movimento social, partidário, profissional etc., possam atuar na construção e reconstrução da identidade do gênero feminino, numa maneira positiva de se fazer história.

CAPÍTULO 4

LIMITES E POSSIBILIDADES DO MOVIMENTO SOCIAL

Fala-se muito da crise nos movimentos sociais. Esta crise está inscrita não apenas na redefinição das bases de sua sustentação e legitimação, mas também, tratando especificamente do MUB, nos conflitos internos que se estabeleceram no seu processo histórico.

No presente capítulo, portanto, pretendemos abordar os aspectos que, percebidos no seu conjunto, propiciaram a constituição da crise no MUB. Crise essa caracterizada pela não participação das AMs nas atividades desenvolvidas pela federação e, conseqüentemente, pela diminuição do poder de mobilização da entidade, levando ao declínio da sua capacidade de pressão e/ou negociação junto ao poder público.

Essa crise é marcada, evidentemente, à trajetória política brasileira que se caracteriza pelo clientelismo, autoritarismo e pelo populismo. Nossa intenção, portanto, é explicitar, enquanto reflexo do país, os aspectos comuns dos governos municipais em Duque de Caxias, a partir de 1985, culminando com as mudanças ocorridas no Brasil, a partir de 1990, quando da consolidação do atual projeto neoliberal.

Nesse contexto, privilegiamos a análise do processo de municipalização e descentralização, no âmbito das políticas sociais, tendo como foco a ação dos

conselhos municipais, com o intuito de apresentar os limites e possibilidades que se apresentam, a partir da criação do primeiro conselho municipal em Duque de Caxias¹.

4.1 - Declínio do movimento social

A crise dos movimentos sociais é explicada na intercessão entre a sua condição estruturalmente ambígua e as conexões ativas que os atualizaram conjunturalmente enquanto campo ético-político referido ao popular. Nessa perspectiva encontramos em Doimo (1995) a redefinição da base de sustentação da prática do movimento social.

A primeira delas diz respeito ao recuo e à interiorização da Igreja Católica para o repensar da sua atuação no âmbito interno e externo. Nesse contexto, o modelo de CEBs começa a sofrer críticas internas, “perdendo terreno enquanto fonte alimentadora das redes movimentalistas locais, e os segmentos de corte liberal humanista ganham espaço na implementação da linha social da CNBB” (idem, 1995:201-202). Em Duque de Caxias a redefinição das condições de sustentação se expressa, a partir da década de 1980, quando a Paróquia do Pilar deixou de realizar atividades que visavam à formação de quadros para o movimento social, como vimos no segundo capítulo, repercutindo tanto no conjunto das associações de moradores como no MUB.

Outra redefinição se dá no âmbito das Organizações Não-Governamentais (ONGs), “especialmente as de extração ecumênica e as mais secularizadas, que passam a incorporar critérios de eficácia e a dedicar-se a ações mais propositivas em

¹ O Conselho Municipal da Saúde foi o primeiro a ser criado em Caxias, no ano de 1991.

termos de políticas públicas, em função da mera ‘assessoria’ a movimentos populares” (idem, 1995:202). Assim como, a intelectualidade acadêmica passa a eleger como prioridade questões relativas à transição política e à reengenharia institucional, em detrimento ao movimento social (idem, 1995:202).

A última redefinição apresentada por Doimo trata dos segmentos de esquerda, pois passam a assumir crescentes compromissos com o sistema partidário, com a reforma do Estado e com a gestão da coisa pública. Neste sentido, a solução prática encontrada individualmente por boa parte dos militantes foi o distanciamento das redes movimentalistas locais. Essa questão é expressa, no contexto de Caxias, na seguinte fala:

“(...) eu me afastei do MUB e assumi uma função no governo que entrou, mas depois eu me arrependi de ter feito isso porque foi um erro. (...) Eu fiquei seis meses na prefeitura e pedi demissão e o grupo também saiu. A gente tinha uma proposta, tinha uma proposta que o prefeito tinha assumido de mudar a estrutura de relacionamento do poder público com o movimento popular. (...) Ele assinou e se comprometeu com aquela proposta. A partir do momento em que ele desrespeitou a proposta, seis meses depois nós saímos. (...) era um governo como outro qualquer”.

A propósito, nesse momento a prefeitura era governada pelo prefeito do PDT (ano de 1986) que, no período da campanha eleitoral, o então candidato, assumiu o compromisso de criar uma secretaria cuja função, entre outras, seria a de estabelecer uma aproximação entre a prefeitura e o movimento social. A recém-criada secretaria, formada por pessoas ligadas ao movimento social, em especial quadros oriundos do MUB, jamais conseguiu desenvolver seus objetivos, pois o prefeito, além de não reconhecer o trabalho do grupo, passou a centralizar as ações governamentais na sua figura.

Ainda tratando da última redefinição, temos o afastamento dos leigos das atividades religiosas específicas para a dedicação das tarefas políticas, estabelecidas pelo momento (Doimo, 1995:202-203). A maioria dos militantes, em Caxias, originários da Igreja Católica, aos poucos foram se afastando das atividades na comunidade religiosa, em função das demandas impostas pelo MUB e da pouca disponibilidade de tempo, visto que dividiam seu tempo entre a militância política e o exercício das atividades profissionais.

Além dessas questões e no que diz respeito à crise que se instaurou no MUB, um aspecto merece destaque, qual seja, a administração do dinheiro e da estrutura burocrática que se consolidou, na entidade, a partir das verbas provenientes de projetos destinados às agências de fomento, inicialmente a Desenvolvimento e Paz e, posteriormente, o apoio financeiro da Misereor. Os resultados da pesquisa em campo permitem constatar que, entre os atores sociais pesquisados, há o reconhecimento, embora perpassado de ambigüidades, de que eles não tinham experiência em administrar essa nova estrutura organizativa da federação. Essa questão é sinalizada da seguinte forma:

“Quando eu era diretora não tinha dinheiro para administrar. Nós administrávamos muito bem as dificuldades, problemas, as divergências, mas era uma amizade incrível. (...) Tem dois MUB. Tem o MUB antes projeto e o MUB pós-projeto da Misereor. Quando eu era diretoria do MUB, por exemplo, quando eu falo que chegava meia-noite, eu chegava sem janta e pagava passagem com dinheiro do meu bolso. O MUB vivia assim, a gente carregava o MUB”.

Por outra parte, associar o cumprimento das demandas da federação com a luta pela sobrevivência pessoal sempre foi uma questão complexa. Tendo em vista que a maioria da população duquecaxiense estava e está enfrentando ora o desemprego,

ora o subemprego, boa parte dos diretores do MUB passavam pelo mesmo problema. Necessitavam, portanto, de auxílio financeiro para as idas e vindas às reuniões, encontros com autoridades, visitas às associações de moradores e manifestações. No entanto, não podemos, também, deixar de explicitar que isso não significa que o diretor/a diretora passe a sobreviver financeiramente do auxílio recebido da federação, pois a experiência mostrou que, fazer do movimento social a única fonte de renda acarretou práticas políticas fundadas no autoritarismo e na centralização, de forma que o proveito pessoal estivesse acima dos interesses do conjunto do próprio movimento. Esse processo, teve no congresso da federação, realizado em 1994, sua maior expressão. Uma diretora colocou essa questão da seguinte maneira:

“Quando o MUB começou a lidar com o dinheiro (...) eu acho que algumas pessoas se perderam na trajetória (...). O MUB se fechou, as pessoas se fecharam também. O MUB que buscava conscientização, que buscava tanta reivindicação se transformou numa empresa”.

Quanto à administração da estrutura burocrática, partindo da fala acima, encontramos, também, em outros relatos significativa distinção na relação entre a diretoria da federação e funcionários. Os relatos evidenciam que anterior a 1994, embora houvesse conflitos entre a direção e os funcionários, a relação era marcada pelo diálogo. No entanto, na gestão eleita nesse ano, usando o termo da entrevista acima, o MUB assumiu uma postura empresarial, onde o patrão impõe as ordens e os funcionários obedecem, sem nenhuma possibilidade de discussão. Em alusão a essa questão, uma entrevistada afirma, num tom de desabafo:

“Pra mim foi decepcionante. (...) e de repente aconteciam coisas tipo empresa privada, tipo relação empregado/patrão. Por exemplo, eu sou sempre abelhuda e o MUB eu cansei de ouvir assim: ‘Você não tem que se meter, você é empregada’. Eu acho que

isso é coisa muito patronal. Embora você estivesse ali pelo seu salário, você tinha que cobrar outra coisa. Por exemplo, os direitos trabalhistas e quando eu ia orientar alguma coisa em relação ao meu salário sim, porque você sabe que quem dirige o MUB são pessoas com quem eu posso falar. Então, quando eu sabia de um direito nosso e eu falava, muitas vezes fui recriminada. E isso me revoltava porque me chamavam de agitadora. Pôxa! eu fui criada dentro do MUB, eu sou cria do MUB. (...) só que de repente é terrível: ... é muito cri, cri, ... arruma confusão. Arrumava confusão porque, porque eu tava falando dos meus direitos e eu falava assim: 'Meu companheiro, eu nem posso mais te chamar de meu companheiro porque você é meu patrão, só que eu aprendi isso aqui dentro do MUB'. Quer dizer, quando eu fui diretora o MUB era um grande órgão conscientizador do trabalhador e lutava pelos seus direitos e o patrão é explorador. De repente, você entra dentro do MUB para trabalhar e você não pode falar nada, você tem que ficar calada".

Se de um lado essa forma de lidar com o dinheiro e com a própria administração da entidade acontecia, concomitantemente, ao esvaziamento do conjunto das AMs filiadas nas atividades promovidas pela federação, de outro era a condição para que tal postura fosse, cada vez mais, intensificada no interior do MUB. Portanto, sem as condições de sustentação e sem a presença de suas fontes de legitimação, os movimentos sociais que se constituíram num campo ético-político, passam a ser um campo em erosão (Doimo, 1995:202).

"Os resultados disto para o movimento popular são flagrantes: a) gradativa desagregação das redes movimentalistas locais, com sensível decréscimo do volume de reivindicações de ação-direta; b) sucessiva desarticulação do seu universo cognitivo e simbólico, mediante desativação dos programas organizativo-mobilizadores de educação popular; c) estímulo ao empenho ativo-propositivo, especialmente no que se refere à oxigenação dos aparatos político-administrativos, à conquista de novos dispositivos

ativamente para afastar as instituições políticas (partidos políticos, sindicatos, movimento social), com a pretensão de operar numa relação direta entre governantes e governados; no exercício de um poder sob a forma da tutela e do favor. Assim sendo, sem as mediações políticas e sem as mediações sociais, a tutela se caracteriza na forma do favor (por parte do governante) e da clientela (governados); por um poder que está fora do social, como transcendendo o social, “na medida em que é o detentor do poder, do saber e da lei; mas ao mesmo tempo, só consegue realizar sua ação se também fizer parte do todo social, já que não opera com mediações” (Chauí, 1994:20) e um poder centrado na sua personalização.

“No populismo, o poder encontra-se total e plenamente ocupado pelo governante, que o preenche com sua pessoa porque esta se identifica com o corpo do detentor do poder e com o próprio lugar do poder. O governante populista encarna e incorpora o poder, que não mais se separa nem se distingue de sua pessoa, uma vez que não se funda em instituições públicas nem se realiza através de mediações sócio-políticas”. (Chauí, 1994:20).

Além disso, ainda tratando do caso brasileiro, “a estrutura autoritária da sociedade não permite o surgimento das instituições democráticas” (idem, 1994:28) Essa não possibilidade possui base material, ou seja, dada a forma como se estabelece a divisão social das classes. A polarização, portanto, articula-se entre o pólo da carência absoluta e o pólo do privilégio absoluto.

“A carência (popular) espera ser preenchida e suprida pelo governante; o privilégio (dominante) espera ser conservado pelos favores do governante. Donde a fragilidade dos movimentos sociais e populares, das formas de auto-organização da sociedade e da dependência da sociedade civil (no sentido hegeliano e marxista de *mercado*) do Estado. Não por acaso, a classe dominante brasileira mantém com o Estado uma relação ‘primitiva’, isto é, em lugar de vê-lo como instrumento de sua dominação de classe que

institucionais voltados à participação direta e semidireta e à garantia dos direitos da cidadania". (idem, 1995:202).

Devemos, no entanto, relacionar a crise dos movimentos sociais, especialmente a que se instaurou no MUB, às mudanças que ocorreram no Brasil, a partir de 1990, onde se consolidou o estado neoliberal, tendo nas figuras de Fernando Henrique Cardoso, Marcelo Alencar e, no caso de Caxias, José Camilo Zito dos Santos (o Zito), a expressão dessa consolidação.

4.2 - Caxias no cenário da conjuntura neoliberal dos anos de 1990

A crise dos movimentos sociais não pode ser analisada sem que tenhamos de levar em consideração a emergência de um populismo neoliberal, nos anos de 1990, que identifica o Estado como principal responsável pelas desigualdades vigentes, e volta a sugerir, implicitamente, que o governo, de novo, "substitua a organização política independente das classes trabalhadores, agora na luta contra o Estado pela restauração do mercado, em nome do bem-estar material dos trabalhadores" (Dagnino, 1994:10). Esse processo acontece tanto na América Latina, quanto no Brasil e, conseqüentemente, reflete-se no âmbito dos governos federais, estaduais e municipais, como é o caso das prefeituras que assumiram o governo municipal em Caxias, desde as eleições de 1985, até os dias atuais (1998). Não obstante, reconhecendo a especificidade de cada governo municipal, cabe ressaltar que independente da sigla partidária (PDT, PFL, e PSDB), encontramos aspectos comuns que os caracterizam segundo o paradigma populista, pois sua prática política estabelecia um poder que procurou realizar-se sem as mediações políticas, operando

só pode legitimar-se se, ao mesmo tempo, cumprir funções para satisfazer as demais classes sociais e, portanto, realizar minimamente a prática da representação, ao contrário, a classe dominante usa o Estado como instrumento econômico privado, destinado a manter-lhe os privilégios”. (Chauí, 1994: 28-29).

Nessa perspectiva a esfera pública não consegue instituir-se, pois a distinção entre o público e o privado não se firma, assim como as mediações sociais e políticas não conseguem se constituir. Segundo a autora:

“O poder é oligárquico e se legitima recorrendo à mitologia fundadora, que pode aparecer nas da ideologia verde-amarela nacionalista, na roupagem da ideologia providencialista do desenvolvimentismo, na concepção assistencialista e tutelar do Estado e, hoje na ideologia neoliberal que reduz a política ao *marketing* narcisista da vida privada e o Estado à condição de aparelho de reforço do privilégio (a ‘privatização’ à brasileira significa, simplesmente, transferência dos mecanismos estatais de proteção aos oligopólios aos próprios grupos oligopólios)”. (idem, 1994:29).

O neoliberalismo, portanto, é o projeto de redução do espaço público e da ampliação do espaço privado, o que lhe dá o caráter essencialmente antidemocrático, encontrando na sociedade brasileira terreno fértil para sua viabilização. Em síntese, a ideologia neoliberal alimenta “a noção de personalidade e subjetividade como centro do poder, a indiferenciação entre público e privado, o narcisismo do governante, a política como espetáculo, mistério, transcendência e saber acessível somente aos iniciados, os competentes” (Chauí, 1994:29).

É comum, ao andarmos por Caxias, deparar-nos com os seguintes slogans, em adesivos de carro: “*Eu tô feliZito*” ou “*Hoje, eu tenho orgulho de ser caxiense*”, expressando a forma como a ideologia neoliberal é propagada na vida cotidiana da cidade que, em síntese, reflete a estratégia de *marketing* que essa ideologia utiliza, expressando seu caráter populista. Encontramos, também, faixas produzidas por

Igrejas Evangélicas com mensagens do tipo: *“Feliz é a cidade cujo prefeito é Zito”* em alusão ao texto bíblico: *“Feliz é a nação cujo Deus é o Senhor”*, caracterizando, assim, o mistério e a transcendência no que associa o prefeito a Deus. Cabe registrar que, ainda em Caxias, o atual projeto neoliberal se instaura ao mesmo tempo em que estão em baixa os setores mais à esquerda, entre eles a própria federação. A vitória de Zito para a prefeitura de Caxias, nas eleições de 1996, representa a consolidação desse projeto que se aglutina na legenda do PSDB (Fernando Henrique na presidência da República, Marcelo Alencar à frente do governo estadual e Zito no governo municipal).

Paradoxalmente, a partir de 1988, porém, com a promulgação da constituição federal, inicia-se o processo de municipalização e descentralização das políticas sociais, impulsionando o aumento gradativo do percentual de repasses dos impostos e dos fundos para os municípios, entre eles: ICMS², o IPI³ e o fundo de participação dos municípios. Na perspectiva da democracia participativa, a sociedade civil (organizações/entidades sindicais e associativas) estrutura-se em conselhos municipais com a função de fiscalizar o cumprimento das políticas sociais.

4.3 - As políticas sociais no Estado Brasileiro

Os conselhos municipais estão inseridos no bojo do processo de municipalização genericamente considerado, assim como no de municipalização da política de assistência social. No entanto, é preciso explicitar algumas questões que se estabelecem no conceito de municipalização. A primeira trata da relação de

² ICMS - Imposto de Circulação de Mercadorias.

³ IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados.

subsidiariedade entre as três esferas estatais; a segunda diz respeito à heterogeneidade dos municípios brasileiros e à homogeneidade do conceito de municipalização; e a terceira coloca a abrangência dos processos de municipalização para além da esfera estatal, sob a ótica do fortalecimento do poder local e da democratização da sociedade (Sposati, 1994:104).

Na primeira questão está implícito que pensar a municipalização supõe esgotar todas as possibilidades do município para só então haver interferência dos níveis estadual e federal de governo. No entanto, no Brasil a municipalização não acontece sob esse prisma, mas pelas transferências de atribuições do nível federal para o municipal, próprio do modelo centralizador do Estado brasileiro, tendo como consequência uma concepção burocrática do processo de municipalização.

A segunda está centrada no fato de que há uma heterogeneidade no adensamento populacional dos municípios brasileiros. Esse fato impõe que o processo de municipalização não ocorra sob uma concepção homogênea e que seja associado a este os aspectos de regionalização e metropolização. Neste sentido é vital para esse processo a formulação de modelos flexíveis de municipalização/regionalização/metropolização, e não uma única via formal para todo o território brasileiro.

Quanto à abrangência dos processos de municipalização, na perspectiva democratizante presume o sentido da municipalização associada a mecanismos de presença e interferência de gestão da sociedade civil, como a instauração dos conselhos municipais. Neste sentido Sposati afirma que “a municipalização como avanço, deve introduzir novo formato de gestão, em geral participativa ou paritária.

além de instrumentos de informações, fiscalização e controle da sociedade” (idem, 1994:105). Segundo ainda a autora, existem duas formas de municipalização:

“A *conservadora* ou burocrática supõe a passagem de responsabilidades de uma instância para outra na hierarquia do Estado - por exemplo, do nível federal ou estadual para o municipal. Este é o modelo pautado no ‘passa abacaxi’ de uma instância para outra, criando sérios problemas para os municípios. Já a *democrática* introduz uma nova forma de partilhar a gestão entre Estado e sociedade, o que não exclui o fortalecimento das relações de subsidiariedade anteriormente consideradas”. (Sposati, 1994:105).

Nesta perspectiva ratificamos a concepção de que em relação à descentralização/municipalização da assistência social esta deve dar ênfase ao processo de constituição de uma política social pública de caráter democrático, e não só de transferência de competência entre os órgãos públicos. E no que diz respeito à assistência social, enfatizamos a importância no seu resgate enquanto uma das dimensões da política social, situando-a “na perspectiva do direito social e da cidadania” (Santos, 1995:20). Para tanto é importante romper “com a concepção tradicional e modernizadora do Serviço Social, que tem perpetuado o assistencialismo no seio desta profissão sob o aval do Estado e da elite dominante” (idem, 1995:20), estabelecendo, portanto, essa assistência sob novos fundamentos, vinculada às políticas sócio-econômicas, instituindo-se uma dimensão da política social mais ampla, cuja perspectiva deve ser o enfrentamento e a redução das desigualdades sociais.

Representa, também, a superação da concepção de que a assistência se institui, por ela mesma, enquanto instrumento de enfrentamento e diminuição das desigualdades sociais presentes no capitalismo. Tratando-se, do Brasil, especificamente, a crise social se expressa no aumento acentuado da pobreza e da

violência, sendo seu reflexo, o que significa a inexistência ou total falta de eficiência das políticas sociais e assistenciais promovidas pelo Estado brasileiro. Neste sentido,

“A ausência de respostas efetivas à dramática situação social de contingentes populacionais cada vez maiores faz com que a questão da assistência deixe de ser um tema de interesse privilegiado apenas por assistentes sociais, ou estudiosos do assunto, para se tornar um tema de interesse nacional, mobilizando vários segmentos da sociedade, o que impõe a necessidade de outro tratamento para questão social, não sendo mais possível manter-se a assistência na forma residual ou compensatória que historicamente foi mantida pelo Estado Brasileiro”. (Santos, 1995:21).

Sob este ângulo as políticas sociais constituem-se num instrumento possível de diminuição das desigualdades sociais, muito embora nem a constituição de 1988 tenha provocado significativa mudança no padrão brasileiro de política social. “Na nova ordem político-institucional, as questões sociais foram ‘acrescentadas’ à margem. Elas estão ali porque foi impossível evitá-las, especialmente devido às pressões. Aqueles que estão na periferia da ordem social permanecem também à margem da ordem institucional” (Weffort, in Filgueiras, 1995:37). Contudo, não podemos deixar de reconhecer as mudanças que ocorreram na referida Constituição no tocante ao campo de proteção social. Destacando-se:

“(...)no plano político e institucional: descentralização das ações, com maior responsabilidade dos municípios na formulação e implementação de políticas sociais (...); possibilidade de aumento do grau de participação da sociedade na formulação e implementação das ações, com a criação de conselhos locais e setoriais (...); introdução de alguns princípios universalistas, particularmente nas políticas de seguridade”. (Filgueiras, 1995:27)

Numa visão crítica, devemos perguntar se essas mudanças significam maior democratização, se os princípios compreendidos no texto constitucional estão sendo

garantidos a partir dos mecanismos existentes para o seu efetivo cumprimento e através das reformas mais recentes. Além disso, vale registrar que não houve na referida constituição mudança significativa em relação ao financiamento das políticas sociais. Além disso, as tendências e possibilidades no que se referem às políticas sociais nos anos de 1990, são conseqüências de movimentos mais amplos que vão além da nova constituição brasileira. Merecem destaque:

“(...) está em curso um movimento de reordenação das relações entre Estado, mercado e sociedade civil, sobre as quais se formaram os padrões de proteção social. (...); a crise do Estado fortaleceu a tese de redução do setor público nas políticas sociais. (...); e, no debate sobre o papel do Estado, alguns pontos são continuamente mencionados: descentralização, privatização e focalização. (reorientação dos gastos, priorizando a seletividade e os programas compensatórios em lugar da universalidade)”. (idem, 1995:37-38).

No caso de Caxias, a Lei Orgânica do Município, promulgada em 05/04/1990, no Título II, Da Ordem Econômica e Social prevê a criação dos conselhos municipais.⁴ A partir de então, iniciou-se o processo de regulamentação, através da apresentação de projetos de lei, dos referidos conselhos. Durante esse tempo, alguns conselhos foram criados,⁵ outros estão em fase de estruturação/regulamentação.⁶

Devemos, também, analisar o surgimento dos referidos conselhos no processo histórico do movimento social, visto que nele foram fomentadas forças tanto na esfera social quanto política e possibilidades de poder, com capacidade de

⁴ Na Lei Orgânica Municipal estão previstos, entre outros, a criação do Conselho Municipal da Educação; da Assistência Social; do Desenvolvimento Social; da Alimentação; do Meio Ambiente; e o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente. Quanto ao Conselho Municipal da Saúde, este foi criado por lei complementar.

⁵ Entre os conselhos criados, em Duque de Caxias funcionam: o da Saúde; da Assistência Social; e o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente. Entre os regulamentados, mas não funcionam, temos: o do Desenvolvimento Social e da Alimentação.

⁶ Estão em processo de estruturação/regulamentação os Conselhos Municipais do Meio Ambiente, do Orçamento, da Educação e o da Mulher.

estabelecer novas formas de participação. Neste sentido, os conselhos municipais constituem-se num

“(...) espaço político-administrativo onde poderão emergir de forma concreta as representações dos diferentes interesses envolvidos na construção dos Sistemas Locais. Significam também o *locus* de um poder formal atribuído às diversas formas de organização popular. A tão propagada participação social, popular, comunitária ou dos usuários adquire finalmente uma expressão não apenas discursiva, nem jurídica, mas operativa e real”. (Conil, 1995:99-100).

Contudo, o caráter da democracia participativa nos conselhos municipais na avaliação dos atores pesquisados, não se consolidou visto que, de um lado, o poder entre a sociedade civil e o governo não se dá de forma paritária. Parte da sociedade civil está comprometida com os interesses da prefeitura, seja no campo ideológico, seja baseado nos interesses pessoais caracterizados na troca de favores, garantindo, assim, a maioria dos votos para as propostas apresentadas e/ou defendidas pelo governo municipal. Na prática, os conselhos municipais são, meramente, um organismo respaldador das ações governamentais.

Verifica-se, então, que é importante a reorganização das relações entre o Estado, o mercado e a sociedade na responsabilidade de viabilizar respostas às necessidades de inserção de indivíduos e grupos sociais. É necessário estar atento para o direcionamento desse movimento, sendo fundamentais a organização e a participação da sociedade no que diz respeito à proteção social.

“(...) crescente papel seja do setor informal da economia, seja das instituições voluntárias e/ou de solidariedade social, tanto as tradicionais (a família extensa, a comunidade local, a Igreja, a filantropia, as associações corporativas, etc.) como as modernas - as formas contemporâneas de associativismo e cooperativismo, envolvendo associações de bairro, de vizinhança, as comunitárias, as ONGs -, todas estas formas e redes de solidariedade

que se articulam, tanto para a demanda quanto para a distribuição e controle de bens de serviços sociais". (Draibe, in Filgueiras, 1995:38).

Neste sentido, essas instituições e o conjunto das associações voluntárias exerceriam o papel de mediadores e de formadores de opinião pública. Seus atores sendo os articuladores culturais, pois "transportam situações-problemas emergentes no nível das relações cotidianas do mundo da vida pra o plano público (...) asseguram que tais situações-problemas emergentes nas esferas privadas sejam reconhecidas e assimiladas pelo sistema político-administrativo" (Costa, in Filgueiras, 1995:41).

A história política brasileira é marcada tanto pelo clientelismo, autoritarismo e pelo populismo quanto pela inexistência de um espaço de iguais, caracterizado pela exclusão social. Diante desse quadro, quais seriam as formas possíveis de institucionalização da sociedade civil brasileira? Reconhecendo que essa questão vai além dos propósitos da presente pesquisa, não nos furtamos, no entanto, de expressá-la na perspectiva de apontar a necessidade de novos estudos e de mostrar que, independente da forma de institucionalização, não compete à sociedade civil substituir o Estado nem o mercado em suas atribuições. Assim como a superação da exclusão social diz respeito ao campo das lutas sociais e políticas.

Ficam, pois, duas questões a serem indagadas no que diz respeito à participação feminina na federação. Primeiro, o que representou o MUB na inserção das mulheres no espaço público a partir da sua participação política? E, como se apresentou a relação de gênero no processo histórico da federação?

4.4 - Relações de gênero no movimento social

Como já afirmamos, as mulheres começaram a participar do MUB a partir das carências de infra-estrutura no município de Duque de Caxias. No entanto, com a militância, a federação foi adquirindo outros significados, em especial para essas mulheres. De um modo geral, contribuiu para a sua formação política, constituindo-se num espaço em que se informavam do fatos que aconteciam no país.

“Foi um período muito legal porque você ficava atualizada. Eu, às vezes, fico pensando que foi o período que eu mais fui atualizada: nome de ministro, secretários e o que estava acontecendo no país, foi o período do MUB (...). Além de tudo, o MUB era esse espaço e você tinha que saber das coisas e ficava sabendo”.

É evidente que esse aspecto está associado ao fato de que lhes é negado acesso a outras fontes de informação, como leitura de jornais, livros, visita a museus, ida a cinema e teatro, etc., em função dos baixos salários recebidos ou a ausência de salários (como é o caso das donas-de-casa). No que diz respeito, principalmente, à realização de programas culturais, a dificuldade é ainda maior visto que essas atividades acontecem, geralmente, no município do Rio de Janeiro e os serviços prestados pelas empresas de transportes são precários e o custo das passagens é elevado.

As entrevistas, também, revelaram , através dos discursos femininos, que o MUB representou o reconhecimento público do trabalho realizado por essas mulheres e, ao mesmo tempo, a possibilidade de relacionar-se com o *outro*, podendo este ser semelhante ao eu, como pode ser diferente dele. O fundamental na relação de gênero, portanto, é o estabelecimento da relação entre o *eu* e o *outro*.

“O MUB era uma mistura de clube de amigos, substituição da casa e ocupação profissional. Era razão de viver, com depósito de sonhos e ideologias. É uma mistura de tudo. Era um negócio de dar motivação”.

Cabe, pois, registrar que ao enfatizarmos o significado do MUB na vida dessas mulheres, não desconsideramos o fato de que para os homens a federação, também, teve significados que passou e perpassou a fronteira das lutas reivindicatórias. “O MUB era a minha segunda casa, na verdade e às vezes a primeira. Era meio cachaça. Teve uma época que eu saía do trabalho mais cedo possível para chegar ao MUB (...). Foi um período forte”.

Portanto, a partir destas falas que refletem a visão da maioria dos entrevistados, o MUB ao assumir o “lugar da casa”, ou seja, o significado que a família possui, na história desses atores sociais transfere-se, também, para o campo político, o tipo de relação em que esses homens e mulheres vivenciam nas suas famílias, onde o homem luta para a manutenção de seu poder e a mulher tenta sair da sua condição de subordinada. Assim sendo, como é “natural” ao homem ser o chefe da casa, mesmo nos casos em que a manutenção (financeira) da mesma fique a cargo da mulher, é “natural”, também, ao homem exercer o cargo de presidente da federação, mesmo que o poder de mobilização e de articulação das lutas reivindicatórias seja realizado pelas mulheres.

Um outro aspecto a ser destacado no que trata do significado do MUB para os homens, diz respeito à relação que eles estabeleciam com o município, até porque, para a maioria, no momento anterior à participação no MUB, Caxias representava o lugar de moradia, visto que passavam a maior parte do seu tempo, em função das atividades profissionais, na cidade do Rio de Janeiro. Geralmente saíam por volta das

7:00 horas da manhã e retornavam às suas casas em torno das 19:00 horas, de segunda a sexta-feira. Por isso, não possuíam uma vinculação mais próxima com as carências da cidade e, portanto, não conviviam cotidianamente com os problemas provenientes dessas carências. No entanto, a partir do momento em que começaram a atuar na federação, a relação com o município alterou-se substancialmente.

“Eu me peguei muito a Caxias, por incrível que pareça porque, embora eu morasse aqui há muito tempo (...) mas eu só morava em Caxias. Eu era um simples morador e não me sentia responsável por nada. Depois do MUB eu passei a ser cidadão, mesmo. Tudo que rola eu me acho um pouco responsável por aquilo. (...) Parece que Caxias também era um pouco meu (...). Quando eu vou pro MUB eu começo a achar que os problemas de Caxias também são meus. Eu começo a achar que os problemas de saúde, de saneamento, de educação são comigo”.

Já no caso das mulheres que viviam no cotidiano, de forma intensa, os problemas da cidade, o MUB, também, representava a possibilidade concreta, através das lutas reivindicatórias, de ver solucionadas as dificuldades que atormentavam o seu dia-a-dia. Um diretor coloca essa questão, nos seguintes termos:

“Até por estarem vindo de uma experiência concreta, ou seja, a federação discute a problemática social de um povo e a mulher tinha problema lá da criança com a escola, até por ser mãe, por ser tia, por ser professora (...). Mesmo que não tivesse concretamente na pele o problema, elas conseguiam sintetizar aquilo que era o anseio e preocupações, quer da vizinha, quer daquilo que conseguiam ver dentro da conjuntura de município. Então, essa contribuição que eu digo que era indispensável (...). Elas conseguem colocar de maneira explícita e exemplificando a situação. Então, eu acho que com isso faz com que os homens que sem querer dizer que são extremamente racionais, faz com que eles sintam que aquilo que é um gemido surdo ou uma estatística, de repente é um clamor, é um gemido, é um sofrer expresso em pessoas

humanas. Acho que essa comissão⁷ conseguia trazer... Quando diz assim, olha: 'Todas as maternidades conveniadas em Duque de Caxias matam um número significativo de mulheres que vão ganhar neném e dão o nome (no bairro de Primavera é dona fulana, no bairro...)''. (...) a figura feminina quando chega nessas reuniões quer no gabinete ou quer na própria estrutura da federação, ela consegue levantar o dedo, por menos que falasse, e se diz que mulher fala muito, mas nessa reunião de gabinete talvez fale menos, mas quando levantavam a mão conseguiam colocar o dedo no cerne da questão elas davam nomes e davam detalhes de situação, o que sensibilizava as próprias autoridades e indignavam até os homens que tinham ido junto com elas. Então, se tornavam as articuladoras, a alavanca da indignação de todos para com mais veemência se cobrar aquilo que era de direito do povo e dever do Estado".

Os relatos descritos evidenciam, mais uma vez que, mesmo sendo da mesma classe social, quando levamos em consideração as relações sociais de gênero percebemos que há duas concepções de mundo onde a perspectiva da mulher se diferencia da visão de mundo e dos interesses dos homens.

Além dessas questões, no que diz respeito à participação feminina no quadros da diretoria da federação percebemos, através das atas dos congressos da federação e das entrevistas, que no início da constituição do MUB a atuação das mulheres era, numericamente, maior do que a dos homens, assim como a presença das mulheres nas atividades do movimento acontecia em maior grau em relação à participação masculina.

No entanto, com o processo de institucionalização da entidade esse quadro sofreu alteração, principalmente, a partir da metade da década de 1980, momento em que se apresentam os primeiros sinais da crise. De um lado, encontramos na relação dos diretores menor quantitativo feminino, tanto em relação ao número de mulheres

⁷ O entrevistado está se referindo a comissão de mulheres do MUB.

que atuaram nas diretorias anteriores, quanto em relação à presença masculina. De outro, as mulheres que participavam, pós-segunda metade da década de 1980, não têm a mesma força, o mesmo poder de mobilização, de atuação e de representatividade do que aquelas que atuaram no processo de constituição da federação.

Os elementos que desencadearam a crise no MUB podem ser considerados os mesmos que possibilitaram a diminuição, quantitativa e qualitativa, da participação feminina na federação. No entanto, como nossa intenção é analisar as relações de poder entre homens e mulheres, a partir da participação feminina no MUB, tendo como perspectiva as relações sociais de gênero, é importante considerá-las, no âmbito imanente e contraditório da totalidade social. Totalidade como um todo concreto, dinâmico, diferenciado, histórico e dialético (Lukács, 1979:28) a teoria do esquema de gênero

"(...) procura se concentrar no processo de enquadramento dos *socii*. Vale dizer que o núcleo desta teoria consiste na identificação do processo de divisão do mundo em masculino e feminino, independentemente dos conteúdos de cada uma destas categorias. (...) a teoria do esquema de gênero acompanha a fluidez da vida social, reconhecendo os diferentes graus de sucesso do processo de domesticação das pessoas segundo a organização social de gênero. Assim, o gênero pode constituir-se no princípio organizador mais importante da vida das pessoas, dependendo do contexto social e não das categorias humanas formatadas para serem masculinas e femininas". (Saffioti, 1997:16).

É evidente que, na trajetória das relações de gênero encontramos a dominação masculina sobre a mulher, como vimos no caso do MUB. No entanto, na perspectiva da categoria das relações sociais de gênero

“Não basta afirmar que os seres humanos criam e vivem cultura. Cada pessoa é a história de suas relações sociais e estas com frequência estão acima da herança cultural recebida, uma vez que conexões sociais inéditas foram estabelecidas, passando ou não a integrar o patrimônio cultural a ser transmitido às gerações vindouras. O importante a frisar que a ontologia relacional captura a natureza *in flux* das relações sociais, ou seja, seu perpétuo devenir”. (idem, 1997:17).

Se a participação no MUB significou a inclusão das mulheres no espaço político, no processo histórico da entidade a discussão de gênero, mesmo no momento de sua visibilidade através da constituição da comissão de mulheres, sempre foi colocada na perspectiva do gênero feminino sair da sua condição de submissão. No entanto, dialeticamente, deparamo-nos com a possibilidade de que nos processos sociais realizados pelos sujeitos históricos, estes possam utilizar-se tanto dos produtos legados pelas gerações passadas, quanto fabricar novos produtos.

Enfim, ao finalizar o presente capítulo, espero ter contribuído ao privilegiar as relações de gênero no contexto dos movimentos sociais para a superação dessa lacuna, na perspectiva da totalidade social, presente na discussão da constituição e crise dos movimentos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar esse estudo devemos, primeiramente, ressaltar que ele se inscreve num momento específico de uma realidade social em constante movimento dialético, possibilitando transformações e modificações as quais demandam novas pesquisas e interpretações. No entanto, faremos algumas tentativas de conclusão, a partir da reflexão que foi sendo construída durante a realização desta dissertação como contribuição ao debate sobre as relações sociais de gênero e poder através da participação política feminina no movimento social.

Para tanto procuramos mostrar, inicialmente, as categorias que dão suporte teórico em nosso estudo, relações de gênero, movimentos sociais e poder, no bojo da trajetória dos movimentos sociais, em especial o processo histórico do MUB, desde o final da década de 1970 até os dias atuais. Neste processo têm papel importante segmentos da Igreja Católica, principalmente aqueles ligados à teologia da libertação, segmentos de esquerda e as ONGs, que constituíram a base de sustentação da prática dos movimentos sociais. Contudo, a redefinição dessa base de sustentação foi um dos elementos norteadores da crise que se instaurou no movimento social como um todo, refletindo-se, portanto, na federação.

Outro aspecto que consideramos importante ressaltar diz respeito à relação entre o MUB e o poder executivo municipal de Duque de Caxias, a partir de 1985, quando aconteceu a primeira eleição para o cargo de prefeito da cidade, após o período em que era considerada área de segurança nacional. Se no primeiro momento o Estado não se utilizava dessa forma de participação da população de baixa renda, com o passar do tempo não só aprendeu, como criou mecanismos - projetos

assistenciais - com o intuito, também, de minimizar a atuação desses movimentos no campo reivindicatório. Consequentemente, abordamos, fruto dessa conjuntura, os conflitos internos da federação.

Sendo nossa intenção compreender a relação de poder entre homens e mulheres a partir da participação feminina nas estruturas do MUB, mostramos a desassociação entre o espaço privado e o espaço público, o que reforça a dominação masculina, tanto no âmbito da família, quanto na esfera política. Neste sentido há, nesta última, um hiato entre o discurso e a prática da relação homem/mulher. Além disso, apontamos alguns aspectos que consideramos, no transcorrer desta pesquisa, importantes para explicar o fato de que até os dias atuais não se teve no exercício da presidência do MUB a presença feminina, mesmo no momento em que a participação das mulheres era maior, quantitativa e qualitativamente, no conjunto da diretoria da entidade e no movimento em geral.

Ainda em relação à participação das mulheres no espaço político, há que se registrar que existe distinção de sua atuação segundo o estado civil das mesmas. No caso das solteiras, elas tinham maior flexibilidade de tempo para atuar no movimento e para as “conversas informais” que, geralmente, no caso do MUB, aconteciam após as reuniões de diretoria.¹ Já as casadas, sua atuação restringia-se às reuniões e aos eventos promovidos pela entidade, com horário definido “para pegar o ônibus de volta pra casa”, até porque acrescentavam às atividades com a casa, marido e educação dos filhos a atuação política. Além disso, o próprio MUB representava para as esposas/companheiras dos homens a “outra” na vida deles, visto que destinavam mais tempo para o movimento do que o disponível para a sua família. No entanto,

¹ No processo histórico da federação as reuniões de diretoria realizavam-se nas sextas-feiras, às 20:00 h, na sede da entidade, em função dos seus membros que trabalhavam, chegando do trabalho nesse horário.

independente de ser solteira ou casada, recai sobre si o ônus do preconceito tão presente em sociedades de cultura machista, como o Brasil. Por tudo isso, na perspectiva das relações sociais de gênero, vale enfatizar que essa experiência feminina no espaço político - MUB - é uma construção na vida e da vida dessas mulheres que se relacionam com os homens e com outras mulheres, podendo constituir-se em sujeitos sociais diferentes, mas com igualdade de direitos.

Um outro aspecto diz respeito à conjuntura que se estabeleceu no Brasil na década de 1990, e no seu bojo a crise que se instaurou nos movimentos sociais, conseqüentemente no MUB. Além das contradições internas, observamos as características do projeto neoliberal representado pelo governo federal - Fernando Henrique Cardoso, estadual - Marcelo Alencar e, no caso de Caxias, o Zito. Nesse processo temos a atuação dos diversos conselhos municipais, no campo das políticas sociais.

Nessa conjuntura temos, pela primeira vez em Duque de Caxias a presença de um vereador eleito pelo Partido dos Trabalhadores. Vereador esse cuja trajetória passa pela Igreja Católica e pelo próprio MUB, onde atuou como presidente da entidade. O mandato petista está significando para o partido a possibilidade de reestruturação e organização. De maneira semelhante, o mandato tem ampliado as perspectivas e a organização dos setores populares da cidade. Neste sentido, diferentes demandas e os mais variados grupos (associações de moradores, ocupações de terra, sindicatos, grupos ligados à luta dos negros, grupos ambientalistas, lavradores e conselhos comunitários, entre outros) buscam apoio à sua mobilização no mandato. Consideramos que esta experiência deva ser analisada, na perspectiva histórica, tanto no âmbito empírico como no campo teórico.

Cabe ressaltar, neste contexto, a importância do Serviço Social junto aos movimentos sociais e à população carente da Baixada Fluminense, dando-lhes subsídios para a realização de estratégias com vistas à superação de carências da população, estabelecendo prioridades de ação na aplicação de políticas sociais estabelecidas pelo poder público e instrumentalizando segmentos dessa população no âmbito profissional. Assim sendo, é notório o salto de qualidade do compromisso político no processo histórico da inserção do Serviço Social junto aos movimentos sociais, em Caxias, a partir da década de 1980, visto que, nessa época, a atuação dos assistentes sociais, via Legião Brasileira de Assistência, dava-se na execução dos projetos assistencialistas promovidos pelo governo federal, desconhecendo e até mesmo realizando um trabalho paralelo à federação. Na segunda metade dos anos 1980, no entanto, encontramos um grupo de assistentes sociais atuando junto ao movimento social, comprometidas com as reivindicações do movimento em função da implantação da Delegacia de Mulheres no município. Cabe registrar que essas profissionais eram ligadas à UFRJ que, através de um convênio firmado entre a Universidade e a Secretaria Estadual de Polícia Civil, desenvolveram um trabalho nas delegacias de mulheres. Contudo, o trabalho não teve continuidade por falta de comprometimento político do governo estadual que, em síntese, traduziu-se na falta de condições de trabalho dessas profissionais.

Já na década de 1990, deparamos com uma maior articulação entre o Serviço Social e os movimentos sociais. Duas experiências retratam essa aproximação de forma mais sistemática. A primeira foi o convênio firmado entre os movimentos sociais da Baixada Fluminense e a Escola de Serviço Social da UFRJ, resultando no

*“Plano Municipal de Saúde do Município de Duque de Caxias: uma proposta do movimento popular”.*²

A segunda faz parte de uma política de ingresso da população de baixa renda no âmbito acadêmico, promovida pelo departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Para tanto, várias ações são desenvolvidas pelo referido departamento. Desde 1994, temos cinquenta e oito alunos da Baixada Fluminense na PUC/Rio, em fase de conclusão e alguns já graduados no curso de Serviço Social na referida universidade, fruto da articulação do departamento com os movimentos sociais da Baixada. Nesse caso, a articulação foi realizada através do organizador do cursinho de pré-vestibular para negros e carentes na Baixada Fluminense, Frei David Raimundo dos Santos, que conseguiu junto à vice-reitoria comunitária bolsas de estudos para essa clientela, o que concretamente possibilita a presença, no universo acadêmico, da população negra e carente da Baixada Fluminense. Essas práticas devem, no nosso entendimento, se constituir em força motivadora para novas ações do Serviço Social, das diversas instituições junto aos movimentos sociais e à população de baixa renda.

Todavia, tratando especificamente da temática de gênero, nesse mesmo período histórico, não encontramos uma ação sistemática dos profissionais do Serviço Social no âmbito da Baixada Fluminense. O trabalho dos assistentes sociais na perspectiva de gênero se apresentou, nessa região, de forma individual e esporádica, a partir do comprometimento político de algumas profissionais com a questão.

² O Plano, elaborado em 1994, se deu através do Programa contra a Miséria e Pela Cidadania - Área Temática Saúde e Nutrição. Seu objetivo foi o de subsidiar os movimentos sociais para a “discussão do Sistema Municipal de Saúde e traçar propostas que levem a construção de um novo modelo assistencial em Duque de Caxias com a participação do movimento popular de saúde e demais atores significativos”.

Esse processo histórico, contudo, dá-nos elementos para algumas reflexões que, no nosso entendimento, merecem futuras pesquisas, até porque essa é uma das profissões onde a presença feminina predomina. Neste sentido, entendemos que as análises devem abordar a categoria das relações sociais de gênero vinculada à categoria de classe social para melhor compreender a relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais. Do ponto de vista das assistentes sociais cabe indagar quais as dificuldades que essa categoria encontra ao se inserirem nesta realidade? E, conseqüentemente, que questões se apresentam, na perspectiva de gênero, no trabalho junto à população de baixa renda quando se privilegia a ação dos movimentos sociais? Quais os impasses apresentados quando se privilegia, na ação profissional, a discussão de gênero tanto no âmbito das instituições que esses profissionais estão vinculados, quanto na sua relação com os movimentos sociais?

Por fim, reforçamos, mais uma vez, que o conhecimento acerca da temática está longe de ser esgotada com a reflexão construída no nosso estudo. Ele aponta questões de uma realidade social heterogênea e complexa, que merece outras pesquisas e interpretações.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, J. Guilhaon 1987 Gênero, sexualidade e sexo: três dimensões da diferenciação sexual, in *Homem - Mulher - abordagens sociais e psicanalíticas*. Livraria Taurus Editora, RJ, Poian, Carmen da (org).
-
- 1995 Michael Foucault and the theory of power, *Tempo Social, Rev. Sociol. USP*, São Paulo, 7 (1-2): 105-110, october.
- ALVES, José Cláudio de Souza 1991 *Igreja Católica: opção pelos pobres, política e poder - o caso da paróquia do Pilar*. Dissertação de mestrado. Departamento de sociologia e política. PUC/RJ.
- BARREIRA, Irllys A. Firmo 1995 Frutos do tempo: movimentos sociais ontem e hoje, in *Pluralismo, espaço social e pesquisa*. São Paulo: HUCITEC.
- BELOCH, Israel 1986 *Capa preta e lurdirinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro, Record.
- BIRNHAUM, P., CHAZEL, F. 1977 *Teoria sociológica*. São Paulo, HUCITEC, EDUSP.
- BORÓN, Atílio 1995 A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal, in *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, Sader, Emir e Gentilli, Pablo (org).
- BOSCHI, Renato Raul 1987 *A arte da associação: política de base e democracia no Brasil*. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais.
- BRANDÃO, Margarida L. Ribeiro e BINGEMER, Maria Clara L (org) 1994 *Mulher e relações de gênero*. São Paulo, Edições Loyola.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite 1984 Movimentos sociais urbanos: balanço crítico, in *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo, Brasiliense, Sorj, B. & Almeida, M.A.T.

- (Org).
-
- 1987 Movimentos sociais na América Latina, in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 3, Vol.1, São Paulo, ANPOCS/CORTEZ.
- CASTRO, Mary e LAVINAS, 1992 Do feminino ao gênero: a construção de um
Lena objeto, in *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, Costa, Albertina e Bruschini, Cristina (org).
- CESE - COORDENADORIA 1990 *Movimento popular e Estado: uma relação*
ECUMÊNICA DE SERVIÇOS. *desafiadora*. (Encontro de agentes de projetos CESE/1990). Salvador/BA.
- CHAUÍ, Marilena 1994 Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados, in *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. S.P., Brasiliense.
- CONIL, Eleonor Minho et alii 1995 Políticas públicas e estratégias urbanas: o potencial político dos conselhos de saúde na construção de uma esfera pública democrática, in *Serviço Social e Sociedade*. S.P., Cortez, (49), abril.
- DAGNINO, Evelina 1994 Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania, in *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. S.P., Brasiliense.
- DELGADO, Maria Berenice 1989 Relação difícil mas promissora, in *Revista: G. Tempo e Presença*. Rio de Janeiro, CEDI.
- DOIMO, Ana Maria 1995 *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS.
- DUQUE DE CAXIAS 1990 *Lei Orgânica Municipal*. Nova Iguaçu, Gráfica e Ed. Jornal de Hoje.
- ECO, Humberto 1983 *Como se faz uma tese*. São Paulo, Ed. Perspectiva.
- FILGUEIRAS, Cristina 1995 Trabalho, sociedade e políticas sociais, in

- Almeida Cunha *Serviço Social e Sociedade*. S.P., Cortez, (49), abril.
- FUNDREM - Fundação Para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro *Unidades Urbanas Integradas de Oeste* 1979 Plano Diretor. Vol.II: Duque de Caxias. Rio de Janeiro.
- FOUCAULT, Michel 1979 *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Ed. Graal, Machado, R. (ORG).
- GIULANI, Paola Cappellin 1997 Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira, in *História das mulheres no Brasil*, São Paulo, Contexto.
- GORENDER, Jacob 1987 *Combate nas trevas - A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, Rio de Janeiro. Editora Ática.
- GROPPI, Angela 1995 As raízes de um problema, *O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. SP: Editora da Universidade Estadual Paulista, in Bonacchi, Gabriella e Groppi, Angela (org).
- IBGE 1992 *Dados preliminares do censo demográfico de 1991*. Rio de Janeiro.
- JACOBI, Pedro 1993 *Movimentos Sociais e Políticas Públicas*. São Paulo. Cortez.
- KONDER, Leandro 1992 *O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- KOWARICK, Lúcio 1987 Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura, in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.º 3, Vol.1. São Paulo, ANPOCS/Cortez.
- LAURELL, Asa Cristina 1995 Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. in *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*, São Paulo, Cortez,

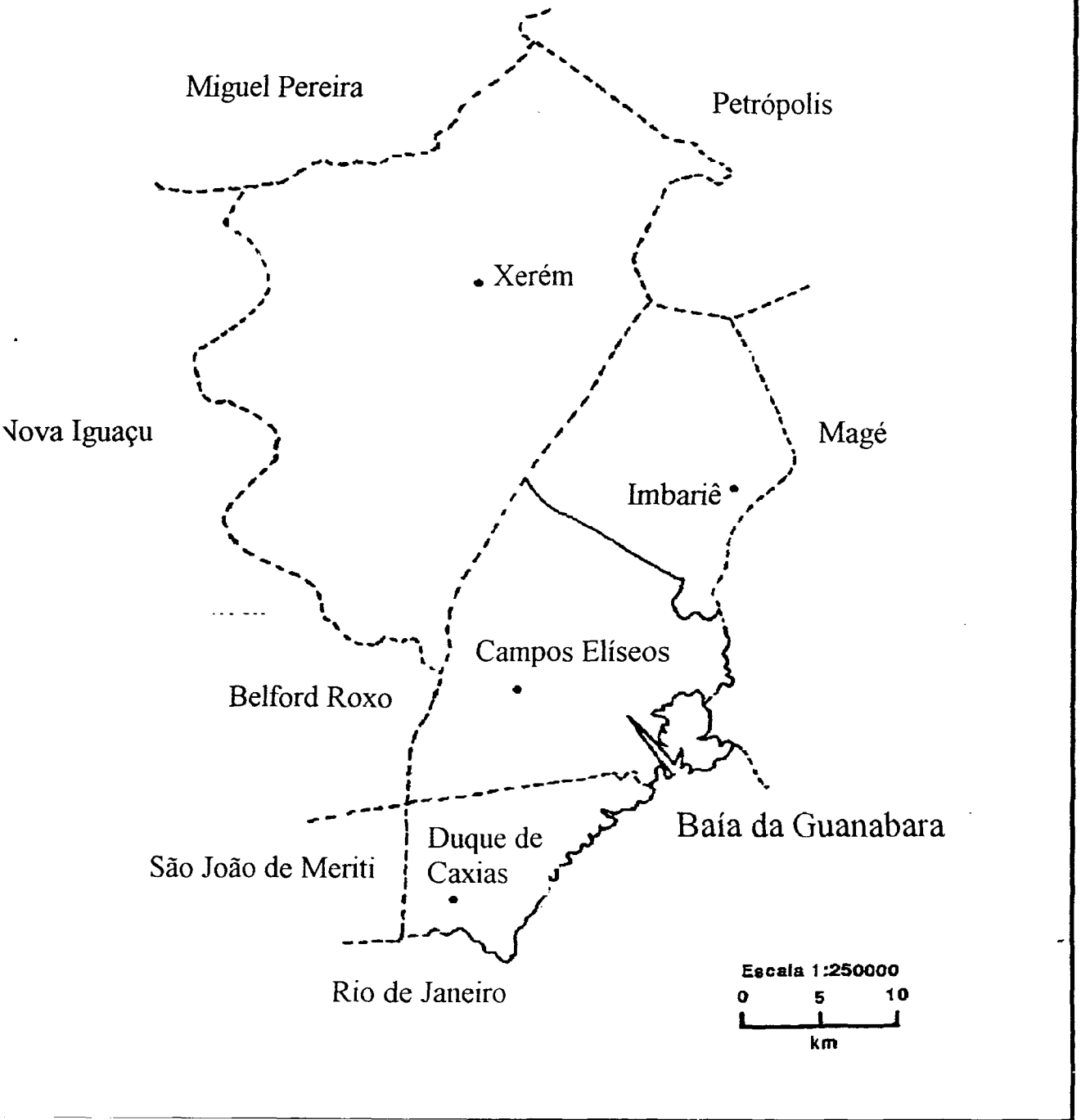
- Laurell, Asa Cristina (org).
- LUKÁCS, G 1979 *Ontologia do ser social (os princípios ontológicos fundamentais de Marx)*. São Paulo, Ed. Ciências Humanas.
- LUZ, Madel T 1987 *Identidade masculino-feminino na sociedade urbana brasileira atual: crise nas representações, in Homem-Mulher - abordagens sociais e psicanalíticas*. Rio de Janeiro, Livraria Taurus Editora, Poian, Carmen da (org).
- MARKUS, Maria 1987 *Mulheres, êxito e sociedade civil: submissão a ou subversão do princípio da realização, in Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro, Ed. Rosa dos Ventos, Benhabib, Seyla e Cornell, Drucilla (Coordenadoras).
- MARX, Karl 1980 *Trabalho assalariado e capital*. Coleção bases n.º 27, Editora Global, São Paulo.
- _____ 1986 *A ideologia Alemã*. São Paulo, Ed. HUCITEC.
- _____ 1991 *A questão judaica*. 2ª edição, Editora Moraes, São Paulo.
- MINAYO, Maria Cecília 1992 *O desafio do conhecimento*. HUCITEC-ABRASCO. São Paulo - Rio de Janeiro.
- _____ 1994 *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes.
- MORAES, Dalva Lazaroni de 1978 *Esboço Histórico-Geográfico do Município de Duque de Caxias*. Duque de Caxias, Asgráfica.
- MUB - Federação Municipal das Associações de Bairro de Duque de Caxias *Livro de Atas dos Congressos do MUB*.
- NETO, J.P. 1990 *Ditadura e Serviço Social - uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo, Cortez.
- PEIXOTO, Clarisse 1986 *A questão social: um estudo das relações*

- estre Estado e conflitos sociais no Brasil. Rio de Janeiro, IBGE.
- PERLMAN, Janice E. 1977 *O mito da marginalidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- PERROT, Michelle 1988 *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- PINTO, Céli R. Jardim 1992 *Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político*, in *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro, Rosa dos Ventos, Costa, Albertina e Bruschini, Cristina (org).
- POIAN, Carmen da 1987 *Homem - Mulher: encontro possível?*. in *Homem - Mulher - abordagens sociais e psicanalíticas*. Rio de Janeiro, Livraria Taurus Editora, RJ, Poian, Carmen da (org).
- PONTES, Reinaldo Nobre 1995 *Mediação e serviço social*. São Paulo, Cortez; Belém, PA: Universidade da Amazônia.
- REZENDE, Maria Valéria 1989 *Poder dividido, poder multiplicado*, in *Revista: Tempo e Presença*. Rio de Janeiro, CEDI.
- ROCHA-COUTINHO, Maria 1994 *Tecendo por trás dos pano*. Rio de Janeiro, Rocco.0
- Lucia
- SADER, Eder 1988 *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SAFFIOTI, Heleieth 1992 *Rearticulando gênero e classe social*, in *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro, Ed. Rosa dos Ventos/Fundação Carlos Chagas, Costa, Albertina e Bruschini, Cristina (org).
- 1993 *O poder do macho*. São Paulo, Ed.Moderna.
- SAFFIOTI, Heleieth I.B. e 1995 *Violência de Gênero: Poder e Impotência*. Rio de Janeiro, REVINTER.
- ALMEIDA, S.S. de
- SAFFIOTI, Heleieth 1997 *No caminho de um novo paradigma*. Caxambu, ANPOCS.
- SANTOS, Lucinete Silva 1995 *Assistência social na atual conjuntura brasileira*, in *Serviço social e sociedade*".

- S.P., Cortez, (49), abril.
- SIMIONATO, Ivete 1995 *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social*. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez.
- SPOSATI, Aldaíza 1994 Os desafios da municipalização do atendimento à criança e ao adolescente: o convívio entre a LOAS e o ECA. *Serviço Social e Sociedade*. S.P., Cortez, (46): 104-115, dezembro.
- TEIXEIRA, F.L.C 1988 *A gênese das CEBs no Brasil, elementos explicativos*. São Paulo.
- VAITSMAN, Jeni 1994 *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro, Rocco.
- VELHO, Otávio Guilherme 1979 *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar.
- VIEZZER, Moema 1989 Movimentos feministas, movimentos de mulheres. in *Revista: Tempo e Presença*. Rio de Janeiro, CEDI.
- VIGEVANI, Tullo 1989 Movimentos sociais na transição brasileira: a dificuldade na elaboração do projeto, in *Lua Nova. Revista de Cultura e Política*, nº 17. São Paulo, CEDEC, junho.

ANEXOS

Duque de Caxias - Divisão Política



REGISTRO FOTOGRÁFICO

Encontro de Mulheres: Fala, Mulher!



A Comissão de Mulheres organizou o primeiro encontro de mulheres de Duque de Caxias, "Fala, Mulher!" no qual participaram, aproximadamente, 200 mulheres dos diversos movimentos, sindicatos, Igrejas, associações de moradores e partidos políticos.

3º Congresso do MUB



No terceiro congresso a chapa n.º 1 foi eleita por aclamação.

4º Congresso da Federação



O 4º congresso da entidade colocou em evidência, mais uma vez, o confronto das posições políticas no interior do movimento. Duas chapas foram registradas.

Festa de Confraternização: MUBESPEDIDA

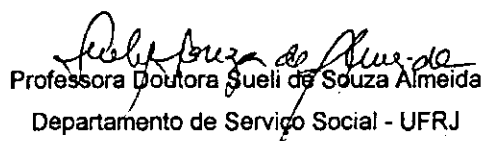


Mubespedita era o nome dado à festa de confraternização de fim de ano do MUB, na qual participava toda a sua diretoria e pessoas próximas ao grupo. Nessa festa, entre outras atividades tinha-se a eleição dos destaques do ano do MUB.

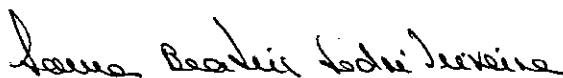
Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Serviço Social da PUC/Rio, aprovada pela Comissão Julgadora formada pelos seguintes Professores:



Professora Doutora Sebastiana Rodrigues de Brito
Orientadora - Departamento de Serviço Social - PUC/RJ



Professora Doutora Sueli de Souza Almeida
Departamento de Serviço Social - UFRJ



Professora Doutora Sonia Beatriz Sodré Teixeira
Departamento de Serviço Social - PUC/RJ

Visto e permitida a impressão.

Rio de Janeiro, 1º 10 198.



Professora Zélia Milanez de Lossio e Seiblit
Coordenadora Setorial de Pós-Graduação
do Centro de Ciências Sociais - PUC/RJ